



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

LUCAS ARAÚJO MONTE

**DA DIREITA PARA A ESQUERDA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPECTRO
IDEOLÓGICO LATINO-AMERICANO:
análise comparativa do caso de Pedro Pablo Kuczynski (Peru) nas campanhas eleitorais
de 2011 e 2016 para o cargo de Presidente da República.**

Brasília – DF

2018

LUCAS ARAÚJO MONTE

**DA DIREITA PARA A ESQUERDA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPECTRO
IDEOLÓGICO LATINO-AMERICANO:
análise comparativa do caso de Pedro Pablo Kuczynski (Peru) nas campanhas eleitorais
de 2011 e 2016 para o cargo de Presidente da República.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Política nas Américas.

Orientador: Prof.º Dr.º Camilo Negri.

Brasília – DF

2018

LUCAS ARAÚJO MONTE

DA DIREITA PARA A ESQUERDA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPECTRO

IDEOLÓGICO LATINO-AMERICANO:

**análise comparativa do caso de Pedro Pablo Kuczynski (Peru) nas campanhas eleitorais
de 2011 e 2016 para o cargo de Presidente da República.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Camilo Negri

Orientador – ELA – Departamento de Estudos Latino-Americanos/UNB

Prof.º Dr.º Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion

Membro – ELA – Departamento de Estudos Latino-Americanos/UNB

Prof.º Dr.º Daniel Bin

Membro – GPP – Departamento de Gestão de Políticas Públicas/UNB

Prof.ª Dr.ª Simone Rodrigues Pinto

Suplente – ELA – Departamento de Estudos Latino-Americanos/UNB

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Jesus Cristo, não só por tudo que representa na minha vida, mas também pelo exemplo deixado à humanidade em acudir os “desiguais”; à minha família, por ser meu vínculo mais verdadeiro; e a todos que sonham e lutam por um mundo melhor, mais justo e menos desigual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela dádiva e oportunidade de escrever as linhas que estão neste trabalho.

À minha esposa, Ana Livia, que me apoiou, incondicionalmente, durante esses dois anos de curso, além de ter me “aguentado” nos momentos de tensão, esgotamento de prazos e de “branco” mental. Sim! Ocorreram em várias ocasiões durante a elaboração dessa Disertação.

Aos meus pais, pelo amor, carinho e exemplo, pelo incentivo em relação aos estudos e por direcionar sabiamente muitos dos meus passos.

Aos meus irmãos, pelo estímulo, apoio e compreensão da minha “ausência”.

À minha sobrinha Rayssa, a “quase profeta”, simplesmente, por existir na minha vida.

Ao meu sogro, Nilo que, por inúmeras vezes, me ajudou com a revisão do texto. Obviamente, qualquer erro que ainda persista no corpo do texto é de estrita responsabilidade deste autor.

Ao meu orientador, Prof.º Dr. Camilo, que me recebeu de braços abertos desde a primeira vez que o procurei para conversar (ainda quando não era aluno do curso), e, já como aluno do mestrado, me deu todo o suporte para desenvolver esta pesquisa, mesmo com as suas inúmeras atividades docentes, de pesquisa e de direção.

Aos demais professores do DELA, por participarem ativamente da minha formação e trajetória durante o mestrado.

Aos servidores e estagiários do DELA, por darem o suporte necessário para que todas as atividades ocorressem da melhor maneira possível, com o destacado esmero e atenção.

À Universidade de Brasília, por me receber tão bem e propiciar as condições necessárias para a realização desta pesquisa.

Aos membros do Partido “Peruanos Por el Kambio”, que se dispuseram, desde o início dos contatos, a colaborar com a pesquisa.

Ao Prof.º Dr. Fernando Tuesta, que, igualmente, se prontificou, desde o primeiro contato, a colaborar com o trabalho. Mas não só isso. Por ter me recebido na sua residência e ter indicado bibliografias que foram de grande utilidade nesta pesquisa.

Aos meus colegas de turma, que, de diversas maneiras, me ajudaram a crescer no meio acadêmico.

A todos os amigos e familiares que me apoiaram e entenderam a minha “falta” em diversas ocasiões durante o curso.

“Tenemos el deber de no ignorar la realidad nacional; pero tenemos también el deber de no ignorar la realidad mundial. El Perú es un fragmento de un mundo que sigue una trayectoria solidaria”.

José Carlos Mariátegui (trecho extraído do texto “Lo nacional y lo exótico”).

“Lo que ahora necesitamos es que América Latina lleve a cabo en el ámbito político y social las mismas proezas que sus creadores han realizado en el dominio de la literatura, la música y el cine. Para ello se necesita menos delirio y más sensatez y racionalidad”.

Mario Vargas Llosa (trecho extraído do livro “Sueño y Realidad de América Latina”).

RESUMO

A presente dissertação objetiva responder quais deslocamentos ideológicos ocorreram, na direita peruana, que ascendeu ao poder. Utilizando-se da análise comparativa das propostas dos planos de governo de Pedro Pablo Kuczynski para as campanhas eleitorais para Presidente da República do Peru em 2011 e 2016, observa-se que houve uma manutenção do discurso em relação às propostas marcadamente de cunho econômico. Por outro lado, constata-se uma mudança de discurso nas propostas de Kuczynski relativas, especialmente, ao viés social e à organização da sociedade. Desse modo, o trabalho analisa a democracia latino-americana, e, sobretudo, a peruana, sob a perspectiva da teoria procedimental em Dahl e Bobbio – os quais preconizam a possibilidade plena da concorrência igual de quaisquer propostas político-ideológica num pleito eleitoral, desde de que respeitadas às regras democráticas –, e questiona, a partir do estudo do caso peruano, a própria existência da possibilidade irrestrita de contestação/oposição dentro da democracia liberal latino-americana, e suas limitações, tendo como referência à direita. O debate e a análise realizados na pesquisa são pautados sob uma perspectiva ideológica. Valendo-se dos aportes de Gramsci em relação à hegemonia, analisa-se os motivos pelos quais a direita peruana teve que mudar o discurso para lograr êxito no sufrágio de 2016. Nesse sentido, sugere-se que a hegemonia, pelo seu caráter dinâmico, incorporou elementos típicos da ideologia socialista, após a vigência de um governo identificado com a esquerda, ou seja, no caso peruano refere-se à gestão de Ollanta Humala (2011-2016). Logo, quanto mais as propostas se afastam do centro hegemônico, menor será a probabilidade de sucesso numa eleição. Em contrapartida, as propostas que se distanciam da hegemonia sofrem uma restrição, observada, principalmente, pela não adesão popular pelo voto.

Palavras-chave: democracia, hegemonia, direita, deslocamento ideológico, política peruana.

RESUMEN

La presente disertación objetiva responder qué desplazamientos ideológicos ocurrieron en la derecha peruana que ascendió al poder. Utilizando el análisis comparativo de las propuestas de los planes de gobierno de Pedro Pablo Kuczynski para las campañas electorales para Presidente de la República del Perú en 2011 y 2016, se observa que hubo un mantenimiento del discurso en relación a las propuestas marcadamente de cuño económico. Por otro lado, se constata un cambio del discurso en las propuestas de Kuczynski relativas, especialmente, al sesgo social y a la organización de la sociedad. De este modo, el trabajo analiza la democracia latinoamericana, y sobre todo la peruana, bajo la perspectiva de la teoría procedimental en Dahl y Bobbio - los cuales preconizan la posibilidad plena de la competencia igual de cualquier propuesta político-ideológica en un pleito electoral, desde de que se respetan las reglas democráticas -, y cuestiona, a partir del estudio del caso peruano, la propia existencia de la posibilidad irrestricta de contestación/oposición dentro de la democracia liberal latinoamericana, y sus limitaciones, teniendo como referencia a la derecha. El debate y el análisis realizados en la investigación se basan en una perspectiva ideológica. Valiendo de los aportes de Gramsci en relación a la hegemonía, se analizan los motivos por los cuales la derecha peruana tuvo que cambiar el discurso para lograr éxito en el sufragio de 2016. En ese sentido, se sugiere que la hegemonía, por su carácter dinámico, ha incorporado elementos típicos de la ideología socialista tras la vigencia de un gobierno identificado con la izquierda, o sea, en el caso peruano se refiere a la gestión de Ollanta Humala (2011-2016). Luego, cuanto más las propuestas se alejan del centro hegemónico, menor será la probabilidad de éxito en una elección. En contrapartida, las propuestas que se distancian de la hegemonía sufren una restricción, observada, principalmente, por la no adhesión popular por el voto.

Palabras clave: democracia, hegemonía, derecha, desplazamiento ideológico, política peruana.

ABSTRACT

The present dissertation aims to answer which ideological shifts occurred in the Peruvian right wing that ascended to power. Using the comparative analysis of the proposals of the plans of government of Pedro Pablo Kuczynski for the electoral campaigns for President of the Republic of Peru in 2011 and 2016, it is observed that there was a maintenance of the discourse in relation to the proposals markedly economic. On the other hand, there is a change of discourse in Kuczynski's proposals concerning, in particular, the social bias and the organization of society. In this way, the work analyzes Latin American and, above all, Peruvian democracy, from the perspective of procedural theory in Dahl and Bobbio - who advocate the full possibility of equal competition of any political-ideological proposals in an electoral suit, as long as respected the democratic rules - and questions, from the study of the Peruvian case, the very existence of the unrestricted possibility of contestation / opposition within the Latin American liberal democracy, and its limitations, having as reference to the right. The debate and analysis carried out in the research are based on an ideological perspective. Drawing on Gramsci's contributions to hegemony, we analyze the reasons why the Peruvian right had to change the discourse to achieve success in the 2016 vote. In this sense, it is suggested that hegemony, due to its dynamic character, incorporated typical elements of the socialist ideology, after the existence of a government identified with the left, that is, in the Peruvian case refers to the management of Ollanta Humala (2011-2016). Thus, the more proposals move away from the hegemonic center, the less likely it is to succeed in an election. On the other hand, the proposals that distance themselves from the hegemony suffer a restriction, observed, mainly, by the popular adhesion by the vote.

Keywords: democracy, hegemony, right wing, ideological shift, peruvian politics.

LISTA DE QUADRO E TABELAS

TABELA 1: Elecciones Generales 2011 – Presidenciales, Resultados, según organización política.....	115
TABELA 2: Elecciones Generales 2016 – Presidenciales, Resultados, según organización política.....	123
QUADRO 1: Comparação entre os programas de governo de Kuczynski de 2011 e 2016.....	131

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANR-PC – Asociación Nacional Republicana-Partido Colorado

AP – Acción Popular

APP – Alianza para el Progreso

APRA – Partido Aprista Peruano

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BRPC – Banco Central de Reserva del Perú

DC – Democracia Cristiana

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUERZA – Partido Fuerza Popular

JNE – Jurado Nacional de Elecciones

IGV – Impuesto General a las Ventas

IR – Impuesto a la Renta

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e pessoas Intersex

MAR – Ministerio de Apoyo a las Regiones

MAS – Movimiento al Socialismo

MCT – Ministerio de Transportes y Comunicaciones

MEF – Ministerio de Economía y Finanzas

MRTA – Movimiento Revolucionario Túpac Amaru

ONPE – Oficina Nacional de Procesos Electorales

PAIS – Alianza Patria Altiva i Soberana

PCP – Partido Comunista Peruano

PHP – Partido Humanista Peruano

PIB – Produto Interno Bruto

PNP – Partido Nacionalista Peruano

PPC – Partido Popular Cristiano

PPK – Peruanos Por el Kambio

PRN – Partido Restauración Nacional

PRO – Partido Propuesta Republicana

PSN – Partido Solidaridad Nacional

PS – Partido Socialista

PT – Partido dos Trabalhadores

Sumário

1 – APRESENTAÇÃO.....	13
2 – A ABERTURA IDEOLÓGICA DA DEMOCRACIA.....	25
2.1 – Origens da democracia.....	27
2.1.1 – A democracia ateniense.....	28
2.1.2 – A república romana.....	30
2.1.3 – Outras experiências democráticas ocidentais relevantes.....	32
2.2 – As bases da democracia moderna.....	32
2.2.1 – Os alicerces da democracia francesa em Rousseau.....	33
2.2.2 – A democracia segundo “os federalistas” americanos.....	35
2.2.3 – A influência do pensamento liberal de John Stuart Mill na democracia moderna.....	37
2.3 – Definição contemporânea de democracia.....	40
2.3.1 – A mudança da concepção clássica de democracia para a concepção empírica.....	41
2.3.2 – A democracia procedimental.....	43
2.4 – Limites da democracia à contestação/oposição.....	46
3 – HEGEMONIA COMO LIMITADOR DEMOCRÁTICO.....	50
3.1 – Origem da ideologia e as dificuldades conceituais.....	51
3.2 – As concepções de ideologia.....	53
3.2.1 – Ideologia no seu significado forte.....	54
3.2.1.1 – Antecedentes da “falsa consciência”.....	54
3.2.1.2 – A ideologia na concepção marxista.....	55
3.2.2 – Ideologia no seu significado fraco.....	60
3.3 – A ideologia política.....	66
3.4 – Ideologia e Hegemonia em Gramsci.....	73
3.4.1 – Ideologia em Gramsci.....	73
3.4.2 – Hegemonia em Gramsci.....	76
4 – AS CATEGORIAS ANALÍTICAS DA DIREITA LATINO-AMERICANA.....	80
4.1 – Origens da díade esquerda-direita.....	81
4.1.1 – Revolução Francesa.....	81
4.1.2 – Os primeiros teóricos da díade.....	82
4.2 – Definição do espectro-político direita.....	84
4.2.1 – O impacto do marxismo na primeira redefinição da direita.....	84
4.2.2 – A “nova direita” e o neoliberalismo.....	85
4.2.3 – O conceito de direita dentro da díade.....	87
4.2.4 – As famílias ideológicas.....	91
4.2.4.1 – O Liberalismo.....	92

4.2.4.2 – O Socialismo	93
4.2.4.3 – O Conservadorismo	94
4.3 – A direita na América Latina	94
4.3.1 – Origens das primeiras ideologias políticas e dos partidos políticos na América Latina	94
4.3.1.1 – Pré-Independência	95
4.3.1.2 – Pós-Independência e o crescimento do conservadorismo	96
4.3.1.3 – Os partidos políticos e a institucionalização da díade	97
4.3.2 – Redefinições em torno da direita latino-americana	97
4.3.2.1 – A direita versus socialismo e a sua associação com a ditadura militar	97
4.3.2.2 – O neoliberalismo na América Latina.....	99
4.3.2.2.1 – O neoliberalismo no Peru e o governo de Alberto Fujimori	99
4.4 – A direita no Peru	104
4.4.1 – A direita dentro das origens do sistema político-partidário peruano.....	104
4.4.2 – A atual direita peruana e suas bases	106
4.4.2.1 – Partido “Fuerza Popular”	106
4.4.2.2 – Partido “Alianza para el Progreso”	108
4.4.2.3 – Partido “Peruanos Por el Kambio”	108
5 – ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PPK DE 2011 E 2016	110
5.1 – Antecedentes políticos	110
5.1.1 – Uma breve biografia de Pedro Pablo Kuczynski.....	110
5.1.2 – Origens do Partido Peruanos por el Kambio	112
5.2 – Análise de conteúdo dos planos de governo do PPK de 2011 e 2016	113
5.2.1 – Eleições presidenciais de 2011	113
5.2.1.1 – Contexto eleitoral em 2011	113
5.2.1.2 – Plano de governo de 2011	115
5.2.1.2.1 – Modelo econômico	116
5.2.1.2.2 – Modelo de desenvolvimento	117
5.2.1.2.3 – Papel do Estado e sua relação com a economia	117
5.2.1.2.4 – Visão sobre a corrupção	118
5.2.1.2.5 – Descentralização.....	119
5.2.1.2.6 – Segurança cidadã e nacional.....	120
5.2.1.2.7 – Visão sobre valores/organização da sociedade.....	120
5.2.2 – Eleições presidenciais de 2016.....	121
5.2.2.1 – Contexto eleitoral em 2016	121
5.2.2.2.1 – Modelo econômico	124
5.2.2.2.2 – Modelo de desenvolvimento	125
5.2.2.2.3 – Papel do Estado e sua relação com a economia	126

5.2.2.2.4 – Visão sobre a corrupção	127
5.2.2.2.5 – Descentralização.....	127
5.2.2.2.6 – Segurança cidadã e nacional.....	128
5.2.2.2.7 – Visão sobre valores/organização da sociedade.....	129
5.2.3 – Análise comparativa entre os planos de governo	130
5.3 – Visão dos informantes sobre o cenário político-eleitoral	133
5.3.1 – Sobre o partido “Peruanos Por el Kambio”	134
5.3.2 – Perspectiva sobre a relação entre Estado e mercado	135
5.3.3 – Visão sobre a economia e desenvolvimento.....	135
5.3.4 – Valores de organização da sociedade.....	136
5.3.5 – Estado e programas sociais	136
5.3.6 – Corrupção	137
5.3.7 – Diferenças entre os planos de governo de 2011 e 2016	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

1 – Apresentação

A presente dissertação se propõe a analisar um componente central das democracias liberais latino-americanas: a configuração ideológica do espectro político esquerda-direita.

Nas duas últimas décadas, a maior parte das democracias latino-americanas elegeu chefes de Estado com direcionamentos político-ideológicos de esquerda¹. A observação mais atenta dos seus programas de governo e discursos, contudo, revela uma diversidade ideológica que, algumas vezes, possui aspectos contraditórios e em outras, diferem das definições convencionais de esquerda.

Em casos como os de Lula e Tabaré Vázquez, observa-se que, a cada pleito, houve o deslocamento ideológico das propostas que se aproximam gradualmente da direita (NEGRI, 2009). Tendo em vista que, nas suas primeiras participações nos respectivos processos eleitorais, manifestavam um discurso considerado mais “radical” em relação à ideologia-política vigente e, para serem eleitos, tiveram que “suavizar” o discurso eleitoral.

Sem embargo, desde o ano de 2013, a América Latina observa um movimento que vem ganhando força no meio político-democrático: o ressurgimento da direita – ou, como preferem alguns autores, da “nova direita” (GIORDANO, 2014; LÓPEZ SEGRERA, 2016). O marco dessa tendência foi a eleição de Horacio Cartes – do Partido Colorado (de inclinação conservadora de direita) – para a Presidência da República Paraguaia, em 2013, após o golpe parlamentar (ou branco) sumário sucedido em 2012, que ocasionou a deposição do então Presidente (de direcionamento político de esquerda) Fernando Lugo (ROSENMAN, 2013).

Essa “tendência” seguiu com a vitória do empresário Mauricio Macri (do “Partido Propuesta Republicana”) para a Presidência da República da Argentina, em 2015, apoiado por um grupo de centro-direita, sucedendo Cristina Kirchner. No mesmo ano, pela primeira vez desde a primeira eleição de Hugo Chávez para o Executivo Federal da Venezuela em 1998, o governo perdeu a maioria na Assembleia Nacional, elegendo apenas 55 congressistas das 167

¹ Hugo Chávez na Venezuela (1998, 2006 e 2012); Lula no Brasil (2002 e 2006); Néstor Kirchner na Argentina (2003); Tabaré Vázquez no Uruguai (2004 e 2014); Evo Morales na Bolívia (2005, 2009 e 2014); Manuel Zelaya em Honduras (2005); Michele Bachelet no Chile (2006 e 2014); Daniel Ortega na Nicarágua (2006, 2011 e 2016); Rafael Correa (2006; 2009 e 2013); Cristina Kirchner na Argentina (2007 e 2011); Álvaro Colom no Guatemala (2007); Fernando Lugo no Paraguai (2008); Mauricio Funes em El Salvador (2009); José Mujica no Uruguai (2009); Ollanta Humala no Peru (2011) Luís Guillermo Solís na Costa Rica (2014); Salvador Sánchez Cerén em El Salvador (2014); Lenín Moreno no Equador (2017).

cadeiras existentes. Além disso, o atual Chefe do Executivo Federal, Nicolás Maduro, está tendo grandes dificuldades institucionais de levar a cabo o seu plano de governo; mesmo com a ampla maioria na recém-criada (e questionada) Assembleia Constituinte e com a eleição da maioria dos governadores do país.

No Brasil, após a eleição, em 2014, do Congresso (tido como o mais conservador desde a última redemocratização), e com o posterior *impeachment* (ou golpe parlamentar) (ROSENMANN, 2013; SOUSA, 2016) da Presidente da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT, em agosto de 2016, assumiu o vice-presidente Michel Temer. As bases que apoiam este governo é uma união de partidos políticos de centro, centro-direita, direita e extrema-direita (SOUSA, 2016). Nas eleições estaduais, manteve-se a mesma dinâmica, com um crescimento considerável em número de cargos eletivos alçados por esse mesmo grupo político em detrimento dos partidos tidos como de esquerda.

Em fevereiro de 2016, o Governo, na Bolívia, de Evo Morales, integrante da “esquerda radical” da América do Sul – juntamente com Venezuela e Equador – (ARAÚJO, 2013) teve uma derrota nas urnas em um referendo popular, que tinha como proposta uma mudança na Constituição do país para permitir que o presidente pudesse se reeleger duas vezes. Além disso, nas eleições municipais de 2015, seu partido (“Movimiento al Socialismo” – MAS) já havia perdido um número de cargos eletivos considerável para agremiações políticas de direita.

No Peru, após um governo tido como de esquerda-progressista (Ollanta Humala [2011-2016]), assume a Presidência da República, em 2016, Pedro Pablo Kuczynski, do Partido “Peruanos por el Cambio” – PPK, político de direita-liberal, e ex-banqueiro de Wall Street. Kuczynski venceu o pleito após um segundo turno “apertado” contra a candidata de direita-populista, Keiko Fujimori (filha do ex-ditador, Alberto Fujimori, que tinha o apoio de Estados Unidos e países europeus).

No Equador, por outro lado, não houve uma vitória de agremiação política de direita. No entanto, este grupo tem ganhado força. O seu representante, nas últimas eleições presidenciais em 2017, Guillermo Lasso (“Alianza por el Cambio”) – que é presidente e sócio de um dos maiores bancos do Equador –, foi o segundo candidato mais votado no primeiro turno, tendo sido derrotado no segundo turno pelo então candidato da esquerda equatoriana e sucessor de Rafael Correa, Lenín Moreno (“Alianza Patria Altiva i Soberana” – PAIS), por uma pequena diferença de cerca de 2% dos votos válidos. Ademais, o grupo de Guillermo Lasso logrou triplicar o número de assentos na Assembleia Nacional em relação às eleições de 2013. Já o grupo de Lenín Moreno, sob o mesmo parâmetro, teve um decréscimo de 26%.

Por fim, cabe mencionar as últimas eleições no Chile, cujo vencedor irá suceder a Presidente da República, Michelle Bachelet, da agremiação de esquerda Partido Socialista (PS). No dia 19 de novembro de 2017, aconteceu o sufrágio, sendo que nenhum candidato atingiu a maioria absoluta dos votos válidos. O candidato mais votado no primeiro turno, com 36,64%, foi Sebastián Piñera, representante da coalisão de direita “Chile Vamos”. Piñera é um empresário e investidor chileno, cuja fortuna é considerada uma das maiores do país. Alejandro Guillier, da coalisão de esquerda da atual presidente da república (“La Fuerza de la Mayoría”), foi o segundo lugar no primeiro turno com 22,70% dos votos válidos. O segundo turno ocorrerá no próximo dia 17 de dezembro. No entanto, o resultado, já definitivo, para o poder legislativo, ratifica o crescimento da direita no Chile, tendo em vista que a coalisão “Chile Vamos” obteve 72 cadeiras para a Câmara dos Deputados e 12 para o Senado (sendo que, atualmente, possui 45 deputados e 14 senadores). Já a coalisão oficialista “La Fuerza de la Mayoría” elegeu apenas 43 deputados e 7 senadores (nas últimas eleições havia eleito 67 e 12, respectivamente).

Por quatro anos seguidos, o instituto de pesquisa “Latinobarómetro” registrou um aumento do número de latino-americanos que se disseram de direita em relação ao espectro ideológico. Em 2016, essa indicação representou 28% da amostra. Por outro lado, a quantidade de pesquisados que se disseram de esquerda caiu, e, no mesmo ano, chegou a 20% (LATINOBARÓMETRO, 2016, p. 38-39). Na maioria dos países latino-americanos, após as ditaduras, manifestar a inclinação político-ideológica como de “direita” não era bem visto. A referida pesquisa indica que a aceitação social em relação ao rótulo “direita” está aumentando.

Por tratar-se de acontecimentos recentes, que tomaram dimensão e relevância regional, especialmente, a partir do final do ano de 2015², percebe-se que ainda não há investigações que procurem compreender o fenômeno sob o viés das dinâmicas ideológicas da região. A análise das ideologias políticas latino-americanas se concentra, principalmente, nas esquerdas. Desta forma, são poucas as investigações sobre a direita latino-americana. Nesse sentido, torna-se relevante compreender quais mudanças ideológicas a direita efetuou – e se efetuou – para lograr êxito nas eleições ou para melhorar o seu desempenho nos sufrágios. Se as direitas modificaram seus discursos e propostas, em quais sentidos e em que direção? A direita está se reformulando para se encaixar em limites característicos da democracia (assim como o ocorrido com a esquerda), ou essa mudança ocorreu somente para fazer frente à ascensão da esquerda? Qual o impacto de governos identificados com a esquerda, suas conquistas e equívocos, na reformulação dos programas de governo da direita? São questionamentos que instigam a

² Com a confirmação da vitória de Mauricio Macri para a Presidência da República Argentina, no segundo turno, em 22 de novembro de 2015.

conhecer mais sobre os últimos movimentos no espectro político-ideológico da democracia latino-americana.

A pergunta que norteará este trabalho, no entanto, parte do pressuposto que mudanças ideológicas são frequentes e refletem as condições de oposições ideológicas em determinada democracia. Desta forma, assim como parte considerável da esquerda latino-americana deslocou o conteúdo ideológico para a direita, para lograr êxito nas eleições, a direita, que agora ascende ao poder e cresce em números nos sufrágios, teve que deslocar significados e propostas político-ideológicas? Em que sentido? Assim, busca-se identificar **quais deslocamentos ideológicos ocorreram na direita peruana que ascendeu ao poder?**

Como objeto de estudo, optou-se por analisar o caso do Peru, que foi o último país sul-americano a eleger um presidente tido como de direita (Pedro Pablo Kuczynski), sucedendo um caracterizado como de esquerda (Ollanta Humala), o qual, dentre alguns insucessos, dificuldades econômicas, institucionais e políticas (BAZAN, 2016, p. 156-170), logrou êxito em instituir relevantes políticas sociais em diversas áreas. Kuczynski participou do sufrágio presidencial ocorrido no ano de 2011, tendo alçado o terceiro lugar, com quase 19% dos votos válidos do primeiro turno. Novamente, em 2016, participou das eleições gerais, vencendo no segundo turno, com um pouco mais de 50% dos votos válidos.

O caso peruano é tido de relevância, pois o país foi o berço de alguns dos mais destacados autores do pensamento social latino-americano, como Mariátegui (2004) e Haya de La Torre (2010), que promoveram interpretações marxistas da realidade regional. Entretanto, somente após 190 anos da sua independência (especificamente, no ano de 2011), é que o país elegeu um Presidente da República com um direcionamento ideológico-político de esquerda³, mas, após os cinco anos de mandato, foi sucedido por uma aliança partidária de posicionamento político-ideológico de direita.

Desse modo, este trabalho propõe aprofundar os estudos em relação ao espectro político-ideológico na democracia latino-americana – pretensamente aberta a todos os programas ideológicos, mas que, historicamente, limita propostas mais radicais de esquerda (NEGRI, 2009) –, utilizando-se da análise comparativa das propostas de plano de governo de Pedro Pablo Kuczynski para as campanhas eleitorais para Presidente da República do Peru em 2011 e 2016, a fim de averiguar se houve deslocamento ideológico em relação às suas propostas, e, se sim, como se caracterizou. Em outras palavras, a presente dissertação busca

³ Sem a formalização de alianças com partidos de direita, e possuindo a maioria simples no Congresso, ou seja, sem a necessidade de aliança com outros partidos opostos no espectro político-ideológico.

apurar se as restrições ideológicas, dentro da democracia liberal, impostas à esquerda ocorrem também com as propostas da direita.

A partir dessa questão, delineou-se como objetivo principal: investigar se houve mudanças ideológicas na direita peruana, com o fito de compreender a dinâmica do espectro político-ideológico latino-americano e sua relação com a abertura da democracia à contestação. Ademais, como objetivos específicos, se propõe: esquematizar as origens, a evolução e a consolidação da democracia liberal; demonstrar a influência da ideologia e da hegemonia diante da democracia; formular um histórico evolutivo da direita dentro do espectro político-ideológico e descrever as características ideológicas da direita peruana; averiguar se houve mudanças ideológicas nos programas de governo de Pedro Pablo Kuczynski entre 2011 e 2016; bem como, analisar a democracia liberal latino-americana e se há possíveis limites para a consolidação de ideologias de direita.

Robert Dahl (2015) define a participação e a oposição como as bases sob as quais a análise da democracia se constitui. Apesar do considerável destaque dado pelo autor à contestação, as análises que se seguiram pouco ampliaram o debate especificamente sobre esse ponto. Há um intenso debate sobre a participação, seguindo uma demanda de inclusão e ampliação de seus mecanismos, que supera criticamente a proposta de Dahl. Segundo o autor, entretanto, a participação sem oportunidades para expressar posições políticas contraditórias e condições institucionais para que se estabeleçam propostas escolhidas pela maioria que se contraponham a interesses específicos, não pode ser considerada democrática, mas um subtipo definido como Sistema Hegemônico Inclusivo (DAHL, 2015, p. 30).

Autores como Dahl e Bobbio seguem uma visão acerca da democracia – difundida por Schumpeter a partir da década de 1940 –, a qual está mais orientada para o estabelecimento de regras de “como” se deve alcançar as decisões políticas e menos para “quais” são essas decisões, ou seja, preza-se pelo estabelecimento e cumprimento de um conjunto de regras do “jogo democrático” (BOBBIO, 1998, p. 327). Apesar de ambos autores não firmarem um entendimento no mesmo sentido em torno da democracia, compartilham de uma da mesma inclinação doutrinária quanto ao fato de que a democracia, desde que observadas certas regras (ou condições) procedimentais (DAHL, 2005; BOBBIO, 1997), seria um regime que comporta qualquer tipo de ideologia dentro do espectro político.

Dessa forma, qualquer tipo de proposta político-ideológica⁴ estaria apta, *a priori*, a participar e concorrer, em total igualdade com as demais, em um pleito eleitoral. Isso seria uma

⁴ Sistema político pluralista.

das características procedimentais primordiais da democracia, a possibilidade plena de contestação/oposição (além da participação). Mas o que se tem visto, na América Latina, é o amoldamento (ou deslocamento) de programas ideológicos de esquerda (sobretudo os considerados mais “radicais” economicamente) para poderem concorrer “igualmente” no sistema democrático liberal (NEGRI, 2009).

Portanto, esse modelo de democracia, defendido e apresentado pelos autores, possui uma aparência de condições institucionais para a abertura à contestação/oposição, sem, no entanto, refletir, na prática (levando-se em consideração o caso da esquerda na América Latina), as reais condições de contestação/oposição. Esse modelo de democracia liberal, aplicado, na América Latina, igualmente, possui limites em relação aos conteúdos ideológicos de direita?

O aporte de Antonio Gramsci, quando trata da separação da estrutura e das superestruturas e da interação de ambas (bloco histórico), bem como do “aparato hegemônico” (GRAMSCI, 1984), possibilita uma interpretação ideológica acerca da democracia – de forma a apurar se há limites dessa forma de aquisição ao poder em relação às propostas de direita, ou se os conteúdos ideológicos “direitistas” são totalmente compatíveis com as balizas da democracia liberal –, assim como observar a relação entre o sistema democrático liberal e ideologia hegemônica, especialmente no que concerne aos conteúdos programáticos de direita.

Gramsci trata a ideologia como uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente não só no econômico e no campo da produção das ideias ou tampouco apenas como instrumento de dominação e ocultamento da realidade, senão em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva (1984, p. 16). Logo, a ideologia está presente na política e na própria concepção de democracia adotada, por exemplo. Então, para Gramsci, existem diversas ideologias que coexistem, e, até mesmo, em determinados casos, interagem. Desse modo, a ideologia une uma concepção de mundo a uma norma de conduta correspondente a essa concepção, e, assim, adquire um caráter de função da vida real de organização e ação, ainda que esta possa estar em contradição à posição do respectivo indivíduo na sociedade (GRAMSCI, 1984, p. 20).

Assim, para Gramsci, as ideologias hegemônicas são capazes de agir na visão do mundo do indivíduo (por meio da construção e “imposição” de valores e crenças), de forma a dominá-lo sem a necessidade de qualquer tipo de coerção física. Desse modo, a passividade de cada sujeito é uma característica que permite a consolidação do consenso, ou seja, “quando tal grupo [...] toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha” (GRAMSCI, 1984, p. 15). Essa relação de hegemonia se aplica não só aos homens no interior de uma nação, e “entre as diversas forças

que a compõe, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos e civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 1984, p. 37).

Portanto, a hegemonia é a capacidade de unificar, por meio da ideologia, e de propiciar objetivamente a manutenção da união de um bloco social que, organicamente, não é homogêneo, senão caracterizado por grandes contradições de classe. Desse modo, uma classe se torna hegemônica, isto é, dominante e dirigente, quando consegue manter, “conectados”, grupos heterogêneos, por intermédio de ações ideológicas, morais, políticas e culturais, de modo a evitar que tais antagonismos causem uma ruptura ou crise na ideologia dominante, tendo plena consciência teórica e cultural da própria ação (GRUPPI, 1980, p. 11-70), não bastando, portanto, tão-somente o domínio do poder econômico, embora este também faça parte de um dos aspectos da hegemonia. Essa “unidade ideológica” pode ser formada tanto por apenas uma ideologia como pela combinação de algumas dominantes (FREEDEN, 2013, p. 38).

Dessa forma, o conceito de hegemonia em Gramsci é uma ferramenta de investigação importante, pois aborda uma visão não só na estrutura econômica e na organização política da sociedade, mas também alcança um olhar sobre o modo de pensar, de conhecer, além das estruturas ideológicas e culturais. Assim, permite observar as influências da hegemonia nos cidadãos, como, por exemplo, em relação à escolha ou não a determinadas propostas políticas num sufrágio dentro de um sistema democrático liberal – por mais que estas estejam em contradição à sua posição na sociedade. Em outras palavras, as contribuições do autor italiano permitem compreender melhor em torno do que as ideologias oscilam – se aproximam ou se distanciam – do centro do espectro ideológico.

A variedade de conceitos em relação à direita e à esquerda traz a necessidade de realizar um diálogo mais intenso entre autores com diferentes perspectivas quanto aos critérios de diferenciação entre os polos da diáde, assim como com os que rechaçam a sua vigência, como Giddens (1996) e Freedden (2013). A partir dessa análise, permite-se apurar pontos conceituais em comum que possam caracterizar, sem maiores discrepâncias e polêmicas, a direita dentro do espectro político-ideológico. Outrossim, buscou-se trazer esta análise e perspectivas para a realidade latino-americana, e, especialmente, para a peruana.

As questões até então suscitadas embasaram a análise empírica realizada na presente dissertação, vinculada, obviamente, ao seu objetivo principal: analisar se as propostas da direita, especificamente, as de Kuczynski, sofreram algum tipo de deslocamento ideológico. Isto é, se o discurso foi amoldado para estar mais próximo da(s) ideologia(s) hegemônica(s).

A partir dos planos de governo apresentados para a candidatura de Kuczynski nos pleitos de 2011 e 2016, selecionaram-se sete categorias analíticas (“modelo econômico”,

“modelo de desenvolvimento”, “relação entre Estado e economia”, “visão sobre a corrupção”, “descentralização”, “segurança cidadã e nacional” e “visão sobre valores/organização da sociedade”), tomando-se, como ponto de partida, o programa de governo apresentado para as eleições de 2011. A escolha das respectivas categorias baseou-se tanto em abordagens que pudessem caracterizar uma aproximação ou afastamento da direita dentro do espectro político-ideológico, como de acordo com a própria disponibilidade de informações no documento de 2011⁵. A análise é realizada de forma individualizada, isto é, por categoria analítica dentro do respectivo plano de governo.

A análise das sete categorias escolhidas aponta para a manutenção do discurso de Kuczynski em relação a três delas, todas relativas à questão econômica. No entanto, em relação às outras, o estudo demonstra que houve uma mudança do discurso em relação do plano de governo de 2011 para o de 2016. Estas quatro categorias se referem a questões afetas, especialmente, ao viés social e à organização da sociedade. Desse modo, o estudo empírico aponta para uma mudança de discurso da direita peruana (em Kuczynski) para a esquerda, no que diz respeito à assimilação e ao aprofundamento de questões sociais.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, é apresentada a temática que será trabalhada, o contexto da América Latina em relação ao espectro político-ideológico, o problema suscitado para ser pesquisado, os objetivos (geral e específicos) do trabalho, as justificativas teóricas e sociais para o prosseguimento da pesquisa, bem como o resumo da estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, é abordada a democracia, utilizando-se, como ponto de partida, as “origens” das experiências democráticas ocorridas, especialmente, em Atenas e no império romano. A abordagem histórica busca trazer algumas contribuições significativas para a compreensão da democracia moderna, especialmente sob os aspectos de participação e oposição, levando em consideração, ainda, que tais experiências de governos populares influenciaram pensadores modernos, como Rousseau, a formular suas ideias.

Ademais, o recorrido histórico é desenvolvido em torno das bases da democracia moderna. Dessa forma, são utilizados os aportes de Rousseau, formulados a partir de um modelo ideal democrático, sustentado na soberania popular e na participação direta; o pensamento dos “fundadores da democracia americana”, Madison, Hamilton e Jay, baseado

⁵ Conforme explicitado no tópico “5.2.1.2 – Plano de governo de 2011”, o programa de governo para o sufrágio de 2011 possui um baixo quantitativo de páginas (ao todo 38, incluindo capa e índice), é vago em muitos temas e trabalha as propostas de maneira superficial. Logo, uma complexidade da análise empírica restou inviabilizada, considerando ainda a inexistência de outros documentos que pudessem ser utilizados em caráter comparativo.

numa república federativa de grande proporção, administrada por representantes eleitos, e cuja finalidade do Estado deveria ser a proteção da propriedade privada; e as ideias liberais associadas à democracia, a partir do utilitarismo de John Stuart Mill, que preconizava a defesa das liberdades individuais, e, como exceção, a intervenção da sociedade perante o indivíduo, além da asseguuração da diferença de opiniões e ideias, a fim de “maximizar” a felicidade social.

Posteriormente, o capítulo traz uma discussão sobre a democracia moderna, utilizando como foco a teoria empirista (ou procedimental) iniciada em Joseph Schumpeter (1961), que tem, como ponto central, a concepção de que a democracia é uma competição livre por votos livres. Portanto, na teoria schumpeteriana, o espectro político-institucional se torna central, diferentemente das teorias filosóficas (ou normativas) de democracia até então vigentes e dominantes, que se baseavam em valores normativos, bens tutelados e fins desejáveis. A partir dos escritos de Schumpeter, a democracia se torna cada vez mais orientada para o estabelecimento de regras de “como” se deve alcançar as decisões políticas e menos para “quais” são essas decisões, ou seja, preza-se pelo estabelecimento e cumprimento de um conjunto de regras do “jogo democrático” (BOBBIO, 1998, p. 327).

Por conseguinte, foca-se, no maior expoente dessa linha de pensamento, o estadunidense Robert Dahl. Ele apresenta a sua proposta, que é embasada em duas dimensões teóricas da democratização: a participação e a oposição. Assim, a democracia é analisada, primordialmente, sob estes dois aspectos analíticos. Portanto, para Dahl (2015), desde que haja a asseguuração dessas duas dimensões em níveis altos e o respeito às garantias (ou condições) institucionais, a democracia é um sistema apto para que qualquer conteúdo político-ideológico possa participar e concorrer num sufrágio.

Finalmente, na última parte deste capítulo, a partir das teorias e experiências democráticas apresentadas, se questiona se os limites à contestação é algo inerente à democracia ou se este regime de governo suporta, de fato, a competição, em total igualdade, a todos os conteúdos político-ideológicos.

No terceiro capítulo, é abordada a temática da ideologia e da hegemonia. Apresentam-se as origens do conceito de ideologia, os primeiros significados e as dificuldades conceituais em torno do termo. Por conseguinte, descrevem-se as concepções da ideologia, focando-se em dois campos de abrangência: significado forte e significado fraco da ideologia. O primeiro tipo geral, de linhagem marxista, sustenta-se, a partir da falsa consciência das relações de classes, ou seja, do domínio da classe dominante por meio de um falseamento da realidade. Assim, é firmado num conceito “negativo”, uma vez que denota especificamente o caráter distorcido (ou mistificante) de uma crença política. Já a segunda dimensão diz respeito ao cerne dos sistemas

de crenças políticas, entendido como um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e valores inerentes à ordem pública, cuja função é orientar os comportamentos políticos de determinado grupo (STOPPINO, 1998, p. 585).

A partir da segunda perspectiva, é apresentada a ideologia política utilizando-se os aportes de Michael Freeden e de Ernesto Lachau e Chantal Mouffe. O diálogo entre os autores é realizado a partir da visão de cada um sobre a ideologia política, sendo que o primeiro trata as ideologias como produtos linguísticos e semânticos, tendo em vista que estas se expressam, primeiramente, por meio da linguagem. Os segundos focalizam as ideologias (na verdade, a análise discursiva) a partir dos antagonismos sociais, base da estrutura do mundo político; apesar de darem uma importância considerável à linguística e à semântica, inclusive, numa perspectiva de análise que englobem todos os objetos e ações a fim de compreender um discurso.

É dado um destaque maior à perspectiva de Freeden, uma vez que utiliza as ideologias como ferramenta analítica para compreender a arena política. Assim, entende que todas as formas de pensamento político possuem uma dimensão ideológica, bem como desenvolve suas ideias apartadas de qualquer modelo de dominação subjetiva. Nesse sentido, o capítulo apresenta a dupla divisão analítica proposta por Freeden em relação à ideologia: as macroideologias e as microideologias.

Em seguida, é apresentado o desenvolvimento das ideias de Gramsci em relação à ideologia. O autor parte do aporte de Marx e Engels para elaborar o seu conceito, no entanto, não se fixa neste, ampliando-o, e em determinados aspectos se aproximando de uma concepção neutra. Portanto, a ideologia em Gramsci é um conceito mais amplo, sem, no entanto, perder o viés crítico de controle e dominação.

Por fim, a partir das ideias de Gramsci em relação à ideologia, o capítulo trata do conceito de hegemonia segundo o mesmo autor, utilizando-se os conceitos adjacentes à ideologia, os quais permitem compreender melhor a dinâmica da hegemonia. Assim, é apresentada a hegemonia como uma ferramenta importante de investigação, pois aborda uma visão não só na estrutura econômica e na organização política da sociedade, mas também alcança um olhar sobre o modo de pensar, de conhecer, além das estruturas ideológicas e culturais. Portanto, as contribuições de Gramsci permitem compreender as oscilações da ideologia em relação ao centro do espectro.

No quarto capítulo, exploram-se as categorias analíticas em torno da direita. Esta parte se inicia com um breve recorrido histórico acerca das origens da díade direita-esquerda dentro do campo político, remontando, assim, à época da Revolução Francesa. Logo, é apresentado

um diálogo entre os dois primeiros teóricos da direita e da esquerda, Burke e Paine, respectivamente (LEVIN, 2017, p. 241), que, por meio de escritos e da ação política no final do século XVIII, firmaram as primeiras compreensões teóricas em tornos dos núcleos constitutivos da díade.

Em seguida, discorre-se, em perspectiva histórica e analítica, sobre as definições e redefinições ocorridas em torno da direita em nível ocidental, sobretudo levando em consideração as influências do marxismo (socialismo) e do neoliberalismo. Enfim, busca-se realizar um diálogo entre autores como Bobbio, Tavares, Giddens, Bresser-Pereira e Freedon, a fim de trazer as principais percepções de cada um sobre a definição da direita dentro do espectro político-ideológico, embora, Giddens e Freedon atuem em outro viés de análise político-ideológica; o primeiro na própria superação do *continuum* direita-esquerda; e o segundo a partir da análise por meio das macroideologias políticas (liberalismo, socialismo e conservadorismo) e das microideologias.

A segunda parte do capítulo focaliza especificamente nos contextos latino-americano e peruano. Desse modo, abordam-se as origens do pensamento liberal desde o período pré-independência até a consolidação dos Estados latino-americanos; o afastamento deste pensamento e a aproximação e manutenção da ideologia política conservadora pelas elites dirigentes; bem como a institucionalização destas duas macroideologias na política com o surgimento da díade direita-esquerda no espectro político da América Latina.

Por conseguinte, descrevem-se as redefinições em torno da direita latino-americana, relativamente após a difusão do socialismo na região, a instituição de governos ditatoriais e a implementação de políticas neoliberais. Finalmente, apresenta-se um paralelo das origens partidárias peruana com a direita daquele país, ou seja, demonstra-se que a instituição do sistema político-partidário peruano esteve ligada ao próprio surgimento da direita naquela nação.

Finalmente, relaciona os partidos peruanos de maior expressão popular identificados com a direita (“Fuerza Popular”, “Aliança para el Progreso” e “Peruanos por el Kambio”), apresentando, de uma forma sintética, os respectivos históricos e as bases político-ideológicas. Desse modo, observa-se uma prevalência da direita na política peruana, que compete entre si, sob alguns direcionamentos distintos: liberal, populista, conservador, por exemplo.

No último capítulo, é descrita uma breve biografia de Pedro Pablo Kuczynski, que, em síntese, permite observar o seu perfil tecnocrático e de adepto às políticas liberais (e neoliberais), bem como sua posição política quanto à relação entre empresas e mercado, e empresas e Estado. Ademais, abordam-se as experiências de Kuczynski dentro da política

peruana. Outrossim, é apresentada as origens e bases do partido “Peruanos Por el Kambio”, dando destaque para o caráter personalíssimo desta agremiação política na figura de Kuczynski.

Após, é realizada uma análise, individualizada, do conteúdo dos planos de governo de Kuczynski apresentados para as eleições presidenciais do Peru em 2011 e 2016, apresentando previamente as principais regras para o correspondente sufrágio, bem como o respectivo contexto político-eleitoral de cada pleito. Para a análise dos planos de governo, foram selecionadas sete categorias analíticas, com o objetivo de explorar cada uma delas, utilizando-se das bases teóricas em torno da direita. Isto é, são empregadas categorias cujo posicionamento diverso pode indicar uma maior proximidade ou não com a direita.

Em seguida, é procedida uma comparação de cada plano de governo, utilizando-se das análises realizadas de cada categoria analítica, na qual é possível observar as continuidades entre as propostas de Kuczynski, sobretudo no que diz respeito às bases econômicas, assim como, as mudanças de posições de algumas temáticas, com o acréscimo de um viés social mais característico da esquerda, configurando, desse modo, uma mudança do discurso.

Por fim, são transcritos alguns trechos das entrevistas obtidas de três informantes vinculados ao “PPK” e do especialista em política peruana, Prof.º Dr. Fernando Tuesta Soldevilla, que mantenham relação com as categorias analíticas selecionadas para análise dos programas de governo de 2011 e 2016.

2 – A abertura ideológica da democracia

Depois da queda do muro de Berlim, a maior parte das discussões sobre o regime de governo⁶ são versadas na premissa de que a democracia é algo inerente a uma sociedade avançada e justa. Dessa forma, a democracia se consolidou com uma das palavras mais significativas e relevantes do léxico científico, político e social. O seu emprego está difundido nos mais variados campos do saber, perpassando todas as camadas sociais e assumindo multiplicidade de significados. O grande uso do termo traz consigo o desejo social (ainda que difuso) da sua permanência/implementação, tornando a democracia como um “norte” a ser seguido.

Somente a importância do uso (e dos anseios decorrentes) do vocábulo democracia, já seria um argumento suficiente para demonstrar a relevância do tema. No entanto, o campo, em torno desse termo, é muito maior. Dada essa amplitude, este capítulo buscará abordar as “origens” da Democracia, pontuando historicamente algumas contribuições significativas para a compreensão da democracia moderna, e utilizando-se, como foco, além de pontos relevantes, a questão da participação e, principalmente, da oposição em cada autor, linha de pensamento e/ou momento histórico. Finalmente, abordará a perspectiva da democracia empírica (ou procedimental), relativamente às contribuições de Robert A. Dahl (2015), a fim de tentar identificar possíveis limites existentes na “democracia prática” para a competição de todos os conteúdos ideológicos num pleito eleitoral.

O ponto de partida da análise em relação à origem da Democracia é a experiência da Grécia antiga. Sabe-se que não foi nessa localidade que ela surgiu, de fato, mas tampouco se pode precisar onde e quando foi desenvolvida pela primeira vez (DAHL, 2001, p. 19). Sem embargo, entende-se que, somente a partir da consolidação do sistema político Grego, o ocidente conheceu o vocábulo e o seu ideal. A palavra *demokratia*, de origem grega – provavelmente ateniense – significa: *demos*, povo, e *kratos*, governar (ou poder político). Registros indicam que o historiador Heródoto foi quem utilizou o termo democracia pela primeira vez no século V a.C. (SARTORI, 1994b, p. 34; DAHL, 2001, p. 21).

Em um período parecido, houve a instituição da república romana, também um governo dotado de algumas instituições políticas que previa a participação dos seus “cidadãos”.

⁶Ou forma de aquisição ao poder; ou modo que possa ser exercido o poder político (BOBBIO, 2007, p. 135).

A República Romana tem o mérito de ser considerada o sistema democrático mais duradouro da história (DAHL, 2001, p. 24), e, por isso, pôde fornecer mais elementos da sua dinâmica do que a democracia ateniense.

Um dos méritos de ambas experiências de governos populares foi a de influenciar pensadores da modernidade⁷ que, por sua vez, formularam ideias que embasaram diretamente a formulação da concepção atual de democracia. Nesse sentido, Bobbio (2015, p. 52) destaca que o modelo de democracia moderna foi a democracia dos antigos.

Quando se utiliza o termo democracia, muitas vezes, pode-se estar falando de coisas distintas, de experiências que ocorreram em lugares e em épocas diferentes, de um sistema político, de uma forma de aquisição ao poder ou de um ideal. Portanto, neste capítulo, utilizar-se-á, em vários momentos, a terminologia utilizada por Dahl (2001) – governo popular – para se referir às diversas experiências democráticas ou republicanas antigas e teóricas.

Na segunda parte do capítulo, abordar-se-ão as bases da democracia moderna. Utilizar-se-ão os aportes do considerado “pai da democracia moderna”, Jean Jacques Rousseau (BOBBIO, 2015, p. 70), formulados a partir de um modelo ideal democrático, baseado na soberania popular e na participação direta; o pensamento dos “fundadores da democracia americana”, Madison, Hamilton e Jay, sustentado numa república federativa de grande proporção, administrada por representantes eleitos, e cuja finalidade do Estado deveria ser a proteção da propriedade privada; e as ideias liberais associadas à democracia, a partir do utilitarismo de John Stuart Mill⁸, que preconizava a defesa das liberdades individuais, e, como exceção, a intervenção da sociedade perante o indivíduo, além da asseguuração da diferença de opiniões e ideias, a fim de “maximizar” a felicidade social.

A abordagem desses pensamentos é importante para entender o contexto atual de democracia, já que influenciou diretamente a formatação de alguns modelos democráticos, especialmente em países que hoje possuem grande influência político-econômica no mundo, como França, Estados Unidos e Inglaterra, e que até hoje servem como parâmetro para balizar se determinado governo é ou não “democrático”.

A terceira parte do capítulo trará uma discussão sobre a democracia moderna, utilizando como foco a teoria empirista (ou procedimental) iniciada em Joseph Schumpeter (1961), que tem, como ponto central, a concepção de que a democracia é uma competição livre por votos livres. Portanto, na teoria schumpeteriana, o espectro político-institucional se torna

⁷ Por exemplo, a teoria do contrato social de Rousseau se apoia sobre argumentos racionais e está ligada ao nascimento da democracia (BOBBIO, 2015, p. 227).

⁸ O ensaio “Sobre a Liberdade” de Mill é considerado o “abc” do liberalismo (BOBBIO, 2015, p. 175).

central, diferentemente das teorias filosóficas (ou normativas) de democracia até então vigentes e dominantes, que se baseavam em valores normativos, bens tutelados e fins desejáveis.

A partir dos escritos de Schumpeter, a democracia se torna cada vez mais orientada para o estabelecimento de regras de “como” se deve alcançar as decisões políticas e menos para “quais” são essas decisões, ou seja, preza-se pelo estabelecimento e cumprimento de um conjunto de regras do “jogo democrático” (BOBBIO, 1998, p. 327).

Robert Dahl segue o viés minimalista de Schumpeter e prossegue nos estudos em relação à democracia procedimental, mas não só com o objetivo de entender a democracia, senão também com o intuito de promovê-la (SARTORI, 1994a, p. 211). A sua proposta está embasada em duas dimensões teóricas da democratização: a participação e a oposição. Assim, a democracia é analisada, primordialmente, sob estes dois aspectos analíticos. Portanto, para Dahl (2015), desde que essas duas dimensões estejam asseguradas em respeito às garantias (ou condições) institucionais, a democracia é um sistema aberto a qualquer conteúdo político-ideológico.

Por fim, na última parte deste capítulo, a partir das teorias e experiências democráticas apresentadas, se questiona se os limites à contestação é algo inerente à democracia ou se este regime de governo suporta, de fato, a competição, em total igualdade, a todos os conteúdos político-ideológicos.

2.1 – Origens da democracia

Não se pode precisar a época e o local exato em que a Democracia foi criada e exercitada pela primeira vez. Tampouco, é possível afirmar que teve uma única origem. O mais provável é que tenham sido desenvolvidas algumas democracias ao longo da história e do globo terrestre, em diferentes tempos e por diferentes culturas. Da mesma forma como ocorreu com outras invenções (ou descobertas), como: o fogo, a fundição do ferro, a roda, a pintura, a escrita, que surgiram mais de uma vez, em mais de uma localidade, por diversos povos e, em épocas distintas da história. Portanto, a existência de condições favoráveis – especialmente às relativas à igualdade – é o que possibilita o aparecimento e o desenvolvimento da Democracia (DAHL, 2001, p. 19-20).

No entanto, devido ao grande desenvolvimento, ao uso da escrita e à preservação de algumas bibliografias, documentos⁹ – mesmo após os diversos enfrentamentos bélicos, e dominação por outros povos –, atribui-se às origens mais remotas da democracia às culturas gregas e romanas clássicas, isto é, às existentes por volta do ano 500 a.C. Grécia e Roma consolidaram por séculos seus sistemas de governos, possibilitando a participação de um número significativo de cidadãos nas decisões estatais (DAHL, 2012, p. 2). As bases desses sistemas foram tão sólidas, que perduraram, como referência, mesmo após os respectivos declínios e inspiraram, após mais de 2000 anos, o considerado “pai da democracia moderna”, Jean-Jacques Rousseau, a projetar um modelo democrático “ideal” que previa a democracia direta (BOBBIO, 2015, p. 70-87).

2.1.1 – A democracia ateniense

Quando se fala na democracia Grega, na verdade, a referência mais acertada é em relação a *polis* (ou cidade-Estado) de Atenas. Foi nesta localidade em que se desenvolveu o exemplo mais relevante e desenvolvido de democracia naquela região. Durante a metade do século V a.C., ocorreu uma transformação, nas ideias e instituições políticas atenienses, que permitiu que essa “nova” compreensão de mundo se institucionalizasse¹⁰. Dahl (2012, p. 17) destaca a grande importância desse processo histórico e coloca-o no mesmo patamar de relevância da invenção da roda e da descoberta do Novo Mundo.

Antes da criação das medidas que culminaram na democracia ateniense, prevalecia um sistema político tirânico, baseado no uso da violência como forma de ascensão ao poder. Os “tiranos” haviam substituído a outros sistemas anteriormente existentes, como o monárquico e o dos “legisladores” Drácon e Sólon¹¹. Dessa forma, o contexto da criação da democracia ateniense foi para fazer frente à gestão tirânica, de forma a instituir um governo no qual os cidadãos pudessem participar diretamente dos assuntos públicos.

No que concerne à participação, desde as primeiras análises, já se observa uma limitação do número de pessoas aptas a participar do processo político. Somente os cidadãos tinham direito ao voto, à fala, a ocupar funções públicas e à propriedade de terras. A população identificada como cidadão eram somente os homens livres, maiores de 18 anos, filhos de pai e

⁹ Apesar da prevalência da existência de poucos fragmentos dos escritos e dos discursos dos defensores da democracia à época, há uma gama considerável de escritos dos críticos da democracia do período relatado, como Platão e Aristóteles (DAHL, 2012, p. 18).

¹⁰ As medidas implantadas, que puderam culminar na “democracia ateniense”, ocorreram por volta do ano de 508 a.C., no governo de Clístenes (DAHL, 2012, p. 19).

¹¹ As reformas políticas implantadas por Solón (590 a.C.) são tidas com as primeiras bases para a consolidação da democracia ateniense.

mãe atenienses. Portanto, mulheres, menores de idade, estrangeiros (*metecos*) e escravos estavam fora do processo político-democrático ateniense. Os aptos a participar da vida pública representavam uma pequena minoria da população adulta de Atenas (DAHL, 2012, p. 6-31), e, ainda assim, uma ínfima parcela atuava ativamente na mais ampla arena de deliberação (a Eclésia), a qual, geralmente, não recebia mais do que três mil cidadãos, de um total estimado de cerca de quarenta mil aptos (BOBBIO, 2015, p. 88; DAHL, 2012, p. 23).

Isto demonstra um pouco da inexecuibilidade da democracia direta, pois, mesmo com um baixo número de aptos a participar no processo político-democrático, a participação efetiva na principal esfera deliberativa demonstrava-se baixa. Nesse sentido, Sartori (1994b, p. 40) entende que, para que a democracia direta seja viável, há a necessidade da presença e participação real e efetiva das pessoas envolvidas, ou seja, é impossível a sustentação desse modelo com o seu exercício “a distância” e pela maior parcela de “ausentes”. Em outras palavras, quanto maior o número de pessoas envolvidas, menor é a participação de cada um, e mais baixa é a concentração do poder decisório nas mãos de poucos.

As decisões eram tomadas em diferentes instituições democráticas. As de maiores relevâncias eram a Eclésia (ou Assembleia) e a Bulé (ou Conselho dos 500). A primeira era o local de fato em que se deliberava a maior parte dos assuntos da cidade-Estado. As sessões eram públicas e ao ar livre, e qualquer cidadão ateniense poderia participar por meio da palavra e do voto (BOBBIO, 2015, p. 135). Portanto, não havia representantes para o exercício da democracia no maior organismo democrático ateniense; era um sistema baseado na democracia direta (SARTORI, 1994b, p. 37). Já a Bulé era um conselho composto por 500 membros (representado proporcionalmente pelas dez tribos), escolhidos por sorteio dentre os respectivos cidadãos que possuíssem a partir de 30 anos de idade. As reuniões eram públicas, mas não podia ter a interferência de não-membros. As principais funções da Bulé eram definir a pauta da Eclésia e zelar pelo cumprimento das decisões desta última (DAHL, 2012, p. 28).

Dessa forma, o sorteio era o principal sistema de escolha para prover os cargos públicos em Atenas (SARTORI, 1994b, p. 37). Esses cargos não eram só os relativos às atividades “legislativas” ou consultivas, mas, sim, para os diferentes ramos estatais, como o “judiciário” (magistrados). Praticamente todos os cargos eram para um mandato de apenas um ano. Assim, era praticamente certo que um cidadão fosse ocupar uma função pública ao menos uma vez na vida (DAHL, 2012, p. 27-28). Portanto, salvo raras exceções (como para magistrados em questões pontuais, que necessitassem de um especialista), não havia eleições.

Além de uma baixa participação¹² – devido ao número restrito de cidadãos, bem como em relação aos poucos participantes efetivos na Eclésia –, a democracia ateniense era baseada numa forma de sistema na qual na sua gênese já mitigava a existência de determinadas contestações. A ordem democrática ateniense somente funcionava porque os seus cidadãos eram “suficientemente harmoniosos em seus interesses de modo a compartilhar um sentido forte de um bem geral que não [estivesse] em contradição evidente com os seus objetivos e interesses pessoais” (DAHL, 2012, p. 26). Ademais, seus cidadãos eram destacadamente homogêneos no que diz respeito às características socioeconômicas-culturais-religiosas, pois, se não fosse assim, tenderiam a gerar conflitos políticos e divergências (DAHL, 2012, p. 27; SARTORI, 1994b, p. 38).

No momento em que houve uma maior clivagem da *polis*, na qual os ricos começaram a governar no seu próprio interesse, e os pobres no mesmo sentido, deu-se início a uma desintegração da democracia grega pela luta de classes¹³ (SARTORI, 1994b, p. 39). Portanto, aduz-se que o sistema democrático de Atenas era moldado para que houvesse uma certa coesão entre os seus membros, de forma a inviabilizar qualquer tipo de contestação mais severa. Sartori (1994b) aponta esse princípio de oposição de interesses como um dos motivos da derrocada da democracia ateniense. Dahl (2012, p. 28) lembra que, diferente do conceito moderno de democracia, que está baseado no conflito político e não na harmonia, o ateniense sustentava-se no contrário.

Não obstante, o fato que culminou institucionalmente na queda da democracia ateniense foi a conquista macedônica das *polis* gregas, ocorrida por volta do ano de 346 a.C. (BOBBIO, 2015, p. 271; DAHL, 2012, p. 34). A conquista helênica restou facilitada pela debilidade grega ocasionada pelos vários conflitos que haviam acontecido entre as suas cidades-Estados durante as últimas décadas, bem como pelas disputas internas pelo poder (AGUILERA, 2017).

2.1.2 – A república romana

Num período similar ao grego – ou seja, por volta do século V a.C. –, introduziu-se em Roma uma espécie de governo popular chamado de república: *res*, coisa ou negócios, e *publicus*, público. Em outras palavras, “a coisa pública” ou “os negócios do povo” (DAHL,

¹² Analisando sob uma perspectiva democrática contemporânea.

¹³ Aristóteles já observava que era impossível que um homem pobre fosse, de fato, um cidadão; já que precisaria trabalhar e não teria como se dedicar aos assuntos públicos com esmero. Lembrando que, quanto mais ricos, mais escravos o cidadão ateniense tinha (SARTORI, 1994b, p. 40).

2001, p. 23). Na primeira etapa do sistema republicano romano, a participação era muito restrita. Somente os membros da aristocracia (patrícios) estavam aptos a participar da vida pública, sobretudo na arena de maior importância: o senado¹⁴. No entanto, após diversos embates entre a plebe (ou povo – que representava a maior parte da população) e a aristocracia, que perduraram por séculos, o primeiro grupo conquistou gradativamente a ampliação dos seus direitos (DAHL, 2001, p. 23), com a criação de novos campos de deliberação pública, respaldados por um conjunto de leis, até alcançar o direito de poder ocupar o posto de senador. Dessa forma, houve um aumento relativo da participação; já que o direito à cidadania era censitário (de acordo com a renda) (SANT’ANNA, 2015).

No entanto, semelhantemente à democracia ateniense, a república romana só previa a participação de homens livres no processo político (SARTORI, 1994b, p. 45). Em relação aos povos conquistados, o sistema românico era, *a priori*, mais amplo do que o de Atenas, uma vez que para estes havia, em diversas situações, a previsão da aquisição do direito de atuar nas arenas públicas, ou seja, tornavam-se, de fato, cidadãos, com todas as garantias e privilégios decorrentes – exceto aos que se tornavam escravos. O império romano ampliou os seus domínios territoriais muito além da península itálica, o que implicou um crescente número de cidadãos.

Por outro lado, a mera ampliação do número de cidadãos romanos não apresentou um aumento considerável da participação efetiva na política da república. Dahl (2001, p. 23-24) aponta que Roma jamais adaptou adequadamente suas instituições de governo popular para incluir esse “novo” público. Ou seja, as assembleias de discussão e deliberação continuaram a se localizar exclusivamente na cidade sede. Dessa forma, o distanciamento geográfico, os custos de locomoção e as atribuições laborais de cada cidadão que não vivia em Roma (e seus arredores) inviabilizava a participação efetiva da maior parte dos cidadãos. Este problema foi se agravando à medida em que eram conquistados novos territórios.

Portanto, assim como na democracia de Atenas, uma oposição efetiva restava prejudicada pelo baixo número de participantes ativos no sistema republicano. A própria dinâmica das bases do governo popular romano era consolidada numa limitação à contestação, ou seja, mais exclusiva do que inclusiva. Esse fator excludente, que contribuiu para uma inquietude civil, aliado às guerras, à corrupção, à militarização e por um decréscimo no espírito cívico dos cidadãos, trouxe o enfraquecimento da república romana (DAHL, 2001, p. 24). A derrocada do governo republicano por César (com a manutenção da ditadura e a incorporação

¹⁴ Os outros cargos de importância eram os de cônsules, pretores, questores, censores e ediles.

de poderes de outras instituições republicanas, a partir de 49 a.C.) é o marco do fim do governo popular romano (DAHL, 2012, p. 2).

2.1.3 – Outras experiências democráticas ocidentais relevantes

Somente após alguns séculos depois, houve experiências histórica relevantes para a consolidação da democracia moderna. O natural crescimento da população, em alguns lugares, exigiu uma outra forma de organização política, a da democracia indireta (também chamada de democracia representativa); mesmo que inicialmente as instâncias deliberatórias estivessem subordinadas a uma instituição superior (como a um monarca). Dahl (2001, p. 28) afirma que “essa combinação de instituições políticas [se originou] na Inglaterra, na Escandinávia, nos Países Baixos, na Suíça e em qualquer outro canto ao norte do Mediterrâneo”, tendo vigorado, aproximadamente, entre os anos de 600 a 1000 d.C.

Por mais que fosse um sistema marcado pela baixa participação – uma vez que somente os homens livres e de posses territoriais consideráveis pudessem eleger membros – o desenvolvimento das assembleias locais influenciaram diretamente à constituição do Parlamento Inglês, além de ter demonstrado a viabilidade da instituição da democracia representativa nas esferas local e nacional (DAHL, 2001, p. 28-29; DAHL, 2012, p. 43).

Outro caso de relevância foi o renascimento gradativo de repúblicas no norte da Itália, a partir do ano 1100 d.C., tendo durado até meados do período renascentista (ou seja, por volta do século XVI):

Durante mais de dois séculos, essas repúblicas floresceram em uma série de cidades italianas. Uma boa parte dessas repúblicas, como Florença e Veneza, eram centros de extraordinária prosperidade, refinado artesanato, arte e arquitetura soberba, desenho urbano incomparável, música e poesia magníficas, e a entusiástica redescoberta do mundo antigo da Grécia e de Roma (DAHL, 2001, p. 25).

A base da república romana foi preservada no sentido da criação de instituições que limitavam o poder do governante e das próprias instâncias deliberatórias, bem como quanto à restrição da participação popular nos assuntos públicos. Dessa forma, somente os considerados cidadãos tinham direitos políticos. Por outro lado, os mais importantes cargos políticos apenas poderiam ser ocupados pela aristocracia e nobreza (DAHL, 2012, p. 49).

2.2 – As bases da democracia moderna

Apesar da grande contribuição das experiências de governos populares desenvolvidas desde o século V a.C., a democracia moderna foi construída juntamente com a instituição dos

Estados-Nações modernos. A partir do século XVIII, iniciou-se uma mudança no pensamento político ocidental. Gradativamente, abandonou-se a ideia de que os Estados democráticos e republicanos somente eram viáveis para gerir Estados pequenos. Dahl (2012, p. 339) destaca que a democracia somente teve um futuro viável devido à ampliação do seu âmbito de abrangência da cidade-Estado para o Estado nacional. Sartori (1994b, p. 36) acrescenta que a mudança de objetivos e valores propiciou o ressurgimento da democracia, no entanto, instituída sob novos ideais.

A tradição republicana-democrática foi remodelada e reinterpretada na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, paralelamente à instituição dos respectivos Estados-Nações modernos, servindo, desde então, em maior ou menor parte, de “inspiração” posterior para a maior parte dos países. Bobbio (2007, p. 145) ressalta que a contribuição de Rousseau quanto à liberdade como autônômica, ou da liberdade descrita como “a obediência de cada um à lei que se prescreveu”, torna-se, após as revoluções americana e francesa, o principal argumento em favor da democracia frente às demais formas de governo.

2.2.1 – Os alicerces da democracia francesa em Rousseau

Apesar das limitações – sob a ótica atual – do pensamento de Jean-Jacques Rousseau (2010) em relação à democracia, os aportes¹⁵ do filósofo genebrino são de extrema relevância, pois trouxeram novamente ao debate político o ideal democrático – relegado deste as últimas experiências do norte da Itália –, e serviu de inspiração para algumas revoluções, sobretudo a francesa. Esses movimentos de ruptura institucional trouxeram à baila o preceito rousseauiano de organização política, na qual a soberania deve pertencer ao povo, e não a um único homem ou a um limitado grupo de indivíduos dotados de poderes absolutos.

Rousseau, para compor o seu modelo ideal, traça uma ruptura na história da humanidade, marcada pelo momento em que o homem passa do estado de natureza – caracterizado pela não desigualdade – para o estado civil, marcado por uma paz (não perpétua, mas estável) (BOBBIO, 2015, p. 273-274). É exatamente neste momento que há a instituição da propriedade privada e das leis, e, como consequência, o surgimento de diversos problemas sociais gerados, em especial, pela desigualdade. Portanto, o fundamento de democracia surge para Rousseau na existência da propriedade privada (ROUSSEAU, 2010, p. 23).

A teoria de Rousseau parte do pressuposto de que o ser humano perde, pelo contrato social, a liberdade natural (limitada pela força individual) e um direito ilimitado a fazer tudo

¹⁵ Especialmente com a obra “O Contrato Social”, publicada no ano de 1762.

que seja da sua vontade e esteja ao seu alcance (SARTORI, 1994a, p. 44). No entanto, ganha a liberdade civil (limitada pela vontade geral), a igualdade moral e a garantia da propriedade do que possua (ROUSSEAU, 2010, p. 32-35). A consecução desses dois objetivos principais (liberdade e igualdade) são a finalidade de todo sistema legislativo: “a liberdade, porque toda a particular dependência é força retirada ao corpo do Estado; igualdade, porque a liberdade não pode existir sem ela” (ROUSSEAU, 2010, p. 65).

No modelo democrático rousseauiano, a vontade geral, que surge do conflito entre as vontades particulares de todos os cidadãos, representa o bem comum. Assim, o palco legislativo é o espaço de eliminação das vontades particulares em proveito do interesse comum, pois o somatório das primeiras, e não o conjunto destas, se anulam, restando somente a vontade geral. Portanto, apenas a vontade geral pode, por si só, dirigir as forças do Estado, de acordo com o seu objetivo: o bem comum (ROUSSEAU, 2010, p. 39-42). Para Bobbio (2015, p. 43), a vontade geral expressada pelo filósofo genebrino era algo totalmente ideal, já que a realidade das sociedades, de uma forma geral, é composta não só por um centro de poder (centrípeto), mas, sim, por vários (centrífugo). Daí surgem algumas nomenclaturas, como sociedade policêntrica, policrática ou poliárquica.

Este entendimento é importante para compreender a questão da participação direta no processo político-democrático. Dessa forma, o “bem comum” só seria atingido por meio do controle do governo pelo povo. No entanto, para que isso fosse possível, o Estado deveria ser pequeno tanto em território como em população, de forma a possibilitar que os cidadãos se reunissem para o exercício de sua soberania numa única assembleia popular (BOBBIO, 2015, p. 87; DAHL, 2012, p. 339-357). Rousseau (2010, p. 111) destaca que “a soberania não pode ser representada, porque não consente alienação, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade não tem representantes; ou é lei ou não é; não há meio termo”.

Observa-se que o modelo democrático imaginado por Rousseau é frágil no que concerne à amplitude da participação, em semelhança ao ocorrido em Atenas – uma das fontes de sua inspiração. O filósofo não manifesta uma restrição dos cidadãos (como ocorria na democracia grega)¹⁶, pelo contrário, critica essa limitação, e manifesta que a grande variedade de opiniões é essencial para o sistema democrático. No entanto, Rousseau entra em contradição no que diz respeito ao atingimento do consenso geral. Pois essa “vontade geral” seria cada vez mais possível em sociedades que fossem mais homogêneas (como a dos cidadãos atenienses), e não em grupos heterogêneos. Desse modo, quanto mais heterogênea for a sociedade, menos

¹⁶ Apesar de que na sua obra – assim como a maior parte do pensamento da sua época – excluía as mulheres da vida política.

pontos em comum terão em concordância, formando, assim, um parco interesse comum¹⁷ – ou um “contrato social frágil”¹⁸. Por outro lado, a dinâmica democrática envolve mecanismos de convencimento (conscientes ou não) e/ou de coerção, que alteram a lógica rousseuiana de democracia. Em consequência, a contestação também era minimizada dentro dessa dinâmica da vontade geral, já que o ideal de interesse comum sempre havia de prevalecer.

No que concerne às atividades do poder executivo, Rousseau (2010, p. 112) admite a representatividade, sob a justificativa da necessidade de um governo forte, ágil e eficiente, pois, “se a lei é a declaração da vontade geral, torna-se evidente que, no poder legislativo, o povo não pode ser representado; mas pode e deve sê-lo no poder executivo, que é a força aplicada à lei”. Assim, defende três formas básicas de governo: monarquia, aristocracia e democracia, sendo que em todas o governo é equiparado a um funcionário do legislativo, ou seja, possui a função básica de executar as decisões emanadas pelos soberanos.

Não obstante, o grande trabalho realizado na obra “O Contrato Social”, especialmente em relação aos estudos da democracia – tanto pela complexidade, como pela relevância –, o próprio Rousseau (2010, p. 84) admite que “se tomarmos o termo na sua rigorosa acepção, então nunca existiu nem existirá a verdadeira democracia”, tendo em vista que as suas condições são muito difíceis de serem reunidas.

2.2.2 – A democracia segundo “os federalistas”¹⁹ americanos

O governo popular, desenvolvido nas antigas treze colônias americanas, baseava-se em alguns preceitos da democracia ateniense, como a de que um bom governo é o que reflete e promove a virtude de seus cidadãos, bem como à igualdade dos cidadãos perante a lei. Todavia, apesar de algumas semelhanças, o “republicanismo” americano tinha mais traços em comum com o modelo constitucional da república romana (DAHL, 2012, p. 36-37), e, assim, tornou-se o primeiro Estado republicano moderno (BOBBIO, 2015, p. 271).

Semanticamente, Madison, Hamilton e Jay adotavam o termo “república (ou governo) representativa” em detrimento de “democracia”. Madison (1840, p. 78) cunha a diferença entre as terminologias da seguinte maneira: “a primeira he mais vasta, e muito maior o numero de cidadãos, mas os poderes são nella delegados a hum pequeno numero de individuos que o povo

¹⁷ “É o que há de comum nos diferentes interesses que constituem o vínculo social, pois, se não houvesse um ponto em que todos estivessem de acordo, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, é unicamente sobre este interesse comum que a sociedade deve ser governada” (ROUSSEAU, 2010, p. 39).

¹⁸ Bosi (2010, p. 30-31) relembra que o contrato social, em Rousseau, “exprime a vontade geral e delega à sociedade o poder de cada indivíduo enquanto pactário consciente e voluntário”.

¹⁹ O Termo “os federalistas”, neste trabalho”, refere-se aos escritos produzidos por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay e consolidados na obra “O Federalista” (1840).

escolhe”. Resta evidente como a referência à democracia remetia-se a um sistema de democracia direta, ou seja, o criado e exercido na Grécia clássica, e a república a um de representantes eleitos, portanto, a democracia indireta. Assim, o formato apresentado pelos “federalistas” previa um maior número de participantes do que todas as outras experiências democráticas já relatadas.

Madison apresenta um problema para a república americana: a existência de facções. A definição do termo fica a cargo do próprio “federalista”: “reunião de cidadãos, quer formem a maioria ou a minoria do todo, huma vez que sejam unidos e dirigidos pelo impulso de uma paixão ou interesse contrário aos direitos dos outros cidadãos, ou ao interesse constante e geral da sociedade” (MADISON, 1840, p. 72). Chama a atenção o fato da inclusão da “maioria” (movida pelas motivações de “facções”) ser um entrave. Percebe-se que o autor defende o *status quo* da formatação do seu sistema republicano acima de qualquer nova proposta popular – quando trata do interesse geral da sociedade –, ainda que conte com o respaldo da maioria.

Dessa forma, desde as primeiras discussões para a consolidação da república americana, já se observa uma preocupação com a contestação, especialmente nas que pudessem trazer à tona algum tipo de mudança considerada intocável pelos “federalistas”, como a questão do direito à propriedade e ao sistema de representação legislativa. Mesmo considerando de inviável execução, Madison (1840, p. 72) apresenta dois métodos para evitar as “facções”: a prevenção, por meio da destruição da liberdade essencial à sua existência, ou à imposição a todos os cidadãos das mesmas opiniões, das mesmas paixões e dos mesmos interesses; e a correção de efeitos: através do uso da maioria (na hipótese de a facção conceber a minoria) para destruir seus projetos; ou, quando a facção representar a maioria, proteger o bem público, os direitos individuais (diga-se, especialmente, o de propriedade), bem como a forma de governo popular, ou seja, por meio de representação e da constituição.

Dahl (2012, p. 40-345) observa também essa tentativa de gerir o “equilíbrio” de interesses conflitantes nos escritos do “federalista”, todavia, destaca que a ação proposta por ele, para fazer frente a esse “problema”, estava no cerne de sua própria concepção de governo republicano, ou seja, na criação de um sistema representativo em grande escala, o qual minimizaria a possibilidade de que os conflitos políticos se transformassem em conflitos civis graves. Portanto, a limitação à oposição estava na própria lógica da constituição da república. Bobbio (2015, p. 217) acresce que uma das bases desse sistema defendido por Madison²⁰ partia

²⁰ “O efeito desta segunda diferença he de depurar e de augmentar o espirito publico, fazendo-o passar para hum corpo escolhido de cidadãos, cuja prudencia saberá distinguir o verdadeiro interesse da sua patria, e que pelo seu

do pressuposto (equivocado) de que os cidadãos escolheriam os “melhores” como seus representantes.

A questão da propriedade como meio de produção é tão relevante que, para Madison (1840, p. 73), a diversidade de interesses do homem é originada no direito à propriedade. Logo, uma pessoa que possua determinada terra com extensão e de natureza diferente da de outra irá ter um sentimento e opiniões diferentes. Da mesma forma, originam-se os partidos. Outrossim, reconhece que a principal causa do nascimento das facções é a desigual distribuição das propriedades. Então, a solução para equilibrar existência pacífica das desigualdades seria a construção de uma república, cujos direitos fossem assegurados por meio de uma constituição, pois “o fim principal da legislação moderna deve ser o de submeter a regras certas esta multidão de interesses opostos” (MADISON, 1840, p. 74). Portanto, havia um receio no direito pleno de contestação, especialmente quanto à possibilidade de a população mais pobre inviabilizar a satisfação de interesses dos mais ricos.

Diferentemente da democracia ideal de Rousseau, os federalistas desenvolveram um modelo de governo popular para ser, de fato, colocado em prática. Nota-se uma diferença marcante de ambos pensamentos. O filósofo de Genebra entendia que a propriedade privada era o que poderia levar a igualdade entre os homens, já que se tratava do principal meio de produção da sua época. Por outro lado, “os federalistas” defendiam a asseguaração dos direitos da liberdade individual, bem como do direito à propriedade (MADISON, 1840, p. 6). Na verdade, Madison entendia que a proteção da propriedade privada era uma finalidade do governo (MADISON, 1840, p. 73). Dessa forma, os fundadores da democracia americana entendiam que a desigualdade fazia parte das faculdades naturais do homem, e, portanto, o modelo republicano não deveria atuar em favor de minimizar essas desigualdades e, sim, harmonizá-las por meio da república.

2.2.3 – A influência do pensamento liberal de John Stuart Mill na democracia moderna

Após a instituição da república estadunidense e a sua considerável contribuição para a construção do pensamento democrático moderno, inaugura-se uma nova etapa no pensamento teórico-filosófico democrático. A democracia torna-se diretamente ligada ao liberalismo. Ou o contrário, conforme constata Sartori (1994b, p. 50), uma vez que “o progresso atual da democracia sobre o liberalismo é pequeno em comparação ao progresso feito pelo liberalismo

patriotismo e amor da justiça, estarão mais longe de o sacrificar a considerações momentâneas ou parciais” (MADISON, 1840, p. 78).

moderno sobre a democracia antiga”. Portanto, é com os aportes de autores liberais que se formata, cada vez mais, a democracia que conhecemos e praticamos: a democracia liberal.

Dahl (2001, p. 65) destaca que um dos méritos do liberalismo perante à democracia é a proteção dos interesses fundamentais das pessoas. Dessa forma, essa associação culmina no respeito à individualidade de cada um, pois os desejos pessoais diferem entre cada indivíduo. Assim, a liberdade de escolha e a oportunidade de moldar a própria vida de acordo com os próprios objetivos, preferências, gostos, valores, compromissos e convicções são protegidos pela democracia liberal. Segundo o autor norte-americano, o marco dessa discussão se deu na obra do inglês John Stuart Mill (1806-1873).

A base do pensamento liberal de Stuart Mill origina-se nas ideias de Jeremy Bentham (1748-1832) – amigo do seu pai –, e também nos escritos do seu genitor, James Mill (1773-1836), especialmente no que diz respeito ao utilitarismo²¹, ainda que tenha posteriormente rompido parcialmente com ambos autores (MERQUIOR, 2014, p. 126).

Diferentemente da democracia clássica (grega e romana), que preconizava a restrição dos participantes da vida pública visando uma homogeneidade, uma vez que a diversidade provocaria a decadência dos Estados, bem como do ideal democrático de Rousseau, que, apesar de aceitar bem as críticas no seu modelo, imaginava equivocadamente que as discórdias seriam resolvidas por meio da anulação destas e da prevalência da vontade geral, e também distante da preocupação dos “federalistas” em minimizar os efeitos do dissenso (ou das facções) por meio da ampliação da república, J. S. Mill colocou em primeiro plano a importância da liberdade individual, ou seja, o anseio do indivíduo. Logo, prevalece o interesse e a vontade do indivíduo sobre a nação, e, assim, o autor inglês entende que a nação não carece de se proteger contra a própria vontade (MILL, 1991, p. 24).

Bobbio (2015, p. 171) observa, no liberalismo político de Mill, uma riqueza no que diz respeito à observância da fecundidade do conflito, do dissenso e da pluralidade dos pontos de vista. Assim, um sistema democrático não estaria mais próximo do que mantivesse um sistema social centrado²² e, sim, o que o reconhecesse como “um conjunto de interações entre grupos com funções de utilidade, que, enquanto tal, exclui toda concentração de poder que pretende organizar a vida social segundo um plano unitário”.

²¹ Em resumo, uma doutrina ética que propugnava a ação Estatal e social que tivesse como objetivo proporcionar a maior felicidade para um maior número de indivíduos (SCHUMPETER, 1961, p. 298).

²² Noberto Bobbio (2015, p. 171-173) analisa positivamente a mudança de pensamento da esquerda italiana, a qual deixou de lado a questão da centralidade do sistema social marxista, e absorveu os aportes liberais de John Stuart Mill na obra “Sobre a Liberdade”.

Dessa forma, Mill defendia o livre pensamento e a necessidade de discussão como modo único de alcançar o progresso, tanto do indivíduo como da sociedade. Logo, a discussão, a argumentação, o conflito de ideias terão sempre um lado positivo. Se corretos, firmarão uma nova verdade, e, portanto, uma “verdade” melhor. Se falsos, avançam-se igualmente, já que, com a prova de que a verdade previamente estabelecida é válida, torna-se uma “verdade” mais forte. Logo, Mill (1991, p. 43) exemplifica que, mesmo que um governo estivesse em plena harmonia com o seu povo e exerça um poder coercitivo de acordo com a voz popular, essa coerção seria ilegítima, mesmo que exercida pelo direito do povo ou em a favor do seu governo, pois,

O melhor governo não tem a ele título superior ao do pior. É tão nocivo, ou ainda mais nocivo, quando exercido de acordo com a opinião pública do que em oposição a ela. Se todos os homens menos um fossem de certa opinião, e uma única da opinião contrária, a humanidade não teria mais direito a impor silêncio a esse um, do que ele a fazer calar a humanidade, se tivesse esse poder (MILL, 1991, p. 43).

Mill (1991, p. 33) apresenta que o princípio da liberdade²³ é orientado para defender as intervenções da sociedade no individual, e aplicado no uso da força física sob a forma de penalidades legais, bem como na coerção moral da opinião pública. O princípio consiste em que apenas se justifica a interferência dos homens, individualmente ou coletivamente, na liberdade de ação de outrem, no que diz respeito à autoproteção. Em outras palavras, “o único propósito com o qual se legitima o exercício do poder sobre algum membro de uma cidade civilizada contra a sua vontade, é impedir dano a outrem”, pois “o próprio bem do indivíduo, seja material, seja moral, não constitui justificção suficiente” (MILL, 1991, p. 34). Resta expresso no pensamento político do filósofo inglês a existência de limites de poder que a sociedade (e o Estado) possa exercer legitimamente sobre o indivíduo, mesmo que tal ação seja para o “bem”.

Aduz-se que Mill rejeita qualquer tipo de intervenção do Estado na vida individual, ainda que esta seja considerada positiva ao sujeito. Portanto, é negada qualquer ação de cunho “paternalista” ou “assistencialista”. Mill, depois de abandonar o conceito passivo de “felicidade”, postulado por Bentham e por seu pai, formulou uma associação inseparável entre liberdade e utilidade (MERQUIOR, 2014, p. 130), de modo que seus argumentos para a liberdade individual são, em última análise, dependentes do princípio da utilidade:

Convém firme que eu renuncio a qualquer vantagem advinda para a minha argumentação da ideia de direito abstrato, como algo independente da utilidade. Eu encaro a utilidade como a última instância de todas as questões éticas, mas a utilidade no seu mais largo sentido, a utilidade baseada nos interesses permanentes do homem como ser progressivo (MILL, 1991, p. 35).

²³ Ou o princípio de justiça; ou do *neminem laedere* (BOBBIO, 2015, p. 175).

No que diz respeito à propriedade, Mill, apesar de não a alçar explicitamente como “os federalistas” (1840) no primeiro patamar de proteção estatal (ou social), e contrariamente ao pensamento distributivo da terra de Rousseau (2010), entende que uma sociedade só será livre caso se respeitem as liberdades de forma absoluta e sem reservas. No entanto, a “liberdade plena” de Mill inclui a busca “pelo próprio bem pelo método próprio, enquanto não tentamos desapossar os outros do que é seu, ou impedir os seus esforços para obtê-lo” (MILL, 1991, p. 38). Ou seja, no rol “liberal” de Mill há a liberdade em ter e manter as posses já existentes, portanto, há o respeito à propriedade privada²⁴. Bosi (2010, p. 27-28), analisando o pensamento de John Locke e o liberalismo, acrescenta que a liberdade individual só tem respaldo quando associada à garantia da posse de bens (terras, dinheiro), e, assim, que se faz de um indivíduo um cidadão.

Apesar do programa liberal de Mill apresentar uma inegável reticência quanto à democracia (MERQUIOR, 2014, p. 132), não há dúvidas da sua relevância teórica, especialmente na sua influência para a consolidação da democracia moderna, destacando-se como maiores contribuições: a asseguarção da diferença de opiniões e ideias; a defesa de um governo representativo proporcional²⁵ – baseado na asseguarção do direito das minorias, ou “os antagonismos de opiniões”, contra “a tirania da maioria” (MILL, 1964) –; além, é claro, de toda a defesa do liberalismo. Dessa forma, observa-se que, desde que respeitados os postulados liberais, a proposta democrática de Mill é, *a priori*, aberta à contestação.

2.3 – Definição contemporânea de democracia

A configuração teórica da atual democracia foi constituída a partir de uma mudança de importância do foco de uma abordagem filosófica (normativa ou clássica) para uma concepção empírica (ou procedimental). Um dos marcos dessa mudança foram os aportes do economista austríaco, radicado nos Estados Unidos, Joseph Schumpeter (1883-1950), especialmente os contidos na obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, publicada pela primeira vez em 1942. A partir do seu trabalho, houve uma guinada na teoria política, tendo influenciado diversos autores e consolidando-se como preponderante na atual ciência política de democracia (BOBBIO, 1998, p. 326). Autores renomados, como Giovanni Sartori, Anthony

²⁴ Apesar de que num período maduro da vida teve simpatia por temáticas socialistas, e, inclusive, postulou reivindicações progressistas, como a reforma agrária para solução da questão irlandesa, e a cooperativa de produtores como uma maneira de democratizar a propriedade (MERQUIOR, 2014, p. 129).

²⁵ Constantes na obra “Considerações sobre o Governo Representativo”.

Downs, Norberto Bobbio e Robert Dahl, foram influenciados, em maior ou menor peso, pelas teses schumpeterianas.

Robert Dahl (1915-2014), cientista político estadunidense, seguiu a concepção empirista (ou minimalista²⁶) da democracia iniciada em Schumpeter, ou seja, mantendo o foco na viabilidade de um sistema competitivo livre por votos livres, e baseando-se na dupla divisão da democracia em “um objetivo ou ideal como [em] uma realidade que é apenas uma consecução parcial desse objetivo” (DAHL, 2001, p. 97). Assim, desenvolveu uma teoria democrática procedimental baseada em regras e critérios para observar a forma e o modo como funciona a democracia, tendo como base os aspectos inerentes ao desenvolvimento da democratização, além de proporcionar uma análise empírica dos regimes democráticos “reais”, de modo a verificar o “grau” de classificação de cada um e as possíveis transições entre “níveis”, tendo como ápice a classificação de poliarquia (DAHL, 2015, p. 31).

2.3.1 – A mudança da concepção clássica de democracia para a concepção empírica

Não há dúvidas de que a democracia moderna foi influenciada pela democracia dos antigos (BOBBIO, 2015, p. 52). No entanto, as próprias perspectivas democráticas foram ganhando sustentações diferentes ao longo do tempo. As experiências de governos populares, gregas e romanas, tinham como base o cidadão que se voltava aos interesses do coletivo e da sociedade, e não aos próprios. Tal concepção influenciou Rousseau para idealizar um governo em que a vontade geral (ou bem comum) seria um dos alicerces da sua proposta democrática. Mesmo com as influências prévias, a noção liberal, especialmente de Madison e Mill, rompe com parte do cerne destas propostas, pois o individual prevalece na maior parcela dos aspectos sobre o coletivo. Não obstante, as decisões governamentais seriam tomadas, semelhante ao ideal rousseauiano, em observância ao “bem comum”.

A filosofia política desenvolvida no século XVIII e na primeira metade do século XIX é denominada como teoria clássica da democracia, e Schumpeter (1961, p. 300) a define como “o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade”. Portanto, a política democrática clássica partia do pressuposto de que os cidadãos seriam capazes de definir o bem comum, ou as medidas aptas a propiciarem o bem-estar ou felicidade geral (MILL, 1991), manifestada, principalmente, na escolha de

²⁶ Ou seja, restrita apenas a um espectro formal, que valoriza um conjunto pequeno de aspectos políticos-institucionais, especialmente os ligados ao processo eleitoral.

representantes que zelem para que as suas “opiniões” sejam seguidas. Bobbio (2015, p. 43) afirma que se trata de um modelo ideal de democracia, já que se refere a uma sociedade centrípeta e formada por indivíduos, não por grupos. Sem embargo, a realidade é inversa, pois observa-se a existência de uma sociedade centrífuga, ou seja, que não possui somente um centro de poder, mas muitos, sendo, portanto, baseada em grupos de poder. Em outras palavras, a sociedade real é pluralista. Por isso, nenhum indivíduo tem condições de delimitar o interesse comum sem confundi-lo com os interesses do grupo (ou particulares), e mesmo que pudesse, a própria noção de “bem comum”, como acrescenta Schumpeter (1961, p. 301), pode significar coisas muito diferentes para cada indivíduo e cada grupo.

Por conseguinte, para que a democracia fosse viável sob a concepção clássica, o cidadão deveria ter conhecimento pleno dos negócios públicos, e, principalmente, o interesse na participação da vida pública. Assim, o cidadão deveria saber de maneira clara o que defender, tendo a capacidade de observar e interpretar os fatos que estão ao alcance de todos, e selecionar criticamente as informações sobre os que não estão. Além disso, teria que emanar uma conclusão clara e imediata quanto aos fatos particulares, e, no final, a sua opinião deveria ser aproximadamente tão boa como a de qualquer outro homem. Ainda, tal desempenho haveria de existir independente de pressão de grupos e da propaganda (SCHUMPETER, 1961, p. 304).

Schumpeter também critica outra base da concepção clássica da democracia: a soberania popular. No entendimento do economista austríaco, o “governo pelo povo” seria uma ficção. Em contrapartida, factualmente se observaria um “governo aprovado pelo povo”, pois, com exceção das situações em que a democracia direta é empregada, o povo, como povo, jamais poderia governar ou dirigir de fato (SCHUMPETER, 1961, p. 295-296). Desse modo, o papel dos eleitores e dos eleitos é invertido em relação ao estabelecido na teoria clássica. Assim, o eleitorado passa a ter um papel secundário em detrimento dos representantes que irão, de fato, tomar as decisões políticas.

A concepção da dinâmica democrática de Schumpeter baseia-se como um método político apto a permitir certo tipo de organização institucional, de forma que haja a possibilidade (pacífica), por meio do sufrágio eleitoral, de eleger e/ou substituir os representantes (SCHUMPETER, 1961, p. 324). Dessa forma, os eleitos atuariam sempre num “estado” de incerteza, visto que a vida política depende de uma constante concorrência pelos votos. Portanto, segundo Schumpeter (1961, p. 323), há na democracia uma “concorrência livre pelo voto livre”. Dessa forma, quaisquer tipos de limitação da concorrência deveriam ser eliminados, embora, o próprio autor reconheça que não se possa excluí-los totalmente, já que, então, se teria apenas uma democracia ideal, inteiramente irrealista.

Desse modo, para Schumpeter, a democracia possui, em seu núcleo característico, um respeito institucional maior para a concorrência livre pelo voto livre do que pela soberania ou pela busca do “bem comum”, contrariamente ao que preza a teoria filosófica. Nesse sentido, o economista austríaco define a democracia como:

um *método* político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição (SCHUMPETER, 1961, p. 291).

2.3.2 – A democracia procedimental

Bobbio (2007, p. 157-158) trata da diferença entre a “democracia formal”, que diz respeito à forma de governo, e a “democracia substancial”, cujo cerne é pautado no conteúdo desta forma. Assim, a doutrina clássica focaliza a democracia como um ideal a ser alcançado, baseando-se em elementos normativos, como a asseguuração da igualdade e liberdade, que direcionariam a sociedade para “alcançar” esse ideal. Por outro lado, a concepção procedimental (ou empírica) busca descrever a realidade na qual os princípios democráticos são aplicados. Sem embargo, Sartori (1994a, p. 34) reconhece que é “costume” adotar essa divisão – entre teoria normativa e teoria empírica –, mas a contesta, uma vez que ambas correntes possuem características normativas²⁷ na sua composição, e, portanto, segundo o cientista político de Florença, não seria o critério mais adequado para utilizar-se. Não obstante, Sartori (1994a, p. 35) admite a existência de duas esferas de análise diferentes da democracia, que se assemelham às adotadas neste trabalho: uma relativa ao “projeto” democrático (teoria *tout court*), ou a finalidade/metapas previamente construídas; e outra referente à “prática”, ou à “teoria operacional da democracia”. A primeira é condição preliminar para a existência da segunda, assim, “o artefato ‘democracia’ tem de ser concebido e construído antes de ser observado” (SARTORI, 1994a, p. 37).

Dahl (2012, p. 9), na mesma linha de pensamento, entende que a democracia é um termo que pode se referir tanto a um ideal como também a regimes reais que ficam aquém do ideal. Segundo o cientista político estadunidense, esse duplo sentido é o que justifica um campo de pesquisa empírico na teoria democrática, uma vez que visa verificar se um regime, sistema ou processo é democrático ou não, ou se está mais próximo ou não do “ideal”. Assim, surge a necessidade de estipular indicadores que possam ser aplicados nos sistemas políticos reais, em

²⁷ Sartori (1994a, p. 34) menciona que há normas valorativas éticas e fundamentais, bem como normas técnicas condicionais e instrumentais (que ligam os fins aos meios). Bem como há uma diferença entre as normas prescritivas e normas descritivas.

outras palavras, uma transição da teoria normativa para a empírica. No entanto, para Dahl, essa divisão não é estanque, e, portanto, o intento de sua teoria é de associar os aspectos normativos e empíricos numa só doutrina teórica, apesar de previamente admitir as dificuldades nesse intento.

Dessa forma, pode-se definir democracia procedimental²⁸ como aquela que tem, como principal objetivo – mas não único –, o estabelecimento de conjuntos de regras procedimentais, a fim que estas sirvam de instrumento de observação empírica, e, a partir dos resultados encontrados, possa ser apurado se determinado regime político é ou não é democrático; se está mais próximo ou afastado do que foi descrito nos conjuntos de regras como o “máximo” (ou ideal) democrático; utilizando-se como referência, para a formulação de seus princípios, determinado grupo de valores normativos e culturais, bens a serem tutelados e fins desejáveis. Portanto, o respeito às regras e às instituições democráticas é o que caracteriza a democracia sob a ótica da teoria empírica.

Nesse sentido, Bobbio (2015, p. 35) desenvolveu uma definição mínima de democracia, “entendida como contraproposta a todas as formas de governo autocrático, [...] caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos”. Logo, uma decisão tomada pela coletividade dos indivíduos somente tem aceitabilidade se observadas as regras (escritas ou não) que estabeleçam quem são os indivíduos autorizados a tomar decisões que deverão ser cumpridas pelo grupo, e com base em quais procedimentos.

Seguindo essa linha (procedimental), Bobbio (2000, p. 426) elenca seis regras descritas como “universais processuais”, que caracterizam um regime democrático no sentido de “quem” e “como” se deve decidir, não entrando, nesse caso, no mérito sobre “o que” se deve decidir:

1ª todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele; 2ª) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso; 3ª) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si; 4ª) devem ser livres também no sentido em que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos; 5ª) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito, o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6ª) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 2000, p. 426-427).

²⁸ Optou-se por utilizar-se a expressão “democracia procedimental”, em que pese o uso de termos distintos, como “formal” (BOBBIO, 2007), “empírica” (DAHL, 2012) e “teoria operacional da democracia” (SARTORI, 1994a), para tratar, praticamente, do mesmo conceito.

Portanto, para Bobbio, a democracia é baseada no respeito às regras do jogo, pois “basta a inobservância de uma dessas regras para que um governo não seja democrático, nem verdadeiramente, nem aparente” (BOBBIO, 2000, p. 427). Assim, Bobbio entende que “a democracia, como método, está, sim, aberta a todos os possíveis conteúdos” (BOBBIO, 2015, p. 28), desde que sejam respeitadas as instituições e as regras do jogo. Em outras palavras, para o cientista político italiano, qualquer tipo de proposta político-ideológica – se consideradas as “regras do jogo” e as instituições políticas – está apta a participar e concorrer, em total igualdade com as demais, num pleito eleitoral.

A teoria procedimental da democracia atinge o seu auge e predomínio nas Ciências Sociais²⁹ com os aportes de Robert Dahl, especialmente os atrelados ao conceito de “poliarquia”. Este conceito foi cunhado pelo cientista político estadunidense para discerni-lo do referente à democracia, que, segundo ele, se torna muito amplo e pode comportar diversas acepções. Portanto, em Dahl, poliarquia se refere à “democracia real”, já o termo democracia está atrelado à “democracia ideal” (LIMONGI, 2015, p. 11). Desse modo, a democracia é conceituada como um sistema político que possui, em suas características, a propriedade de ser totalmente – ou quase totalmente – responsivo a todos os respectivos cidadãos (DAHL, 2015, p. 25-26), e a poliarquia, como um regime relativamente democratizado, ou seja, dotado de caráter inclusivo e aberto à contestação pública (DAHL, 2015, p. 31).

A teoria de Dahl, em torno da poliarquia, tem como finalidade observar dois processos no sistema político que seriam a base da democratização: inclusão e desenvolvimento da oposição pública, ou simplesmente, participação e oposição. Preliminarmente, e baseado na premissa de que um governo deve continuar sendo responsivo às preferências dos seus cidadãos – considerados politicamente iguais –, o cientista político estadunidense apresenta três oportunidades plenas para todos os cidadãos:

1ª. De formular suas preferências. 2ª. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. 3ª. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas **sem discriminação decorrente do conteúdo** ou da fonte da preferência (DAHL, 2015, p. 26). Grifo nosso.

Com a asseguaração da totalidade destas preferências que se criam as condições estruturais – ainda que não suficientes – para à promoção da democracia. Associada a essas preferências há uma complementação oriunda do respeito a, pelo menos, oito garantias

²⁹ Chantal (2001) destaca que, a partir dos estudos empíricos, que culminaram no conceito de poliarquia, Dahl desenvolveu uma teoria democrática muito mais ampla que se baseia numa visão pluralista do processo político, que o colocou entre os grandes teóricos da democracia do século 20, ao lado de Joseph Schumpeter e Giovanni Sartori. Nesse sentido, Limongi (2015, p. 11) afirma que “Dahl contribuiu decisivamente para definir os contornos do que hoje se entende por democracia”.

institucionais³⁰, que contribuem para a “plenitude democrática”, ou, em outras palavras, para que um regime seja classificado como uma poliarquia:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações.
2. Liberdade de expressão.
3. Direito de voto.
4. Elegibilidade para cargos públicos.
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio [e votos].
6. Fontes alternativas de informação.
7. Eleições livres e idôneas.
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências (DAHL, 2015, p.27).

Dahl apresenta que tais instituições são importantes para que se possa comparar regimes diferentes utilizando-se como base as duas dimensões teóricas da democratização: contestação pública e direito de participação. Desse modo, há garantias institucionais que operam somente na asseguaração da oposição e outros somente na da participação, e alguns em ambos, como é o caso do direito de voto em eleições livres e idôneas, o qual atua diretamente nas duas dimensões; uma vez que tal direito estimula a contestação e ao mesmo tempo torna o regime inclusivo com o número significativo de participantes (DAHL, 2015, p. 28).

Partindo das duas categorias de análise que embasam o conceito de poliarquia – participação e oposição – se torna possível observar o “nível” democrático que se encontra determinado regime político. Assim, o modelo procedimental democrático proposto por Dahl é composto por quatro categorias extremas, que possibilitam um exame “infinito” de suas variações dinâmicas a partir da relação entre os dois eixos da democratização: 1^a) hegemonia fechada: situação em que há uma baixa contestação pública e participação política limitada; 2^a) oligarquia competitiva: posição que representa uma alta contestação, mas com uma baixa participação; 3^a) hegemonia inclusiva: caso que indica uma baixa contestação e uma considerável participação política; 4^a) poliarquia: conceito que representa uma alta contestação e uma ampla participação (DAHL, 2015, p. 30).

2.4 – Limites da democracia à contestação/oposição

Valendo-se do instrumento analítico democrático de Dahl e levando em consideração a sua descrição para poliarquias – “como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, [como] regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação”

³⁰ Na obra “A democracia e seus críticos” (2012), Robert Dahl relaciona sete instituições necessárias para que um governo seja classificado como uma poliarquia: “1. Funcionários eleitos. 2. Eleições livres e justas. 3. Sufrágio inclusivo. 4. Direito de concorrer a cargos eletivos. 5. Liberdade de expressão. 6. Informação alternativa. 7. Autonomia associativa.” (DAHL, 2012, p. 350-351). No entanto, pouco se distinguem das oito apresentadas no trabalho “Poliarquia: Participação e Oposição” (2015).

(DAHL, 2015, p. 31) – observa-se que há, nas primeiras experiências de governos populares, mesmo que em diferentes níveis de abrangência e formato, um certo tipo de restrição à oposição pública.

A Atenas clássica restringia os aptos a participarem da vida pública dentre apenas os cidadãos³¹, no entanto, este grupo era formado por um número restrito de atenienses. De maneira semelhante, a república romana clássica tinha limitações à inclusão de cidadãos para atuar na vida pública. Em que pese uma maior inclusão romana de novos participantes – já que, após a conquista de territórios, havia a possibilidade de os homens habitantes (que não se tornassem escravos) destes locais se tornarem “cidadãos” –, esta era limitada tanto pela exclusão de boa parte da população, além da centralização das arenas decisórias na cidade de Roma. Portanto, as dificuldades para se locomover até a “capital”, tanto pelo custo e distância, além da necessidade de cumprir atividades laborais de sustento, impedia a maior parte dos aptos a exercerem, de fato, o seu poder decisório e de atuarem, efetivamente, na vida pública da república.

Fato semelhante sucedeu nas experiências de governos populares ocorridas entre o século IV e X na região da Escandinávia, Inglaterra, Países Baixos e Suíça, nos quais somente os homens detentores de terras, portanto, um baixíssimo número de aptos, tinham o poder para eleger representantes para compor uma espécie de assembleia “popular” vinculada aos respectivos monarcas, numa marca clara de “voto censitário” financeiro. Nos governos populares, ocorridos no norte da Itália, por volta do ano de 1.100 d.C., aconteceu um tipo de restrição à participação semelhante, pois poucos eram habilitados a participar da vida pública.

Dahl (2015, p. 28-29) entende que num governo em que há limitação na participação, ou seja, que prevaleça o sufrágio restrito, como consequência, há também uma restrição à oposição pública, tendo em vista que um baixo número de cidadãos aptos não representaria, de fato, os interesses de todos os grupos da sociedade.

Ademais, a experiência democrática de Atenas demonstrou que aquela sociedade foi relativamente estável enquanto mantivera uma homogeneidade em muitas das características dos seus cidadãos. No entanto, quando as disputas e as divergências internas se acirraram ocorreu um enfraquecimento do sistema político-democrático, que foi uma das causas do declínio da *polis* ateniense e da sua conquista pelo império macedônico (AGUILERA, 2017). A república romana suportou, durante mais tempo, a questão da contestação no seu sistema

³¹ Conforme visto, era um grupo formado por homens livres, adultos, nascidos de pai e mãe atenienses, que, portanto, correspondia uma minoria na sociedade, já que restavam excluídos os estrangeiros, escravos, mulheres, e, obviamente, os menores de idade.

político-popular. Os plebeus adquiriram, ao longo dos séculos, diversos poderes tanto na ordem político-legal, como na social, em que pese à resistência dos patrícios (aristocracia) em concedê-los. Sem embargo, nas últimas décadas do governo popular romano, as disputas internas ocasionaram uma desestabilização do governo, que culminou na instauração irreversível do império, e o conseqüente fim da república (SANT'ANNA, 2015).

Apesar do foco maior dado a análise da participação na sua obra, Dahl (2015, p. 28) também interpreta a lógica ao inverso: por mais que uma sociedade possa ter o direito de participação plena, a limitação à contestação pública a torna despida de boa parte do seu significado. Portanto, participação e oposição, como dimensões autônomas, se relacionam, ainda que, na análise de democratização de Dahl, de forma precária.

Quantos aos pensamentos modernos da democracia, observa-se que, no ideal de Rousseau (2010), é desejada uma inclusão ampla dos aptos a participarem da vida pública, e que a dissensão é bem aceita no seu modelo. No entanto, a questão da participação fica dificultada pela necessidade de a democracia ser exercida em locais de pequena população. Portanto, com um crescimento natural de determinada população a participação plena, em um momento, restaria inviabilizada. Além disso, a questão de a sustentação da sociedade ser formada a partir dos pontos de concordância é algo que só poderia ter bons resultados em sociedades com um alto nível de homogeneidade, bem como de baixa desigualdade social. Outrossim, o “bem comum” de Rousseau é visto como algo utópico, pois o que há são interesses que se sobrepõe a outros. Desse modo, a contestação, ainda que expressamente aceita por Rousseau, não teria a real amplitude prática se o seu ideal democrático fosse implementado, de fato.

“Os federalistas” americanos (1840) teorizaram um modelo que considerava determinados tipos de oposição como negativas para a consolidação do novo sistema político republicano. Assim, o direito à propriedade e ao sistema de representação legislativa eram pontos que deveriam ser protegidos pelo governo, de modo que qualquer contestação a esse respeito – mesmo que contasse com o respaldo da maioria – deveria ser rechaçada. Ademais, realizou-se a defesa de um grande sistema republicano, marcado por uma grande participação popular, com o objetivo de “diluir” os interesses contrários e priorizando a escolha dos “melhores” representantes para atuar nas arenas públicas de deliberação.

O pensamento liberal de Mill (1991) não restringia uma participação popular na arena democrática, bem como se demonstrou mais amplo na sua aceitação a oposição. Mill defendia os pontos positivos do dissenso e da pluralidade dos pontos de vista, portanto, via, no livre pensamento e nos frutos das discussões como o único modo de alcançar o progresso. No

entanto, a liberdade à oposição não era absoluta, pois deveria haver o respeito prévio aos postulados liberais, ou seja, a contestação não poderia atingir determinadas liberdades individuais, como o direito à propriedade privada.

Ademais, o cientista político canadense Crawford B. Macpherson entende que o “liberalismo dos proprietários” jamais poderá ser democrático, não só pelo fato de que os proprietários das terras usufruam do direito do “primeiro ocupante”, e, assim, chegará um momento em que todas as terras “boas” estarão ocupadas, mas também porque a monetarização da sociedade permitiu a acumulação e concentração de riquezas, logo gerou assimetrias de classe e de *status* (BOSI, 2010, p. 29).

Neste breve resumo, percebe-se que as experiências democráticas reais e as teorizadas, até o início do século XIX, possuíam, em maior ou menor grau, limites à oposição implícitos – como na restrição à participação ou na aceitação da dissensão com ressalvas – e explícitos – a exemplo da proibição à contestação das liberdades individuais e do direito à propriedade. No entanto, teóricos da democracia procedimental, como Bobbio (2015, p. 28) e Dahl (2015), desenvolvem seus conceitos sobre o tema partindo da premissa (e defendendo-a) de que a democracia é um regime que comporta qualquer tipo de conteúdo (ou ideologia) dentro do espectro político, desde que os agentes em competição respeitem as regras democráticas (ou do jogo), e não previamente a valores correlatos (LIMONGI, 2015, p. 21).

Dessa forma, qualquer tipo de proposta político-ideológica estaria apta, *a priori*, a participar e concorrer, em total igualdade com as demais, em um pleito eleitoral. Isso seria uma das características procedimentais primordiais da democracia, a possibilidade plena de contestação/oposição (além da participação). Mas o que se tem visto, na América Latina, é o amoldamento (ou deslocamento) de programas ideológicos de esquerda (sobretudo os considerados mais “radicais” economicamente) para poderem concorrer “igualmente” no sistema democrático liberal (NEGRI, 2009).

Assim, para compreender se existe algum tipo de restrição a programas ideológicos da direita, faz-se necessário entender melhor o que é ideologia – alertando, desde já, que é um conceito complexo de definição, dada a sua amplitude – e como se configura sua relação na política e no sistema democrático-liberal.

3 – Hegemonia como limitador democrático

Logo, a noção teórica da ideologia, como instrumento de observação da realidade, é uma importante ferramenta de análise social, que possibilita, por exemplo, a interpretação empírica de como valores e regras, tidos como hegemônicos, que sustentam a democracia-liberal são permeados no meio social. Por outro lado, as próprias ideologias, não entendidas mais como ferramenta de estudo, senão – independente da concepção ou autor utilizado – como um conjunto de ideias, pensamentos, crenças e valores vivenciados (conscientemente ou não) num grupo social, ou seja, como categoria passível de análise, influenciam a construção e manutenção da democracia em suas duas perspectivas (normativa e empírica).

No entanto, os diversos conceitos em torno da ideologia ainda causam muitas controvérsias dentro das Ciências Sociais. Trata-se de um termo que teve sua origem, auge (com o marxismo), diversas reconfigurações e, até o seu fim³², proclamado em menos de 200 anos. Por tal volatilidade, a ideologia é ainda objeto de desconfiança por parte, inclusive, de alguns estudiosos³³. Sem embargo, por mais que se possa tentar negá-la, “a pura verdade é que, em nossas sociedades, tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não” (MÉSZÁROS, 1996, p. 13).

Todavia, para os fins deste trabalho, a utilização exclusiva das ferramentas empírica-analítica em torno das teorias das ideologias não seria suficiente para compreender a dinâmica da preponderância, ou domínio, de determinada ideologia na sociedade em detrimento às várias outras existentes. Dessa forma, a compreensão das origens e principais vieses em torno do conceito de ideologia se torna importante para compreender os aportes do italiano Antonio Gramsci quanto à hegemonia: entendida, em síntese, como a dominação do conjunto de ideias, pensamentos, crenças, valores, projeto político, de um grupo ou classe social perante outros. Assim, a hegemonia gramsciana é um conceito que surge a partir do estudo das ideologias.

Portanto, este capítulo tem como objetivo apresentar como uma ideologia dominante se torna um objeto de dominação consentida, ou, simplesmente, hegemônica, dentro da

³² Especialmente nas décadas de 1950 e 1960, que surgiram diversos trabalhos acadêmicos defendendo o “fim das ideologias” e o “declínio das ideologias” (STOPPINO, 1998, p. 589-591), e, posteriormente, com o final da guerra fria e a queda do muro de Berlim, que foi anunciado o “fim da história”, ou, simplesmente, o “fim das ideologias” (FUKUYAMA, 1992).

³³ Freedon (2013, p. 17) menciona que a ideologia é uma palavra que “evoca fuertes reacciones emocionales”.

sociedade em geral, a fim de compreender como tais efeitos atuam na dinâmica da democracia-liberal.

A primeira parte abordará, de forma sintética, as origens do conceito de ideologia e as dificuldades conceituais em torno do termo. O segundo tópico tratará duas das principais concepções da ideologia (significado forte e fraco), explorando os principais autores que inauguraram as respectivas abordagens: Marx e Engels (2010) e Mannheim (1968). O terceiro item discorrerá sobre a corrente da ideologia política que vislumbra a possibilidade da coexistência de diversos segmentos ideológicos (ou discursivos) que competem dentro de um sistema democrático. Por fim, abordará o conceito de hegemonia em Gramsci, a fim de tentar compreender os mecanismos que possibilitam a prevalência e dominação de determinada ideologia sobre as demais.

3.1 – Origem da ideologia e as dificuldades conceituais

É muito provável que a ideologia seja um dos conceitos que tenha a maior amplitude dentro das Ciências Sociais. O termo possui diversas definições desenvolvidas por vários autores, de diferentes linhas de pensamento (STOPPINO, 1998, p. 585), e, ao longo de décadas, as quais ainda se encontram em constante evolução, tanto no círculo acadêmico como no político (SEBASTIÁN, 2013, p. 12). Esta falta de coesão conceitual gera, por vezes, um “descrédito” no seu uso, além de divergência interpretativas. Assim, a gama, em torno do termo, pode trazer à tona sentidos variados, partindo desde aquilo que seria ideal, perpassando pelo conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas, de crenças ou de visões de mundo de um indivíduo ou de determinado grupo, tanto no cunho social como político, como a questões relativas ao poder³⁴, até a uma concepção crítica, no sentido de que é um instrumento de dominação da classe dominante que propaga um falseamento da realidade.

A variedade de significados em torno da ideologia é tão grande, que Eagleton (1997, p. 15) relacionou dezesseis definições distintas que são atualmente utilizadas, mas com a ressalva de que não se trata de um rol exaustivo. A partir daí, observa-se que há conceitos complementares e outros incompatíveis entre si; alguns de caráter pejorativo, “neutro” ou positivo; outros se distinguem quanto à formulação de questões epistemológicas, enquanto uns não entram nesta seara. Zizek (2013, p. 09) acrescenta que, até mesmo dentro de determinada

³⁴ Eagleton (1997, p. 21) destaca que, para fugir desta confusão conceitual, “Foucault e seus seguidores abandonaram por completo o conceito de ideologia, substituindo-o por um ‘discurso’ mais capaz”.

acepção, a ideologia pode apresentar diversos sentidos de acordo com o contexto histórico-político, assim, conclui que:

[a] ‘ideologia’ pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (ZIZEK, 2013, p. 09).

Por outro lado, Bosi (2010, p. 11) consegue encontrar um significado comum em torno dos vários conceitos de ideologia: a ideia de condição. Para o historiador brasileiro, a ideologia é sempre o modo de pensamento condicionado, e, portanto, relativo. Assim, o núcleo vivo das diferentes perspectivas que compõe a variada história do termo está relacionado à dependência das construções de ideias e valores, em maior ou menor grau, às situações sociais e culturais objetivas.

O certo é que uma palavra que possa abranger muitas coisas distintas e, ao mesmo tempo, contraditórias, pode perder o seu valor e utilidade. Talvez, este seja o desafio da ideologia dentro das Ciências Sociais. Bosi (2010, p. 73) sugere, como solução viável para desatar este nó semântico, a adoção do termo ideologia somente para o seu “significado forte”, e o uso de outras palavras para cobrir cada significado difuso. Eagleton (1997, p. 20-21) frisa a importância de cunhar claramente um significado e sugere, como método de facilitar esta individualização, buscar identificar o que seria o outro do conceito a ser utilizado, a fim de averiguar a real dimensão desta definição.

Quanto à origem do termo ideologia, não obstante, há um entendimento majoritário em torno do seu surgimento. Segundo Chauí (2004, p. 10), o vocábulo apareceu pela primeira vez em 1801³⁵ na obra do francês Destutt de Tracy, *Eléments d’Idéologie*, em pleno desdobramento da Revolução Francesa. A primeira acepção da ideologia se referia ao estudo da “gênese das ideias, as quais eram tratadas como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUÍ, 2002, p. 10), ou, simplesmente, como o estudo científico das ideias humanas (EAGLETON, 1997, p. 65).

De Tracy fazia parte de um grupo que ficou denominado à época como “ideólogos”. Eles foram partidários de Napoleão Bonaparte e apoiaram o golpe de Brumário. O grupo de De Tracy apoiou Napoleão sob a justificativa de que ele era um liberal continuador dos ideais da Revolução Francesa. No entanto, eles se decepcionaram posteriormente com o primeiro cônsul,

³⁵ Alfredo Bosi (2010, p. 14) atribui o aparecimento do termo, igualmente, ao filósofo Destutt de Tracy. No entanto, baseando-se no *Dictionnaire étymologique* de Alberto Dauzat, indica o ano de 1796 como o da criação do vocábulo.

mesmo com a nomeação de alguns membros dos “ideólogos” como senadores ou tribunos, pois o viram como o restaurador do Antigo Regime. Assim, tornaram-se partidários de oposição ao regime napoleônico (CHAUI, 2002, p. 10). No ano de 1812, após ser derrotado pelos russos, Napoleão proferiu um celebre discurso, atacando os “ideólogos” e atribuindo as desgraças que a França estava passando à “ideologia” e à “tenebrosa metafísica dos ideólogos”. Dessa forma, Napoleão exprimiu uma crítica aos “ideólogos” no sentido de que se empenhavam em investigar as leis da razão de uma forma tão rígida, que ficaram isolados dentro de seus próprios sistemas fechados, ou seja, apartados da realidade prática (BOSI, 2010, p. 62). Assim, o termo ideologia foi utilizado pela primeira vez com uma acepção negativa, deixando de representar um cético materialismo científico, e representando uma esfera de ideias abstratas e desconexas (EAGLETON, 1997, p. 71), e, desde então, ganhou contornos e significados distintos.

3.2 – As concepções de ideologia

Mesmo com essa gama de significados diferentes que são atribuídos à ideologia, podem-se analisar dois campos de abrangência (ou dois tipos gerais) em torno do termo, os quais Noberto Bobbio classifica como: “significado fraco” e “significado forte” da ideologia³⁶. A primeira dimensão diz respeito ao cerne dos sistemas de crenças políticas, entendido como um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e valores inerentes à ordem pública, cuja função é orientar os comportamentos políticos de determinado grupo. Portanto, o conceito neste viés é “neutro”. O segundo espectro trata da ideologia compreendida como a falsa consciência das relações de classes, ou seja, do domínio da classe dominante por meio de um falseamento da realidade. Assim, o significado forte da ideologia é firmado num conceito “negativo”, uma vez que denota especificamente o caráter distorcido (ou mistificante) de uma crença política (STOPPINO, 1998, p. 585).

No mesmo sentido, Eagleton (1997, p. 16) cita que há duas correntes de pensamento dentro do termo ideologia: uma linhagem marxista, preocupada com ideais de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; e outra tradição de pensamento, menos epistemológica que sociológica, cujo foco seria a abordagem da função das ideias na vida social. Partindo dessa divisão analítica, este trabalho abordará a ideologia seguindo estas duas principais correntes.

³⁶ Bosi (2010, p. 72) também menciona esta divisão analítica em “sentido valorativo” e “sentido não valorativo”, respectivamente.

3.2.1 – Ideologia no seu significado forte

A ideologia, nesta dimensão, possui as bases no pensamento marxista. Bosi (2010, p. 62) atribui à influência da repercussão dos discursos hostis proferidos por Napoleão Bonaparte, quanto ao caráter pejorativo – ou negativo – acerca do termo ideologia, na construção do discurso crítico de Karl Marx e Friedrich Engels, a partir da década de 1840, em relação à luta de classes e à dominação dos proprietários dos meios de produção (burguesia) em detrimento aos trabalhadores (proletários). Ou seja, a inspiração conceitual para a elaboração do conceito de ideologia no espectro marxista surge a partir de Napoleão. Dessa forma, Marx conserva o significado napoleônico do vocábulo: “o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real” (CHAUÍ, 2002, p. 11).

3.2.1.1 – Antecedentes da “falsa consciência”

Em que pese a origem do termo ideologia, o filósofo grego Platão, na sua obra “A República”, já abordava a questão da “falsa consciência”. A metáfora da “Alegoria da Caverna” retratava as conclusões equivocadas da realidade, não simplesmente por uma falta total de conhecimento, mas, sim, pela aquisição de uma imagem errônea ou incompleta do “real”. Assim, em Platão, o mundo dividia-se em duas visões distintas: uma sensível (ou visível), que seria os fenômenos que estariam acessíveis aos sentidos, ou seja, aquele que a maioria da sociedade estaria “acorrentada”. Em outras palavras, a imagem sujeita a interpretações distorcidas da realidade (ABBAGNANO, 2007, p. 68). Outra, das ideias inteligíveis (ou insensível), ou das essências imutáveis que alguns homens atingem pela observação e depuração dos enganos dos sentidos, obtida por meio do estabelecimento de uma relação de identidade com o objeto em cada caso, ou que mais se aproxime da realidade (ABBAGNANO, 2007, p. 175).

Aristóteles, quando trata das “causas”³⁷ para explicar o movimento da matéria, ou simplesmente a alteração de uma realidade, atribui à “causa final” uma superioridade sobre as demais. Portanto, um cidadão, dentro de uma determinada sociedade, é a finalidade ou motivo do seu papel social, ou daquele que ordenou a sua “fabricação”. Portanto, a causa final vincula à ideia de uso e este depende da vontade de quem ordena a produção de alguma coisa, transparecida, muitas vezes, como uma forma involuntária; implicitamente numa realidade mal

³⁷ Normalmente conhecida como a “teoria das quatro causas”, a saber: material, formal, motriz ou eficiente e final (CHAUÍ, 2002, p. 4).

compreendida. Desse modo, há uma transposição das relações sociais para o plano das ideias (CHAUI, 2002, p. 4-5).

É certo que Platão e seu discípulo Aristóteles não invocam a ideologia nos seus pensamentos, e, sim, a relação entre a relação entre as ideias e a forma. Especificamente, entre o “senso comum” e a busca da “verdade”, no caso do primeiro. E, no caso do estudo metafísico do segundo, de buscar identificar as causas que fazem as “coisas” existirem e aquilo que determina o que são e como são. No entanto, trata-se de um dos pensamentos clássicos primários acerca de asseverar que, em diversas situações, a realidade não é como parece ser aos olhos de uma grande maioria.

Bosi (2010, p. 61) relaciona alguns pensamentos renascentistas e iluministas, que abordaram modos de pensar que tinham como base o aparente erro:

ora fruto de preconceitos etnocêntricos (é o sentido do relativismo antropológico de Montaigne); ora fruto de maus hábitos cognitivos herdados da tradição e das convenções sociais (os *idola* de Bacon); ora de submissão ao poder no bojo de contextos sociais iníquos (as denúncias de Rousseau); ora simplesmente desvios da razão imanente na história das nações tais como afloram nas flechas de Vico ou de Hegel lançadas contra certas tendências culturais do seu tempo.

3.2.1.2 – *A ideologia na concepção marxista*

Assim, antes de Marx e Engels desenvolverem o seu conceito de ideologia³⁸, outros autores já trataram da relação entre o contexto social e a distorção (ou interpretação mal compreendida; ou erro) da realidade (ou do conhecimento) (BOSI, 2010, p. 67). A questão das origens da desigualdade social, igualmente, já havia sido debatida em Rousseau (2010), e em outros autores, especialmente no que diz respeito à distribuição da propriedade. No entanto, somente com as reflexões constantes na obra “A Ideologia Alemã (2010)”, que os pensadores comunistas reconheceram na maneira de pensar das classes dominantes uma evidente carga de justificação e de autolegitimação (BOSI, 2010, p. 64). Logo, a ideologia conceituava-se como uma mistificação da realidade produzida pela burguesia no âmbito do sistema capitalista.

Dessa forma, Marx e Engels entendem que há uma relação intrínseca entre a produção material e o comércio material com as ideias que são produzidas pelos homens, pois “as representações, o pensamento e o pensamento intelectual dos homens aparecem aqui como emanção direta do seu comportamento material” (MARX; ENGELS, 2010, p. 25). Tal correspondência é observada também nos frutos da produção intelectual, como nas leis, na política, na moral, na religião etc (ABBAGNANO, 2007, p. 532). Assim, as ideias surgem a

³⁸ Os autores já haviam utilizado o termo em outras obras anteriores a “A Ideologia Alemã (2001)”, no entanto, a caracterização do conceito da ideologia marxista só ocorreu com os aportes constantes no referido livro (CHAUI, 2002, p. 14).

partir de uma realidade social produtiva (desenvolvimento das forças produtivas e dos modos de relação entre as classes). Este pressuposto sócio-material está na base formativa da história, portanto, tanto na sociedade burguesa como ao longo de toda a existência da humanidade (MARX; ENGELS, 2010, p. 18).

Sem embargo, essas ideias, para as classes dominadas, estariam dotadas de uma inversão da realidade, pois “os homens sempre formaram ideias falsas sobre si mesmos, sobre como são ou como deveriam ser” (MARX; ENGELS, 2010, p. 11). Essa falsa consciência tem um sentido real e prático-sensível de inversão do mundo dos homens. Marx e Engels (2010, p. 26) elaboram um exemplo figurativo de como essa distorção na ideologia opera nos seres humanos: “[na] ideologia os homens e as suas relações aparecem invertidos como numa câmara obscura, é porque isto é o resultado do seu processo de vida histórico, da mesma maneira que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é o resultado do seu processo físico da vida”.

A ideologia tem, como finalidade, esconder a luta de classes (CHAUÍ, 2002, p. 34). Portanto, a luta de classe é o cerne da ideologia marxista: “a história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2003, p. 26). As classes podem ser entendidas como os produtos das relações econômicas de cada época, que surgem a partir da restrição aos meios de produção a uma pequena parcela da sociedade. A disputa (ou luta) entre as classes³⁹ ocorre por interesses políticos, econômicos e ideológicos contraditórios e irreconciliáveis. Por conseguinte, a solução libertadora para o fim da luta de classes somente seria possível com o fim da sociedade capitalista por meio da revolução (ENGELS, 2003, p. 13-14).

Desse modo, em Marx e Engels, a ideologia é um instrumento de dominação da classe dominante sobre as dominadas. Não obstante, a ideologia não surgiria a partir de uma conspiração, complô ou por qualquer tipo de decisão conjunta da classe dominante. Segundo Chauí (2002, p. 35), “a ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, [...] necessariamente invertida”. Todavia, a ideologia não é estanque, pois “se constitui (e reconstitui-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classes” (MÉSZÁROS, 1996, p. 22). Assim, as diferentes classes sociais fazem representações para si mesmas do seu modo de existência tal como é vivenciado diretamente por elas. Esses pensamentos ou ideias (invertidas) se diferenciam de acordo com cada classe e segundo a experiência de cada uma

³⁹ Marx e Engels (2010) tratam, primordialmente, de duas classes: a do proletariado e a da burguesia.

delas nas relações de produção. Sem embargo, as ideias que irão prevalecer numa sociedade de um determinado período histórico não serão todas as existentes, mas somente as da classe dominante (MARX; ENGELS, 2010, p. 63). Portanto, o modo pelo qual a classe dominante representa a si mesma, representa, também, sua relação com os demais homens, com a natureza, com os deuses, com o Estado, com a política, e tornar-se-ão à maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar (CHAUÍ, 2002, p. 35).

De tal modo, as ideias dominantes somente representam as relações materiais dominantes. Todavia, a prevalência destas sobre toda a sociedade é assegurada pela consciência desta condição pela classe dominante. Assim, “os indivíduos que formam a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e, como consequência disto, dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica” (MARX; ENGELS, 2010, p. 63). Esta consciência é em relação à situação de cada classe dentro da divisão do trabalho, e, portanto, a ideologia atua nessa transformação das ideias particulares da classe dominante como ideias universais que prevalecem sobre toda a sociedade, tornando que somente estas sejam consideradas válidas e verdadeiras. Dessa forma, a consciência é fruto da produção e relação material, pois “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2010, p. 26). Dentro dessa visão, a emancipação da consciência só ocorre com a modificação da base material para a reprodução da vida, pois esta não existe de forma autônoma e independente das bases sócio-materiais que a constituem.

Para Marx e Engels, a consciência origina-se na linguagem, pois esta é o fruto da necessidade do homem em se relacionar com outros indivíduos. Logo, a consciência é um produto social. Além disso, surge também como uma consciência da natureza, compreendida como um entendimento de poder do homem sobre os recursos naturais (MARX; ENGELS, 2010, p. 38). A existência do homem social vai se aperfeiçoando e de acordo com o aumento da população e das necessidades. Dessa forma, surge a divisão do trabalho, abrindo-se “a possibilidade de a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos distintos” (MARX; ENGELS, 2010, p. 39), e, em consequência, a suposição de uma autonomia das ideias, como se estas tivessem uma realidade em si mesma, ou seja, independente dos homens (CHAUÍ, 2002, p. 26).

Esta divisão de atividades material e intelectual, e os consequentes interesses particulares contraditórios de cada uma, *a priori*, traz a possibilidade de conflito. Chauí (2002, p. 27) atribui a criação da instituição Estado como solução para concatenar os interesses gerais ou comuns. Assim, o Estado surge não como uma instituição que visa defender o “bem comum”, mas, sim, como cenário e meio para que os interesses da parte dominante da sociedade

ganhem a aparência de interesses de toda a sociedade (MARX; ENGELS, 2010, p. 65). Logo, o Estado não é um poder distinto da sociedade, senão um instrumento para que possam ser preservados os interesses particulares da classe dominante; um reflexo direto do que ocorre na esfera econômica ocorre no palco político (CHAUÍ, 2002, p. 27). Nesse sentido, a vontade geral (ou bem comum) de Rousseau (2010), formalizada no “contrato social”, nada mais é do que a expressão política da divisão de classes, tendo como função “apaziguar” e “regular” a sociedade (em benefício da classe dominante).

Portanto, para Marx e Engels (2010, p. 114), o Estado, as leis e o direito são instrumentos necessários à manutenção dos interesses particulares dominantes, assim:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47).

Em outra oportunidade, Engels afirma que “não é o Estado que condiciona e rege a sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*), mas é a sociedade civil que condiciona e rege o Estado” (ENGELS, 1982, p. 199). Logo, para entender a superestrutura (a qual inclui o Estado) há que compreender primeiro a infraestrutura, composta pela sociedade civil, ou seja, deve-se buscar analisar a dinâmica do conjunto das forças e das relações de produção para entender a ação da ideologia nas classes dominadas. Assim, “há que explicar a política e a sua história a partir das relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não inversamente” (ENGELS, 1982, p. 199). Nesse sentido, Marx e Engels (2010, p. 42) asseveram que, para que uma classe consiga o domínio (mesmo que seja a dos proletariados⁴⁰), primeiramente, ela tem que conquistar o poder político – o Estado –, para assim representar o seu interesse particular como de interesse geral. Desse modo, observa-se que a superestrutura é originada a partir das estratégias da classe dominante para a consolidação e perpetuação do seu domínio.

Na concepção marxista de ideologia, o Estado é um instrumento de dominação, cuja aceitação no seio da sociedade se dá por meio da ideologia. Assim, a ideologia age no social de forma a tornar determinadas ideias abstratas particulares – produzidas pela classe dominante – como verdadeiras e racionais, além de universais, ou seja, de interesse comum. Todavia, trata-

⁴⁰ Mészáros (1996, p. 26) interpreta no mesmo sentido, pois, apesar da necessidade de ir além de uma sociedade de classes, “não significa que se possa escapar da necessidade de articular a consciência social – orientada para o objetivo estratégico de remodelar a sociedade de acordo com as potencialidades produtivas reprimidas de um agente coletivo identificável – como uma ideologia coerente e vigorosa” (MÉSZÁROS, 1996, p. 26).

se de uma inversão da realidade, de modo que tais interesses particulares aparentem, para a sociedade, como se fossem de interesse geral. Portanto, a superestrutura propicia a manutenção das relações sociais existentes na infraestrutura, enquanto que esta última permite a existência da primeira, tendo em vista que os frutos oriundos da infraestrutura – nas relações de produção e troca – é o que permite a manutenção da superestrutura, ou seja, do *status quo* da classe dominante (MARX; ENGELS, 2010).

Dessa forma, embora Marx e Engels não tenham mencionado explicitamente, a democracia – e toda a carga valorativa que a sustenta⁴¹ –, como fruto da criação dos Estados modernos e moldada pelo capitalismo liberal, faz parte da superestrutura, e, portanto, é uma instituição política a serviço da classe dominante e sujeita à sua ideologia. Por conseguinte, pode-se afirmar que, sob a ótica marxista, a democracia é uma estrutura que oculta e atenua a luta de classes.

István Mészáros (1996, p. 28), tratando dos mecanismos para a asseguaração dos interesses dominantes, afirma que:

De qualquer maneira, precisamente em virtude do imperativo de assegurar a compatibilidade entre os interesses dominantes e as tendências intelectuais adotadas, a estrutura categorial das estratégias ideológicas dominantes deve ser sustentável e “coerente” em seu próprio campo, independentemente da frequência e da extensão das mudanças da autocaracterização oferecidas em resposta às várias mudanças conjunturais. Quanto a isto, o que se espera das autoimagens da ideologia dominante não é a reflexão verdadeira do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Antes de tudo, elas devem fornecer apenas uma explicação plausível, a partir da qual se possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida.

Por isso, a ideologia dominante tende a produzir uma estrutura categorial que atenua os conflitos vigentes e *eternaliza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido. Compreende-se que, quanto maior for a importância dos interesses que motivam o conflito antagônico dos principais agentes sociais, mais pronunciada será esta característica (MÉSZÁROS, 1996, p. 28). (Destaque do autor).

Assim, a democracia, vislumbrada como uma panaceia⁴², como um norte a ser seguido, como um anseio popular de “bem comum”, como uma oposição diacrônica à aristocracia/ditadura, entra no rol destas categorias estruturais que mascaram os conflitos sociais (sobretudo o de classes), e torna-se, aparentemente, aos olhos da grande parte dos indivíduos, um axioma necessário para que seja promovida a igualdade, a liberdade, a justiça, e outros tantos valores⁴³, dentro de uma determinada sociedade. Tomando como base o

⁴¹ A exemplo da liberdade civil de Rousseau (2010), da proteção dos direitos – especialmente da propriedade privada – e a igualdade perante à lei dos “Federalistas” (1840) e da asseguaração de determinados direitos e liberdades individuais em Mill (1991), que compõe valores base da democracia liberal.

⁴² Muitas das vezes “implantada”, enquanto regime de governo, de forma não democrática (à força) em determinados países, por grandes potências mundiais.

⁴³ Valores estes, como já mencionado, defendidos sob a perspectiva da classe dominante.

entendimento de Mészáros (1996), a democracia tem o mérito de se adaptar às várias mudanças conjunturais ocorridas em cada lugar, país ou até mesmo numa perspectiva global, de uma maneira “sustentável” e “coerente”, e, desse modo, consegue fornecer explicações “plausíveis” (invertidas) ao contexto social e manter uma “estabilidade” na ordem estabelecida.

3.2.2 – Ideologia no seu significado fraco

A vertente do estudo da ideologia, no seu significado fraco, tem origem no pensamento do sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947), mormente o constante na obra “Ideologia e Utopia (1968)”, que, segundo Bosi (2010, p. 71), se tornou “o ensaio mais complexo que a sociologia jamais produziu em torno do conceito de ideologia”. A ideologia e a utopia, em Mannheim, são conceitos interligados que se reforçam mutuamente (1968, p. 68), e são duas formas básicas de agir socialmente no mundo (MANNHEIM, 1968, p. 31-32). Assim, a primeira tem um sentido de “conservação”, e, portanto, refere-se ao conjunto de pensamentos⁴⁴ cujo objetivo é manter a ordem vigente. A segunda possui uma inclinação à “mudança”, e, desse modo, trata das ideias que embasam as ações pela transformação da ordem vigente. Em ambas, o inconsciente coletivo oculta determinados aspectos da realidade. No entanto, mantêm uma conexão direta com a realidade do respectivo grupo (MANNHEIM, 1968, p. 66-67).

Bosi (2010, p. 72) destaca que o pensamento de Mannheim, quanto à ideologia e utopia, afasta-se de duas tradições do pensamento preponderantes à sua época: o historicismo de tipo culturalista e o marxismo⁴⁵. Ambas correntes, como princípio geral, se baseiam no condicionamento que toda visão de mundo mantém com as forças materiais e culturais do seu contexto. Há que se recordar que o conceito de ideologia em Marx e Engels (2010) tem no seu cerne um elemento falsificador da consciência – possuidor de uma aparência coesa e lógica – forjado pela classe dominante para manter o domínio sob as demais classes. Já a sociologia do conhecimento de Mannheim busca descrever e compreender os diferentes tipos de conhecimento que foram produzidos na história das civilizações, sem propor juízos de valores de verdade ou falsidade como foco. Portanto, “a sociologia do saber [constata] a existência de configurações culturais e políticas; o marxismo as [denuncia]” (BOSI, 2010, p. 72).

Eagleton (1997, p. 102) menciona que Mannheim, numa tentativa de se desvincular do foco do conceito marxista, divide a ideologia sob duas vertentes: a particular e a total. A primeira tem sua base estrutural formulada no conceito de ideologia desenvolvido por Marx e

⁴⁴ Karl Mannheim (1968) utiliza, comumente, o termo “enunciados” para referir-se à pensamentos.

⁴⁵ Freedon (2013, p. 29) ressalva que Mannheim extraiu da concepção marxista uma questão chave: “que la ideología es un reflejo de todos los contextos históricos y sociales”.

Engels (2010), ou seja, como uma visão valorativa (BOSI, 2010, p. 77). A segunda, que inaugura um novo campo de estudo acadêmico, identificado como sociologia do conhecimento, baseia-se num “relacionismo”⁴⁶ das formas simbólicas. Em outras palavras, como um significado de ideologia dinâmica – não valorativo – como visão de mundo (BOSI, 2010, p. 78), a fim de rejeitar todos os sistemas de crenças paralisantes (EAGLETON, 1997, p. 101).

A ideologia particular refere-se a um modo de demonstrar ceticismo a determinada ideia ou representação; uma forma de negar conscientemente uma afirmação (MANNHEIM, 1968, p. 81). Abbagnano (2007, p. 532) define-a como “o conjunto de contrafações mais ou menos deliberadas de uma situação real cujo exato conhecimento contraria os interesses de quem sustenta a ideologia”. A ideologia particular possui um espaço de análise estritamente no campo psicológico, assim, parte do conhecimento do “opositor” é desqualificado por representar um interesse identificado como dissimulado, disfarçado ou mentiroso (MANNHEIM, 1968, p. 81-82).

Por outro lado, a ideologia total refere-se às formas constituídas e características do pensamento de um determinado grupo ou da estrutura social, portanto, das ideias comuns. Diferentemente da ideologia particular, não leva em consideração apenas aspectos do pensamento do “opositor” (cuja análise se dá no plano psicológico), mas, sim, uma visão total de mundo (cosmovisão), de toda a sua época e contexto histórico. Questiona-se, assim, o conjunto de ideias de todo o grupo “opositor” (MANNHEIM, 1968, p. 82). Dessa forma, possui um viés epistemológico e teórico cuja análise se dá no plano sociológico (ABBAGNANO, 2007, p. 532).

As duas concepções se propõem a justificar a ordem social e contestam a veracidade do pensamento do “opositor”. No entanto, Mannheim (1968) apresenta três diferenças básicas entre ambas: 1ª) a particular descreve como “ideologias” somente uma parte dos enunciados do opositor. Já a total questiona a visão total de mundo do outro, buscando compreender os conceitos derivados das relações sociais partilhadas por este; 2ª) particular: concretiza suas análises no nível estritamente psicológico. Por outro lado, a total realiza suas análises, num nível noológico (ou teórico), quanto aos modos de experiência e interpretação amplamente distintos e a sistemas marcadamente divergentes; 3ª) particular: age, principalmente, como uma psicologia de interesses. Em contrapartida, a ideologia total utiliza uma análise formal,

⁴⁶ Segundo Eagleton (1997, p. 101), “significa a localização das ideias no sistema social que lhes dá origem”. Portanto, rompe com a visão de que as ideias são somente moldadas pelas relações materiais, trazendo a análise para a relação entre o “pensador”, a sua posição social e o conhecimento apresentado. Assim, em Mannheim, a ideologia ganha contornos mais amplos.

excluindo todo tipo de referências a motivações, restringindo-se a descrever, de forma objetiva, as diferenças estruturais das mentes que operam em contextos sociais distintos (MANNHEIM, 1968, p. 83-84).

A compreensão do conceito de ideologia em Mannheim está atrelada à própria noção da constituição da sociologia do conhecimento. O autor húngaro sustenta a tese de que “existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais” (MANNHEIM, 1968, p. 30), assim, todo pensamento é socialmente determinado (EAGLETON, 1997, p. 102). Mannheim reconhece a existência de um pluralismo de posições e concepções de mundo, ou seja, uma sociedade fragmentada, polarizada e composta por uma diversidade de visões de mundo, além de marcada por aspirações heterogêneas. Assim, a sociologia do conhecimento toma como objeto de análise a “ideologia total” na sua integridade (MANNHEIM, 1968, p. 103).

Mario Stoppino (1998, p. 586), apesar de reconhecer os méritos de Mannheim quanto à institucionalização do campo da sociologia do conhecimento, critica a generalização da determinação social do pensamento do sociólogo húngaro, o qual produz uma concepção que “coloca no mesmo plano todas as crenças, limitando-se a julgar igualmente verdadeiras todas as visões do mundo das diversas sociedades, classes, igrejas, seitas, etc. e, colocando definitivamente de lado o conceito de Ideologia no seu significado originário” (STOPPINO, 1998, p. 586). No mesmo sentido, Eagleton (1997, p. 102) levanta o risco de essa generalização eliminar totalmente o próprio conceito de ideologia.

Desse modo, cabe à sociologia do conhecimento estabelecer as conexões entre os diferentes tipos de pensamento e a estrutura social. Logo, a mediação entre o conhecimento (como fruto do pensamento) e a sociedade não é analisada a partir do indivíduo por si só, mas, sim, pelo grupo (coletivo) social dentro de um contexto concreto de uma situação histórico-social específica, pois “quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum” (MANNHEIM, 1968, p. 31).

O “estilo de pensamento” tratado por Mannheim é desenvolvido pelos homens a partir da herança de padrões de pensamentos previamente existentes. Ou seja, o indivíduo “participa no pensar, acrescentando-se ao que outros homens pensaram antes dele” (MANNHEIM, 1968, p. 31), levando em conta, ainda, o contexto histórico-social em que se encontra inserido. Logo, a partir do aporte do sociólogo Húngaro, conclui-se que os indivíduos “pensam no mundo” – dada a base do contexto histórico do pensamento – e “pensam em grupo” – como uma

socialização e compartilhamento do processo do pensamento. Não obstante, haja vista a multiplicidade de modos de pensar, os estilos (ou formas) de pensamento podem se relacionar harmonicamente ou conflituosamente (MANNHEIM, 1968, p. 32-34). A partir desta relação, surge a produção social do conhecimento, pois:

A própria ontologia da produção social do conhecimento pressupõe uma dinâmica que se abre para duas possibilidades de interação entre os conhecimentos produzidos (harmoniosa ou conflitante), sendo que as formas conflitantes se sobressaem diante das formas harmoniosas, dado que é a partir desta dinâmica de interação entre os conhecimentos que surgem as principais formas de disputas sociais, uma vez que são justamente tais conhecimentos conflitantes que orientaram a ação dos grupos sociais em contenda (MAZUCATO, 2015, p. 71).

Freeden (2013, p. 30) apresenta que Mannheim defende a existência de um pluralismo ideológico – percebido como a existência de muitos grupos sociais em torno de classes diferentes –, ou seja, uma multiplicidade das formas de pensar. Em consequência, há uma produção de diversas ideologias. Freeden (2013, p. 30) destaca que a teoria que sustenta esse pluralismo de ideologias⁴⁷ se tornou importante para a compreensão da sociedade e para o próprio desenvolvimento das “teorias da ideologia” posteriores ao sociólogo húngaro.

Assim, a natureza e a diversidade dos conhecimentos, enquanto produtos sociais, pressupõem a possibilidade de conflito e de disputa entre indivíduos e grupos (MAZUCATO, 2015, p. 72). No entanto, para Mannheim, a discordância só se torna um “problema” quando a dissensão é maior que a concordância. Mas essa possibilidade é reduzida pela prevalência de uma estabilidade social, sustentada por uma “unidade interna de visão de mundo”. Pois, “enquanto os mesmos significados das palavras, as mesmas maneiras de se deduzir ideias, são, desde a infância, inculcados em cada membro do grupo, não podem existir nesta sociedade processos de pensamentos divergentes” (MANNHEIM, 1968, p. 34).

Em que pese a possibilidade da existência de modificações graduais no estilo de pensamento de uma determinada sociedade estável, esta não seria perceptível aos integrantes do grupo pela forma lenta que ocorre. Tal compreensão torna-se observável somente com o passar de uma ou mais gerações, pois “o que mudou já estaria latente no período anterior e em estado de conflito com a visão de mundo hegemônica” (BOSI, 2010, p. 78). Além disso, a variedade, nas diversas formas de pensar, só se torna perceptível, e apta para reflexão, quando há, por parte do indivíduo, uma mobilidade social horizontal (para outro grupo culturalmente distinto) ou vertical (mudança de *status* social) (MANNHEIM, 1968, p. 34-35).

⁴⁷ Freeden (2013, p. 30) entende que, implicitamente, Mannheim ressuscitou a base da ideologia de Destutt de Tracy, a qual havia sido deixada de lado por Marx e Engels.

Em uma situação de sociedade estável, mesmo que haja uma disseminação das ideias dos estratos mais baixos da sociedade, as classes superiores mantêm o *status quo* não permitindo que tais variações no pensamento as abalem intelectualmente. Assim, a estabilidade opera a partir do domínio de instituições que representam a autoridade na sociedade (como a máquina estatal, por exemplo), e, dessa forma, somente os feitos desta classe são dotados de “prestígio social”. Por isto, as classes dominantes têm poucos motivos para colocar em questão as suas próprias existências e os valores das suas realizações (MANNHEIM, 1968, p. 36).

No entanto, Bosi (2010, p. 78) destaca que essa relação não é uniforme e estanque, e, sim, dinâmica, conforme explicita Karl Mannheim:

Qualquer consideração mais atenta do material histórico nos revela a existência de numerosas correntes de pensamento que percorrem cada época; no melhor dos casos uma dessas correntes será a dominante e as outras ficarão descartadas como secundárias. Mas nunca se produz o descarte definitivo de uma corrente de pensamento, pois cada feixe dinâmico de tendências presente em uma totalidade cultural e cada membro desse feixe sobrevivem como correntes subalternas mesmo durante o predomínio da orientação contrária, para depois, chegado o momento (ainda que de forma modificada), renascer e reconstituir-se em nível mais elevado (*apud* BOSI, 2010, p. 78).

Portanto, embora haja a prevalência dos pensamentos – ou ideologias – dos extratos sociais dominantes perante toda a sociedade, permanece, ainda que de forma mitigada, parte das ideias das classes subalternas no seio do seu grupo. Segundo Mannheim (1968, p. 38), o que sustenta a manutenção destas ideias é a existência de intelectuais em cada grupo⁴⁸, que atuam dotando a respectiva coletividade de uma interpretação de visão de mundo, bem como sobre a mudança, ajustes, ou reconciliação, das diferenças das visões de mundo dos demais estratos, ingenuamente formadas. No entanto, os intelectuais são marcados por atuarem num campo estritamente “escolástico” (ou de sistematização do pensamento) e por não terem uma *práxis* vinculada às ideias que são por estes sustentadas, ou seja, possuem um relativo afastamento dos conflitos da vida cotidiana (MANNHEIM, 1968, p. 39). Bosi (2010, p. 81-82) conclui que o entendimento de Mannheim – sustentado no exercício de uma inteligência flexível e abrangente – visa “blindar” o pensamento determinista de que o intelectual seria sempre cooptado pela ideologia dominante, assim, justifica que:

o intelectual vive no interior da sua ideologia (no sentido difuso de visão de mundo de seu tempo), mas pode ter consciência dos limites conjunturais a que está sujeito, o que lhe permite reagir ao particularismo estreito da sua situação cultural e buscar a compreensão de outros pontos de vista, desenhando-se em sua mente o horizonte de uma totalidade virtual (BOSI, 2010, p. 81).

⁴⁸ Mannheim (1968, p. 38) denomina o conjunto de intelectuais de cada grupo de *intelligentsia*, cuja capacidade seria distinta de outros pensadores, uma vez que estes possuem um considerável grau “desvinculação social” (quando da análise da situação histórico-social), e por isto são capazes de sintetizar o contexto social, e, assim, colaborar para o avanço da história.

Mannheim (1968), com a sua proposta da Sociologia do Conhecimento, busca afastar-se da concepção marxista de ideologia, baseando-se na premissa de que este pensamento não conseguia extrair, de maneira precisa, todas as ideias de um grupo. Desse modo, preservou a base do conceito desenvolvido por Marx e Engels (2010) na “ideologia particular”: utilizada para desqualificar qualquer posição política e filosófica que não fosse a do interpelante, sem se restringir, no entanto, à divisão de classes; bem como criou um conceito de “ideologia total”, mais amplo e dinâmico, sustentado não na falsa consciência, mas, sim, numa noção de consciência (semelhante à consciência de classe marxista), que, segundo o sociólogo húngaro, permite reconhecer que todas as ideias são originadas na totalidade do ser social, e, assim, haveria diferentes particularidades de acordo com a situação social de cada grupo em cada momento histórico. Por esta razão, as ideias também acompanham essa dinamicidade social, ou seja, há a existência de múltiplas ideologias, e, diferente da concepção de Marx e Engels (2010), não só a da classe dominante.

Logo, a partir do pensamento de Mannheim, o marxismo é uma ideologia, dentre as várias existentes, pois, “no presente estágio de nosso entendimento, dificilmente, é possível evitar esta formulação genérica da concepção total de ideologia, de acordo com a qual o pensamento de todas as partes em todas as épocas é de caráter ideológico” (MANNHEIM, 1968, p. 103). Além disso, o sociólogo húngaro reconhece que, dentro de uma posição intelectual, não existe um só segmento, dada a dinamicidade histórico-social, e, por isto, o marxismo – assim como qualquer outra ideologia – possui várias aparências multifacetadas (1968, p. 103).

Assim, ao conceber, dentro da sociologia do conhecimento, um conceito de ideologia que alberga o conjunto de ideias, representações, concepções, pensamentos, orientados para a estabilização, legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida, Mannheim busca criar uma ferramenta analítica que visa à “preservação da democracia e da liberdade ao proporcionar condições para se compreender o processo de construção social do conhecimento (no plano das ideias) e permitir a formulação de controles sociais racionais e a própria planificação racional democrática (no plano da ação)” (MAZUCATO, 2015, p. 54). Eagleton (1997, p. 102) reconhece que o objetivo do autor húngaro, a partir da função ideológica da sociologia do conhecimento, é trazer uma visão menos aguerrida, menos contenciosa de mundo.

Portanto, a democracia, na concepção de Mannheim, é um meio para que as várias visões de mundo possam conviver de uma forma “harmônica”. Segundo o autor, a possibilidade de estabilidade social aumenta quanto mais houver uma democratização da sociedade, especialmente, quando há a possibilidade de mobilidade social (ascensão social), de modo que os pensamentos dos estratos inferiores da sociedade possam ganhar voz no contexto político-

social, e, assim, adquirir “relevância pública”, “validade e prestígio” (MANNHEIM, 1968, p. 36). Logo, somente “quando atingido o estágio de democratização, as técnicas de pensar e as ideias dos estratos inferiores [estarão], pela primeira vez, em condições de se confrontarem com as ideias dos estratos dominantes em um mesmo nível de validade” (MANNHEIM, 1968, p. 36).

Freeden (2013, p. 34) critica a forma de entendimento de Mannheim quanto à pluralidade de ideias, pois, embora o sociólogo húngaro a visse como de existência inevitável na sociedade, não entendia esse pluralismo em si como um rico recurso para a vida social, uma vez que cada ponto de vista plural se sustenta por suas reivindicações (contestação) de maneira absoluta, e, portanto, torna-se num possível fator de desestabilização social. Assim, o objetivo de Mannheim, dentro do sistema democrático, é buscar uma estabilidade; uma neutralização de dissensões; um controle da crise dos pensamentos (MANNHEIM, 1968, p. 134), e, para tanto, “[confia] nas potencialidades políticas, no caso, democratizantes, da ciência posta a serviço do progresso social” (BOSI, 2010, p. 82).

O pensamento de Mannheim não é isento de limitações e ressalvas – como a questão de atribuir aos intelectuais (*intelligentsia*) uma “elevação” sobre as suas classes (por vezes com interesses contraditórias), de forma que alcançariam um ponto em comum e de caráter “não ideológico” (FREEDEN, 2013, p. 35); ou sobre desenvolver a ideologia como um objeto de estudo com valor em si mesma (FREEDEN, 2013, p. 36) –, no entanto, conforme conclui Freeden (2013, p. 36), se tornou de grande importância para a teoria política, ao permitir que esta adquirisse consciência de seus próprios supostos e categorias de análises. Com isso, o conceito de ideologia se tornou essencial para compreender grande parte do pensamento político, como um produto de circunstâncias sociais e históricas.

3.3 – A ideologia política

A corrente teórica que analisa as ideologias políticas ganhou o seu contorno atual com a emergência dos denominados estudos pós-estruturalistas, que, dentre outras características, preconiza a negação da possibilidade de se instituir um parâmetro absoluto ou final para a definição do verdadeiro conhecimento (MACKENZIE, 2011, p. 24-25). Assim, o que em uma primeira perspectiva poderia assinalar, mais uma vez, uma tendência para o fim das ideologias, tomou contornos diferentes, especialmente, com o trabalho do inglês Michael Freeden.

Em uma perspectiva também pós-estruturalista – mas fecundada a partir da desconstrução da categoria ideologia, e por sua substituição pela de discurso –, o argentino Ernesto Laclau e a belga Chantal Mouffe, apesar de um viés pós-marxista, minimizam o determinismo econômico de Marx e Engels (2010) na construção da ideologia, e direcionam o foco para uma dimensão ontológica da política, apurada a partir da materialidade do discurso (MACKENZIE, 2011, p. 129). Assim, apenas o discurso – e não a ideologia – é capaz de moldar as relações sociais (LACLAU, 1987, p. 184-185).

Freedden produz um marco teórico baseado em vários ramos do conhecimento, especialmente a filosofia (MACKENZIE, 2011, p. 25), concebendo, desse modo, as ideologias como uma estrutura complexa e flexível, integradas por uma teia de elementos racionais e irracionais, situados em contextos históricos determinados, nas quais os conteúdos linguísticos e semânticos não só expressariam a realidade, senão, de fato, as constituiriam (FREEDEN, 2013, p. 65-95).

Nesse sentido, o autor inglês parte da premissa que a análise das ideologias, que se organizaram em torno de tradições políticas, deve ser feita a partir da identificação do papel desempenhado por elas na vida política (FREEDEN, 2013, p. 50), ou seja, propõe-se um enfoque de análise funcional. Com base neste critério, apresenta uma definição, não definitiva, do que seria uma ideologia política:

[...] conjunto de ideas, creencias, opiniones y valores que: 1. exhibe un patrón recurrente; 2. es seguida por grupos relevantes; 3. compite por la formulación y el control de planes en materia de políticas públicas; y 4. lo hace con el fin de justificar, oponerse o cambiar las bases y los acuerdos sociales y políticos de una comunidad política (FREEDEN, 2013, p. 50).

O primeiro atributo pode ser entendido como um foco nas tradições dinâmicas que tenham poder de permanência e as que possa manter instituições e práticas que se entrecruzam com a ideologia em questão. Logo, excetuam-se aquelas que se referem somente a efêmeros esquemas idiossincráticos (FREEDEN, 2013, p. 50-51). Desse modo, resgata o caráter da ideologia em Mannheim (1968), portanto, como um produto social. Já a relevância de uma ideologia remete à questão do próprio peso político deste segmento e da importância social atribuída ao seu produtor – tido não como o indivíduo, mas, sim, aos grupos sociais extensos –, além da diferença entre o conjunto de valores e os conflitos entre tal ideologia e outra(s) existente(s) (FREEDEN, 2013, p. 52).

A competição pelo controle de pautas de políticas públicas é, de fato, o que discerne uma ideologia política. Assim, tais ideologias estão voltadas para a arena pública, e, geralmente, competem publicamente com distintos macros programas em matéria de política social e

econômica e da gestão da administração pública. Sem embargo, Freedden (2013, p. 52) alerta que “no todo plan formulado por un grupo constituye una ideología pero puede ser interpretado como parte de un diseño ideológico más grande”. O último atributo refere-se à capacidade de a ideologia política influir nos líderes políticos e na opinião pública, tanto por meio da persuasão, quanto pelo convencimento (FREEDEN, 2013, p. 52-53).

Contrariamente ao pensamento de Mannheim quanto à impossibilidade de uma geração observar modificações em determinada ideologia, devido à lentidão que ocorre neste processo (1968, p. 34), Freedden vislumbra a possibilidade da observação de mudanças, inclusive, dentro de uma mesma ideologia, tanto no mesmo espaço, como em lugares distintos. No entanto, ao invés de se “nomear” outro tipo de ideologia política para estes casos, o autor inglês entende que, desde que se preservem as características dos seus principais núcleos identificadores, continuará representando a mesma “família ideológica”. Logo, as mudanças são tratadas como algo normal e, até mesmo, esperado, dentro de um segmento ideológico, dada a sua característica dinâmica: como motor de mudança e renovação, e não só, como nos termos de Marx e Engels (2010), como instrumento estático de dominação (FREEDEN, 2013, p. 63).

Para Laclau e Mouffe, o foco da análise discursiva (ideológica) está nos antagonismos sociais, que, por sua vez, estruturam efetivamente o mundo político (MACKENZIE, 2011, p. 12). Por isso, a política se torna uma consequência das relações sociais divergentes. A prática articulatória (estrutura discursiva) é o que constitui as relações sociais fragmentadas em um determinado contexto político. Os autores denominam a articulação como toda prática que firma uma interrelação entre elementos⁴⁹, cujo resultado é a modificação das identidades dos próprios elementos. Logo, o resultado estruturado da prática articulatória é denominado de discurso (LACLAU, 1987, p. 186-188).

Freedden (2013, p. 65-66) trata as ideologias como produtos linguísticos e semânticos, uma vez que estas se expressam, primeiramente, por meio da linguagem. Assim, as palavras (e as combinações de palavras) são portadoras de uma infinidade de significados, que podem indicar algo mais do que está aparentemente representando ou significando. Sem embargo, cabe ressaltar que a interpretação e a compreensão da ideologia ocorrem de diversas formas no mundo (FREEDEN, 2013, p. 67). Desse modo, dado o caráter intrínseco entre ideologia política e a expressão linguística, a observação empírica desta última, com a devida localização espaço-temporal, pode servir como ferramenta analítica para compreender determinado contexto sócio-político-econômico sob o viés ideológico.

⁴⁹ Laclau e Mouffe (1987, p. 188) descrevem elemento como toda diferença que não se articula discursivamente; já o momento engloba as posições diferenciais que aparecem articuladas no interior de um discurso.

Portanto, ademais dos vocábulos que cada ideologia possa trazer à tona de uma forma velada ou obscura, há palavras que possuem uma ligação explícita com o respectivo segmento ideológico, e, assim, denotam a sua estrutura interna. Há, ainda, vocábulos de terminologia idêntica, mas que à luz de cada ideologia possam significar coisas distintas. Freedden (2013, p. 72) conclui que “los significados que transmite una ideología no sólo reflejan las tradiciones históricas del discurso político, ni sólo el pluralismo cultural [...], sino que son accesibles a través de las pautas particulares con las que se ordenan sus conceptos políticos constitutivos”. Assim, que as ideologias são sistemas de pensamento pelos quais se confere significado específico a cada conceito político no seu âmbito (FREEDDEN, 2013, p. 74).

No entanto, estes significados atribuídos a palavras, a conceitos e a expressões são muitas vezes conflituosos. Logo, dentro de cada ideologia, o vocábulo liberdade, por exemplo, pode denotar coisas distintas, e, por meio da ação política, cada segmento ideológico envidará esforços para que sua visão de “liberdade” seja tida como a correta ou verdadeira. Nesse sentido, as ideologias se tornam meios para fazer frente a “amplitudes” de significados. Além disto, têm a função de “despolemizar” determinados conceitos que empregam, de forma que se apresentem de acordo com o “correto” significado político a que faz referência. Isto se justifica pelo papel político das ideologias, como instrumento para decisões coletivas (FREEDDEN, 2013, p. 75). Portanto, o autor inglês entende que as ideologias estão no centro do processo político, uma vez que:

[...] compiten entre sí por el control del lenguaje político así como por los planes relacionados con las políticas públicas; de hecho su competición por los planes para políticas públicas se desenvuelve en primer término a través de la competición que hacen por el lenguaje político (FREEDDEN, 2013, p. 76).

As ideologias políticas também estão diretamente interligadas com a cultura⁵⁰, pois esta é o que sedimenta as ideologias num contexto espaço-temporal, e também a auxilia a refinar as interpretações lógicas em torno da teia conceitual que oscila em cada segmento ideológico. Desse modo, a observação de uma ideologia é facilitada pela cultura, uma vez que esta, na construção das suas argumentações, se apoia uma gama de convenções e símbolos, como sistemas de valores, crenças religiosas, práticas comuns, etc. Freedden (2013, p. 81) observa uma guinada no foco analítico entre a relação ideologia-cultura, tendo em vista que antes o contexto cultural era visto como pano de fundo para a compreensão da gênese do pensamento ideológico e como reflexo dos interesses sociais de quem o evidencia. Não obstante, “ahora el contexto como constricción cultural se convierte continuo y vivo de la formación de las ideologias,

⁵⁰ Entendida como “a los bienes simbólicos, y materiales que producen las sociedades”, incluindo os “artefactos, ciencia y tecnología, arte y prácticas sociales” (FREEDDEN, 2013, p. 79).

integral a su estructura y por consiguiente a los mensajes que difunde” (FREEDEN, 2013, p. 81-82).

Laclau e Mouffe (1987, p. 185) dão uma importância ainda maior à linguística e à semântica, pois não se restringem somente a estas, e, sim, ampliam o leque de importância de tal forma que todos os objetos⁵¹ e ações são significativos para compreender um discurso. A compreensão é dada a cada indivíduo por meio de um sistema de posições diferenciais e relacionais, ou, simplesmente, pelo próprio discurso (LACLAU, 1987, p. 184). A partir de tal teoria que se pode compreender, por exemplo, a diferença da defesa de várias concepções em torno do conceito de liberdade. Em vista disso, cada estrutura discursiva em torno da defesa de um significado distinto é uma construção social e política, que cria um sistema de relação entre diferentes objetos e práticas, e, assim, uma pluralidade de posições que o indivíduo pode ocupar (LACLAU, 1987, p. 185). O significado resultante dessa disputa de diferentes significados (ou de posições políticas distintas) definirá o tipo de ação a ser tomada.

Partindo do princípio de que toda identidade é relacional e diferencial, e que nenhum discurso pode ser fechado, Laclau e Mouffe (1987) defendem uma primazia da política na ontologia do social. Desse modo, os sistemas de relações sociais – compreendidos como conjuntos articulados de discursos – são sempre construções políticas que envolvem a construção de antagonismos e o exercício de poder. No entanto, esses sistemas se tornam vulneráveis às forças que estão excluídas no processo de constituição política. Assim, a construção teórico-metodológica dos autores relativiza qualquer tipo de determinismo, a tal ponto de que não haveria qualquer tipo de conexão lógica entre a posição de classe e o político/ideológico⁵² (EAGLETON, 1997, p. 188).

Por outro lado, numa perspectiva mais lógico-racional, Freedden (2013, p. 82) utiliza, como instrumento de análise da dimensão morfológica das ideologias, quatro critérios⁵³: proximidade, prioridade, permeabilidade e proporcionalidade. A proximidade diz respeito à necessidade de se observar um conceito político dentro de um meio ambiente específico do campo de análise, pelo fato de os conceitos políticos carecem de sentido por si só. O traço da prioridade indica uma espécie de hierarquização de conceitos políticos vinculados à determinada ideologia. Logo, o significado de cada conceito político depende do nível de

⁵¹ Laclau e Mouffe (1987, p. 185) mencionam, além da linguística, as instituições, os rituais e as práticas de diversas ordens.

⁵² Eagleton (1997, p. 188), contrário a esta perspectiva, e em base desta, conclui que “é inteiramente acidental que todos os capitalistas não sejam também socialistas revolucionários”.

⁵³ Freedden (2013, p. 82) esquematiza esses traços morfológicos da ideologia denominando-os como os quatro “Pês”.

importância que é vinculado ao núcleo central (ou às margens) de cada ideologia. O autor inglês destaca que: “una de las principales funciones de las ideologías consiste en jeraquizar los conceptos políticos más relevantes” (FREEDEN, 2013, p. 83).

A permeabilidade trata do compartilhamento de ideias, de conceitos e de concepções entre ideologias. Portanto, as ideologias não são mutuamente excludentes em todos os aspectos, pelo contrário, produzem intersecções em diversos pontos, e, logo, não são totalmente fechadas. Já o critério da proporcionalidade se refere ao espaço relativo no interior de cada ideologia reservado a um tema específico ou a um conjunto de conceitos, a fim de obter êxito no cenário político. Desse modo, a generalização ou a excessiva minúcia na apresentação de conceitos políticos é um mecanismo utilizado pelas ideologias a fim de se tornarem ferramentas de mobilização de ação coletiva (FREEDEN, 2013, p. 84-87).

A base do estudo das ideologias de Freedden se aparta bastante da concepção de Marx e Engels. Enquanto a ideologia, para o primeiro, é uma maneira de pensar a política e há uma diversidade de pensamentos tidos como ideológicos nesta arena (FREEDEN, 2013, p. 89), para os segundos, é um instrumento de dominação da classe dominante (MARX; ENGELS, 2010, p. 63), e, portanto, só há uma ideologia. Desse modo, observa-se que a concepção do autor inglês se baseia na concepção de que todas as formas de pensamento político possuem uma dimensão ideológica.

A partir de uma concepção morfológica, Freedden elabora uma dupla divisão analítica das ideologias entre macroideologias e microideologias. As duas são passíveis de um duplo nível de verificação, complementares entre si: tanto por meio uma macroanálise, que permite compreender a perspectiva morfológica das ideologias, tornando-se observável as composições dos principais elementos e conceitos nucleares identificadores, bem como das suas relações internas e externas; e/ou, como se valendo da microanálise, cujo principal foco de exame é o estudo das ideologias como tradições no tempo e no espaço, tendo os próprios aspectos imaginados convertidos em parte da realidade política (FREEDEN, 2013, p. 102).

As macroideologias são aquelas que possuem um grande alcance e uma ampla difusão geográfica; ou seja, que tem um caráter (ou potencial) global. Assim, predominam, no cenário social e político, tanto em nível nacional como internacional. São ideologias marcadas pela tradição, a exemplo do: Liberalismo, Conservadorismo, Socialismo, Fascismo, Comunismo etc., que competem entre si (FREEDEN, 2013, p. 101). Outro traço marcante que aglutina as macroideologias é a origem: todas surgiram no Ocidente (especialmente na Europa) e influíram, em maior ou menor proporção, o mundo, delineando temas nas mais diversas esferas possíveis, como: democracia, estado, economia, relações sociais.

Por outro lado, as microideologias atuam numa área de alcance menor, ou tratam apenas de assuntos específicos (a exemplo de pautas ambientais). Desse modo, elas podem aparecer em áreas de confluência entre duas ou mais macroideologias existentes⁵⁴, bem como podem surgir por si só. Além disto, possuem uma maior diversidade entre elas e, muitas vezes, desaparecem num curto espaço de tempo (FREEDEN, 2013, p. 117). O autor inglês define microideologia como:

“[...] aquella que, al igual que las ideologías convencionales, posee una morfología indetectable pero, a diferencia de las ideologías convencionales, se trata de una morfología restringida. Se halla desvinculada de otros contextos ideacionales más amplios ya que elude o sustituye muchos conceptos que deberían estar incluidos en una ideología. No abarca todo el conjunto de cuestiones de una macro-ideología, y se muestra limitada en sus ambiciones y campo de interés” (FREEDEN, 2013, p. 121).

A perspectiva de ideologia política de Freedden se aparta da concepção negativa, firmando-se, de fato, num viés “neutro”. Dessa forma, o autor inglês defende uma análise das ideologias apartada de qualquer modelo baseado na dominação, interesse de classe ou ofuscamento da realidade, senão sustentada numa flexibilidade e dinamicidade das ideologias (FREEDEN, 2013, p. 87). Em outras palavras, Freedden defende um modelo no qual as ideologias, a fim de sustentarem suas concepções, disputam espaço e poder dentro da arena política. Com as devidas limitações e correções conceituais, pode-se aduzir que Freedden se aproxima dos autores da concepção pluralista da democracia, como Dahl (2010) e Bobbio (2015), pela percepção de que há uma competição de propostas político-ideológicas dentro da democracia, sem que haja qualquer tipo de limitador (ideológico) dentro do conteúdo de cada proposta. Ou seja, *a priori*, todas estariam aptas a participarem da disputa em semelhante igualdade.

Sem embargo, Laclau e Mouffe veem problemas na democracia-liberal para o sucesso de propostas de esquerda (socialistas), e, assim, defendem uma democracia radical e plural (1987, p. 290-291), que consiste, não no rompimento com a democracia-liberal, mas, sim, na busca pela dissolução do potencial subversivo da “articulación entre liberalismo y democracia, reafirmando la centralidad del liberalismo como defensa de la libertad individual contra toda interferencia del Estado, y en oposición al componente democrático que se apoya en la igualdad de derechos y la soberanía popular” (LACLAU, 1987, p. 289). Observa-se que os autores apontam que as bases ideológicas da democracia-liberal favorecem as propostas político-ideológicas que estão mais próximas deste mesmo espectro.

⁵⁴ Freedden (2013, p. 117) destaca que muitas variantes ideológicas não ocidentais foram obrigadas a se reformular para sobreviverem sob o espectro de alguma macroideologia ocidental.

3.4 – Ideologia e Hegemonia em Gramsci

O conceito de ideologia cunhado pelo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) está totalmente atrelado à sua categoria-chave de hegemonia, e foi constituído a partir de uma concepção marxista (EAGLETON, 1997, p. 105). No entanto, Gramsci apresenta uma concepção que tanto se aproxima dos aportes de Marx e Engels (especialmente quanto ao materialismo histórico), bem como, em determinados aspectos, se assemelha à teoria da ideologia de Mannheim⁵⁵ (constituindo-a num conceito “neutro”), o que a torna passível de atenção e análise (FREEDEN, 2010, p. 37-41).

3.4.1 – Ideologia em Gramsci

Gramsci conceitua a ideologia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva” (1984, p. 16). Portanto, para o autor italiano, a ideologia é mais ampla do que em Marx e Engels (2010), e estaria presente em todas as atividades humanas – a exemplo da política e da democracia –, não se traduzindo apenas no campo da produção das ideias ou tampouco como instrumento de dominação e ocultamento da realidade. Em Gramsci, o conceito de ideologia une uma concepção de mundo a uma norma de conduta correspondente a essa concepção (COUTINHO, 2011⁵⁶, p. 195-196), e, assim, adquire um caráter de função da vida real de organização e ação (EAGLETON, 1997, p. 107), ainda que esta possa estar em contradição⁵⁷ à posição do respectivo indivíduo na sociedade (GRAMSCI, 1984, p. 20).

Sem embargo, para Gramsci, há dois tipos de ideologias: as historicamente orgânicas e as arbitrarias. As primeiras são produzidas por meio de um bloco social – ou ponto de vista de uma classe, e, portanto, como expressão de uma vida coletiva –, e possuem uma função de organização da “massa humana”, uma vez que se tornam local de aquisição de consciência por parte destes indivíduos, para que, com o reconhecimento de sua posição, possam agir (“lutar”). Somente estas ideologias devem ser consideradas, pois apenas elas, por meio de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes, ao contrário das ideologias arbitrarias (“desejadas”), que “não criam senão ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc.” (GRAMSCI, 1984, p. 62-63).

⁵⁵ Apesar de Mannheim ter publicado a sua obra *Ideologia e Utopia* em 1929, Gramsci não teve acesso a ela, já que se encontrava preso desde o ano de 1926 (BOSI, 2010, p. 71).

⁵⁶ Essa obra se refere à trechos integrais de diversas bibliografias de Gramsci, especialmente dos “Cadernos do Cárcere”, sem qualquer tipo de comentário por parte do organizador.

⁵⁷ Gruppi (1980, p. 69) acrescenta que, nesta hipótese, a ação não pode ser considerada consciente, e, portanto, é incoerente, pois a ação consciente é guiada por uma concepção de mundo, unitária e crítica dos processos sociais.

Para o filósofo marxista italiano, mesmo dentro das historicamente orgânicas, não há somente uma única ideologia, mas, sim, diversas, que coexistem, e, até mesmo, em determinados casos, interagem (GRAMSCI, 1984, p. 15). Desse modo, “la ideología dejase de ser sólo vista como una herramienta en manos del estado. La ideología desde su punto de vista operaba y era producida en la sociedade civil, la esfera de la actividad no estatal de los individuos y grupos” (FREEDEN, 2013, p. 37).

Logo, numa perspectiva contrária ao determinismo econômico de Marx e Engels (2010), para Gramsci, as ideologias possuem um valor analítico⁵⁸ e de práxis, e, portanto, a superestrutura não é tão-somente um mero reflexo mecânico da base econômica (COUTINHO, 2011, p. 186). Assim, para o autor italiano, “a economia aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas, sim, como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas as suas próprias relações sociais globais” (COUTINHO, 1992, p. 56). A partir desta perspectiva, Gramsci cria o conceito de “bloco histórico”: “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1984, p. 52). Dessa forma, a infraestrutura material é ampliada e redefinida como um “conjunto das relações sociais de produção”.

Os intelectuais exercem uma função importante na teoria ideológica de Gramsci. A estes atribui a prerrogativa de estabelecer uma superioridade moral e cultural na respectiva classe social, e, por este entranhamento, só poderiam ser analisados dentro do contexto da correspondente classe. Não obstante, para Gramsci, existem dois tipos principais de intelectuais: os orgânicos, que nascem juntamente com o aparecimento de uma classe social determinante no modo de produção econômico e cujo papel é “emprestar a essa classe alguma autoconsciência homogênea nos campos cultural, político e econômico” (EAGLETON, 1997, p. 110). Já o intelectual tradicional é aquele que um dia já foi um intelectual orgânico, mas que, pelo desaparecimento (ou enfraquecimento) da classe que representava, se tornou o intelectual relativamente autônomo e independente. Em suma, os intelectuais preparam a hegemonia da respectiva classe, e, assim, são considerados “agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um ‘bloco histórico’ ” (COUTINHO, 1992, p. 108).

Contrariamente à função imparcial dos intelectuais – *intelligentsia* – na perspectiva de Mannheim (1968), Gramsci vislumbra um papel totalmente ativo dos intelectuais, de modo que estes não dispensam a ideologia, ao contrário, atuam para adequá-la às necessidades da sua

⁵⁸ Recordando que, para Marx e Engels, a ideologia, como parte da superestrutura, deveria ser criticamente analisada, tendo em vista que se trata um elemento de “erro” (falsa consciência).

classe e do seu tempo. Assim, parte deste “amoldamento” se reflete no sentido comum das massas, implicitamente evidente em todas as manifestações da vida individual e coletiva (FREEDEN, 2013, p. 41). No entanto, há uma diferença na atuação dos intelectuais de cada classe, especialmente da burguesia em relação às subalternas, uma vez que a primeira dispõe de organismos da sociedade civil amplos⁵⁹ (como a escola, meios de produção etc.) para disseminar sua “visão de mundo”. Nesse sentido, Gramsci dá uma importância extrema aos partidos e sindicatos, pois são os espaços que ocorrem a conscientização das massas, bem como a própria formação de novos intelectuais orgânicos⁶⁰ (GRAMSCI, 1984, p. 14).

Gramsci conceitua o Estado como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil. Assim, Estado e sociedade estão interligados “organicamente” (COUTINHO, 2011, p. 268-269). Dessa forma, o autor italiano amplia o conceito clássico marxista de Estado, não se restringindo somente à concepção de aparelho repressivo da burguesia (COUTINHO, 1992, p. 76). Logo, não basta apenas “tomar” o Estado para que uma ideologia prevaleça diante das demais, senão deve ser contestada toda área cultural (em sentido amplo), pois “o poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer ‘contra-hegemonia’ deve levar sua campanha política até esse domínio [...] de valores e costumes, hábitos discursivos e práticas rituais” (EAGLETON, 1997, p. 106).

Desse modo, a sociedade civil é “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material de cultura [...] etc.” (COUTINHO, 1992, p. 76-77). Sem embargo, Gramsci dá uma importância também, ainda que, num segundo momento, à sociedade política, já que, para uma classe estabelecer sua prevalência sobre as demais há a necessidade de, além de constituir a sua ideologia na sociedade civil, se tornar o próprio Estado (COUTINHO, 2011, p. 273).

⁵⁹ Ou, simplesmente, a própria sociedade civil (COUTINHO, 1992, p. 76).

⁶⁰ Gramsci entende que qualquer ser humano é um intelectual, mas, na sua teoria, destaca apenas os que têm a função intelectual numa classe. Assim, este grupo de intelectuais não representa uma categoria específica que ocupa algum posto ou cargo numa estrutura, mas, sim, o que consegue influenciar a sua classe para a ação (ou manutenção) de determinada “visão de mundo”, ou seja, é o que dá forma e coesão; o que une teoria e prática (COUTINHO, 2011, p. 206-207; EAGLETON, 1997, p. 110).

3.4.2 – Hegemonia em Gramsci

A partir da síntese dos conceitos gramscianos ora apresentados (ideologia, bloco histórico, intelectuais orgânicos, Estado e sociedade civil), pode-se compreender, com mais clareza, a sua descrição em torno do termo hegemonia.

Eagleton (1997, p. 107-108) elabora uma definição objetiva de hegemonia, em Gramsci, como sendo um:

[...] espectro inteiro de estratégias práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga [ou seja.] é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria ‘visão de mundo’ pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral.

Portanto, a hegemonia é uma categoria mais ampla que a ideologia, pois inclui esta, mas não se reduz a ela (EAGLETON, 1997, p. 105); ou, em outras palavras, a ideologia é “o *medium* da hegemonia” (COUTINHO, 1992, p. 66). A ideologia dominante (como “visão de mundo”) atua sob as classes sociais subalternas (dominadas) de modo que estas vivenciem uma concepção de mundo que não corresponde aos seus interesses e função histórica. A forma de disseminação dessa “visão de mundo” ocorre por inúmeros canais⁶¹, por meio dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de amoldar a consciência de toda a coletividade, ou, simplesmente, a própria hegemonia (GRUPPI, 1980, p. 67-68). Sendo assim, a hegemonia pressupõe a coordenação entre diversos interesses, e suas expressões ideológicas que alcançam grupos muito extensos ou, até mesmo, a sociedade em seu conjunto (FREEDEN, 2013, p. 37).

Então, por mais que, para Gramsci, existam diversas ideologias, pela própria lógica conceitual, somente pouquíssimas podem ser hegemônicas. Logo, estas, agindo no homem⁶², atuam como uma herança do passado, na qual é acolhida por ele sem crítica, num estado de passividade, que permite a consolidação do “consenso”⁶³. Sem embargo, não se trata de uma conexão inconsequente, pois o:

[...] liga a um grupo social determinado, influi sobre a [sua] conduta moral, sobre a [sua] direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (GRAMSCI, 1984, p. 20-21).

⁶¹ Gramsci (GRUPPI, 1980, p. 68) cita como “canais” os aparelhos hegemônicos privados, a exemplo da escola, da igreja, do serviço militar obrigatório, dos meios de comunicação em geral, do cinema.

⁶² No entanto, a relação de hegemonia se aplica não só aos homens no interior de uma nação, e “entre as diversas forças que a compõe, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos e civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 1984, p. 37).

⁶³ Ou seja, “quando tal grupo [...] toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha” (GRAMSCI, 1984, p. 15).

Gruppi (1980, p. 69) destaca que: “enquanto houver contradição entre a ação e a concepção de mundo que a guia, a ação não pode se tornar consciente e não pode se tornar coerente”. Logo, as classes subalternas devem buscar uma visão unitária e crítica dos processos sociais. Gramsci entende que tal situação só pode ser alcançada por meio da construção de uma nova concepção, que encontre unidade entre a teoria e a prática; entre a política e a filosofia⁶⁴. Essa coesão social deve ser alcançada, inicialmente, por intermédio de um “senso comum” – semelhante à concepção rousseauiana –, de forma que abarque a maior parte das massas, e, posteriormente, após uma revisão crítica e unificadora, com o objetivo de alçá-la a uma visão crítica de mundo homogênea, coerente e sistemática, por meio do “bom senso” (COUTINHO, 2011, p. 149-150; GRUPPI, 1980, p. 69).

Gramsci (1984, p. 16-17), neste sentido, explica os desafios para que as ideologias se tornem (e mantenham-se) homogêneas e dotadas de coesão social:

O problema fundamental de toda concepção de mundo dominante, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como “premissa” teórica implícita (que é uma ideologia[...]) [...], isto é, o problema de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia.

Portanto, a hegemonia é a capacidade de unificar, por meio da ideologia, e de propiciar objetivamente a manutenção da união de um bloco social que, organicamente, não é homogêneo, senão caracterizado por grandes contradições de classe. Desse modo, uma classe se torna hegemônica, isto é, dominante e dirigente, quando consegue manter “unidos” grupos heterogêneos, por intermédio de ações ideológicas, morais, políticas e culturais, de forma a impedir que tais antagonismos causem uma ruptura ou crise na ideologia dominante, tendo plena consciência teórica e cultural da própria ação (GRUPPI, 1980, p. 11-70), não bastando, portanto, tão-somente o domínio do poder econômico, embora este também faça parte de um dos aspectos da hegemonia (COUTINHO, 1992, p. 36). Frise-se que essa “unidade ideológica” pode ser formada tanto por apenas uma ideologia como pela combinação de algumas dominantes (FREEDEN, 2013, p. 38).

Logo, para que ocorra uma “substituição” da hegemonia da burguesa para a do proletário, em síntese, Gramsci direciona para que suceda, primeiramente, a conquista da sociedade civil, com o objetivo de alcançar um domínio da superestrutura. Isto seria possível a partir da ação dos intelectuais orgânicos, cuja missão é propiciar uma consciência nas massas, a fim de que surja uma nova ideologia e que esta possa alcançar o *status* de uma nova concepção

⁶⁴ Para Gramsci a filosofia, nos seus termos, é a própria ideologia (COUTINHO, 1992, p. 65).

de mundo na coletividade (ou na maior parte dela); partindo de uma concepção de classe grupal para uma nacional (COUTINHO, 1992, p. 39-41). Essa consciência dos conflitos que se desenvolvem no nível da estrutura é o que propicia a noção de bloco histórico, pois é o que liga, organicamente, a estrutura com a superestrutura (PORTELLI, 1977, p. 47-49), isto é, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” (GRAMSCI, 1984, p. 63).

Em um caminho paralelo, a difusão desta “nova concepção de mundo” ocorre por meio dos aparelhos privados de hegemonia (canais) na sociedade civil, inicialmente, utilizando-se os sindicatos, os partidos, as associações, até alcançar outros que estão sob o domínio da hegemonia burguesa, como escola, meios de comunicação etc. Então, somente quando houver a direção intelectual, cultural e moral das classes subalternas por meio de um “consenso” e “bem comum”, é que se pode conquistar a sociedade política, ou, em outras palavras, o Estado (COUTINHO, 1992, p. 68), e, assim, consolidar um novo “bloco histórico” homogêneo (PORTELLI, 1977, p. 67).

Pode-se afirmar que a hegemonia se estrutura de forma mais arraigada onde a sociedade civil e a sociedade política estão alinhadas, especialmente nas situações em que a primeira se encontra cada vez mais “desenvolvida” e disseminada. No entanto, esta correlação não é equilibrada, conforme explica Portelli (1977, p. 68), pois há uma primazia da sociedade civil sobre a política e, portanto, “a sociedade política reduz-se, desse modo, a um papel auxiliar e inclusive tende a integrar-se parcialmente à sociedade civil”. Sendo assim, a ideologia dominante (ou à associação destas) influi diretamente na política. Logo, a opinião pública, nas questões político-eleitorais, possui uma considerável conexão com a hegemonia na sociedade civil, conforme explica Gramsci:

O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (COUTINHO, 2011, p. 283).

Dessa forma, os poderes constitucionais de origem liberal – especialmente os que possuem cargos eletivos acessíveis por meio do voto popular – estão ligados à sociedade civil, e, do mesmo modo, são órgãos da hegemonia política (COUTINHO, 2011, p. 293). Esse entendimento de Gramsci demonstra o quanto o sistema político-eleitoral é sujeito à hegemonia; ou seja, há uma inclusão da ideologia na política (GRUPPI, 1980, p. 4) de modo que ambos se tornam organicamente interconectados (COUTINHO, 1992, p. 65). O próprio filósofo italiano, conceituando a democracia, entende que:

[..] entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressam esse desenvolvimento favorece a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (COUTINHO, 2011, p. 293).

Para Gramsci, a única democracia é aquela em que há a real possibilidade de que as ideologias dos grupos dominados possam ascender ao poder, ou seja, que qualquer projeto político-ideológico tenha a viabilidade de competir num processo eleitoral com uma verdadeira chance de lograr êxito. Gramsci não exclui a hegemonia no seu entendimento sobre a democracia, pelo contrário, trata-a como algo inevitável (dentro de uma sociedade de classes). No entanto, se a hegemonia do grupo dominante refletir na economia e na legislação, numa manutenção do seu *status quo*, de modo que os grupos dominados não consigam atingir a posição de dirigentes, não pode considerar-se que se trata de uma real e concreta democracia.

Considerando que a hegemonia está intrinsicamente ligada à democracia e ao sistema político-eleitoral, torna-se imperioso entender, dentro do espectro direita-esquerda, quais bases político-ideológicas estão mais próximas das ideologias dominantes. Portanto, para os fins deste trabalho, há a necessidade de compreender as origens e as principais bases constitutivas da direita na América Latina, e, em especial, a peruana, a fim de observar a sua proximidade ou distância da hegemonia, ou, simplesmente, do centro do espectro ideológico dominante.

4 – As categorias analíticas da direita latino-americana

Apesar das diversas mudanças ocorridas na sociedade ocidental nos últimos dois séculos, a díade direita-esquerda, apesar de suas várias transformações e ressignificações, continua a ocupar um espaço relativo dentro do sistema democrático liberal, bem como do pensamento, debate e ação política, além de serem termos que continuam permeados dentro no meio social (BOBBIO, 2011, p. 28), e até hoje são descrições que orientam os nossos caminhos do presente e do futuro (TAVARES, 2016, p. 41). Portanto, “direita” e “esquerda” são expressões antitéticas que “continuam a ter pleno curso na linguagem política” (BOBBIO, 2011, p. 79).

Logo, para entender as raízes das nossas ideias políticas, faz-se importante retomar, historicamente, alguns dos eventos no final do século XVIII, pois, “nesse período, muitos dos conceitos, termos, divisões e argumentos cruciais que ainda definem nossa vida política parecem ter surgido no mundo feroz e impetuosa sucessão” (LEVIN, 2017, p. 13).

No primeiro bloco deste capítulo, busca-se fazer um breve recorrido histórico acerca das origens dos termos direita e esquerda, e dos aportes dos seus primeiros teóricos-militantes (Burke e Paine) (LEVIN, 2017, p. 241), assim, como dos primeiros significados em torno da direita e das suas ressignificações. Ademais, propugna-se trazer o debate conceitual acerca da definição atual de direita, abordando, sob diversas perspectivas, autores que defendem e rejeitam a vigência da díade nos dias atuais. Finalmente, apresentam-se as macroideologias políticas (liberalismo, socialismo e conservadorismo) como uma alternativa ao uso do *continuum* (FREEDEN, 2013).

A segunda parte do capítulo analisa as origens do pensamento liberal na América Latina, que se forma durante os processos de independência e se consolida com a formação dos Estados latino-americanos; o afastamento deste pensamento e a aproximação e manutenção da ideologia política conservadora pelas elites dirigentes; bem como, a institucionalização destas duas macroideologias na política com o surgimento da díade direita-esquerda no espectro político da América Latina. Outrossim, propõem-se abordar as redefinições em torno da direita latino-americana, relativamente após a difusão do pensamento socialista e a implementação de políticas neoliberais na região. Finalmente, busca-se apresentar um paralelo das origens

partidárias peruana com o surgimento da direita daquele país, além de um recorte da atual direita do Peru, dentro do seu sistema político-partidário.

4.1 – Origens da díade esquerda-direita

4.1.1 – Revolução Francesa

A origem dos termos esquerda e direita, na política, remonta ao século XVIII, durante a realização das assembleias francesas. Em 5 de maio de 1789, o rei Luís XVI convocou os Estados Gerais (reunião do grupo da nobreza, clero e Terceiro Estado, que incluía a burguesia e a população em geral) para debater a situação do descontrole da dívida da monarquia. Apesar de o Terceiro Estado congregar mais pessoas do que as outras duas instâncias, os votos não eram por representantes, mas, sim, por cada uma das três esferas. Além disso, o Terceiro Estado se reunia – contra a sua vontade – numa sala separada (TAVARES, 2016, p. 26). Assim, nobreza e clero, como atuavam em conjunto, sempre tinham o poder decisório.

No entanto, nesta convocação, o Terceiro Estado se declarou “Assembleia dos Comuns”, e recusou-se a se reunir separado dos outros Estados – tal postura é considerada o início da Revolução Francesa. Com a adesão posterior de alguns membros do clero, eles decidiram não se separar enquanto não redigissem uma Constituição para a França. Luís XVI declara nulas todas as decisões tomadas pelo Terceiro Estado, e proíbe a reunião conjunta entre Estados. Com isso, vários nobres se juntam, também, ao grupo que tinha como objetivo criar uma nova ordem para a França. A partir de então, o monarca cede, e “institui” a Assembleia Nacional Constituinte, em 9 de julho de 1789 (TAVARES, 2016, p. 27).

Com o início dos debates, os constituintes começaram a divergir em alguns pontos, especialmente os que diziam respeito às faculdades do rei. Havia um medo de que o trabalho desenvolvido pela Assembleia Nacional Constituinte fosse em vão, caso houvesse a possibilidade do veto do monarca em pontos discordantes, a exemplo da Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos. Logo, a discussão foi se o poder soberano era real ou popular. Então, no dia 28 de agosto de 1789, os congressistas que eram contrários ao direito de veto do rei se sentaram à esquerda do presidente da sessão; já os que eram favoráveis, se posicionaram à sua direita (BOBBIO, 2011, p. 83; TAVARES, 2016, p. 27-28). A partir desta data, tal divisão espacial se repetiu, e os simpatizantes de mudanças mais agudas e republicanas continuaram à esquerda (jacobinos), e os favoráveis à manutenção da soberania da monarquia

e do poder das elites à direita (girondinos, e, posteriormente, partido da conservação) (LEVIN, 2017, p. 58).

4.1.2 – Os primeiros teóricos da díade

Apesar da esquerda e direita – como portadoras de ideologia política – terem surgido por um fato meramente acidental (BOBBIO, 2011, p. 83), ou seja, qualquer outra nomenclatura categórica que fosse adotada expressaria os antagonismos e signos peculiares originários que caracterizavam ambas (TAVARES, 2016, p. 35), os seus núcleos constitutivos foram desenvolvidos por meio do exercício político, que reforçaram e, ao longo do tempo, ressignificaram tais sentidos. Nesse viés, o cientista político israelense, radicado nos Estados Unidos, Yuval Levin (2017, p. 11-16), aponta que a origem das bases teóricas modernas relativas à divisão entre direita e esquerda se deu no debate entre o defensor dos valores tradicionais, o britânico Edmund Burke (1729-1797), e o pensador libertário e reformador, Thomas Paine (1737-1809), inglês, radicado nos Estados Unidos, respectivamente.

O cenário para a manifestação intelectual de ambos foi o final do século XVIII, relativamente no transcurso da concretização da Revolução Americana, e, especialmente, durante o período da Revolução Francesa. Burke foi membro da Câmara dos Comuns por cerca de três décadas e, como representante do partido *whig*⁶⁵, teve uma atuação destacada na história política inglesa. Como parlamentar, Burke tinha uma postura dúbia, especialmente no início da carreira, pois, em certos aspectos, manifestava tendências à preservação, e, em outros, à reforma (LEVIN, 2017 p. 29). Desse modo, apoiou a independência dos Estados Unidos, juntamente com os membros do seu partido. No entanto, as justificativas para a “libertação” não eram em torno da liberdade em si, mas, sim, pelos problemas e injustiças apontados na má administração⁶⁶ da colônia americana por parte do império inglês. Por outro lado, Burke rejeitava qualquer tipo de abuso do Estado perante os cidadãos, e, logo, defendia a restrição dos poderes monárquicos (LEVIN, 2017, p. 30-31).

Burke era um *whig* incomum, pois suas atitudes não eram de um reformador, senão de um conservador, ou seja, agia de forma a sustentar a estabilidade e a unidade de sua sociedade. Assim, defendia o legado da Revolução Gloriosa “por preservar o regime, e não, como alguns

⁶⁵ Partido que defendia uma monarquia constitucional, contrariamente ao partido *Tory*, que atuava por uma monarquia absolutista e preservação dos poderes reais (LEVIN, 2017, p. 27).

⁶⁶ Especialmente, na criação de novos impostos à colônia para pagar as dívidas contraídas na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

whigs mais radicais, por introduzir novos princípios de supremacia parlamentarista que apontavam numa direção de um governo republicano” (LEVIN, 2017, p. 42).

Paine chegou aos Estados Unidos com carta de recomendação assinada por Benjamin Franklin – à época representante das colônias americanas na Grã-Bretanha – e logo foi empregado como editor de uma revista na Filadélfia. A partir de então, e, já com sua experiência em reivindicações escritas para os trabalhadores (TAVARES, 2016, p. 39), produziu diversos textos, apresentando ideias de caráter liberais iluministas, como: “a devoção pelos direitos individuais, uma teoria de governo como guardião desses direitos, justa raiva por cada violação deles e inflexível paixão pela justiça para os fracos, sofrendo sob as botas dos fortes” (LEVIN, 2017, p. 35). Tendo escrito diversos ensaios, cujos temas principais eram a defesa da independência das colônias americanas e a rejeição da política inglesa, especialmente quanto à monarquia hereditária (LEVIN, 2017, p. 36).

No que diz respeito à independência das colônias americanas, Burke e Paine concordavam, ainda que a motivação de ambos fosse distinta (TAVARES, 2016, p. 40). Tal fato propiciou uma breve amizade entre os dois. Sem embargo, com a instabilidade política prévia ao que ficou conhecido posteriormente como Revolução Francesa, Paine sugeriu a Burke que propusesse, na Câmara dos Comuns, uma convenção nacional a fim de repensar o Estado-Nação inglês, ou seja, repensá-lo a partir do zero (LEVIN, 2017, p. 43). Este foi o fato que marcou a ruptura entre os dois, e, a partir de então, ambos formularam um grande debate na Inglaterra e França sobre suas convicções políticas opostas em torno do “que torna um governo legítimo, qual o lugar do indivíduo na sociedade e como cada geração deve pensar sobre aqueles que vieram antes e aqueles que virão depois” (LEVIN, 2017, p. 56).

Desse modo, o pensamento de Burke ficou caracterizado por um profundo comprometimento com a continuidade geracional, ou, em outras palavras, por manifestar um conservadorismo nos seus escritos (e na sua *práxis* política) (GIDDENS, 1996, p. 10), o que naquela época reforçou e fundamentou as concepções político-ideológicas em torno da direita. Segundo Levin (2017, p. 242), tais premissas se encontram, até os dias atuais, na direita americana. Por outro lado, os aportes de Paine (assim como sua vida política), consolidados em torno do “objetivo de liberar o indivíduo das obrigações impostas a ele por seu tempo, seu lugar e suas relações com os outros” (LEVIN, 2017, p. 241), possuíam um caráter liberal e libertador, tendo sido associados à esquerda. No entanto, Levin (2017, p. 242) entende que atualmente o pensamento de Paine tanto faz parte da esquerda como da direita estadunidense.

4.2 – Definição do espectro-político direita

As primeiras definições em torno da direita e esquerda foram configuradas na Europa (e Estados Unidos) no Século XIX, resultando numa formatação intrinsecamente associada ao conservadorismo e ao liberalismo, respectivamente. Tavares (2016, p. 31) ressalta que antes das Revoluções, no final do Século XVIII, já existiam antíteses no pensamento político, no entanto, somente a partir desses eventos – ou, nas suas palavras, com o início da “era da modernidade” – que tais posturas se revestiram de um caráter marcadamente ideológico. Logo, os partidos políticos e a estrutura das democracias liberais naqueles lugares foram configurados de acordo com a escala esquerda-direita, que permaneceu sob as semelhantes características até o primeiro quarto do século XX (ROTHBARD, 2016, p. 23).

4.2.1 – O impacto do marxismo na primeira redefinição da direita

A primeira alteração significativa na carga ideológica em torno da direita ocorreu após a difusão e absorção das ideias de Marx e Engels, especialmente quando estas embasaram muitos pontos da Revolução Russa de 1917. Até então, o radicalismo era uma marca atrelada ao liberalismo, assim como à esquerda, mas, a partir da assunção do poder pelos bolcheviques, restou vinculado ao socialismo, tornando-se, inclusive, um dos seus núcleos característicos. Dessa forma, liberalismo e socialismo convergiam com o desapego com a tradição (GIDDENS, 1996, p. 65), a aceitação do sistema industrial, objetivos liberais de liberdade, razão, mobilidade, progresso, padrões de vida melhores para as massas e o fim da teocracia e da guerra (ROTHBARD, 2016, p. 31-32).

No entanto, segundo aponta Rothbard (2016, p. 26), o liberalismo – que era uma ideologia política vinculada à esquerda – foi, desde a consolidação dos Estados-Nações, após as Revoluções de 1848⁶⁷, perdendo gradativamente o seu fervor radical, e, em consequência, os seus objetivos liberais, e, assim, a luta liberal foi mais se aproximando do conservadorismo (“semi-conservadorismo”), ou seja, um reformismo com métodos conservadores. Por outro lado, Rothbard (2016, p. 30) observa que, “com o abandono do liberalismo por seus próprios adeptos, não havia mais um partido da esperança no mundo ocidental, um movimento de “esquerda” para liderar uma luta contra o Estado e contra alguns resquícios intocados da velha

⁶⁷ Foi uma sequência de revoluções no continente europeu que eclodiram devido à presença de regimes governamentais autocráticos, de falta de representação popular no governo, de crises econômicas e do crescimento de um sentimento nacionalista.

ordem”. Logo, esse vazio criado pelo esmorecimento do liberalismo propiciou o crescimento e a instalação de uma nova ideologia política: o socialismo⁶⁸.

Neste contexto de mudanças sócio-políticas (Revoluções de 1848, crescimento da socialdemocracia no final do Século XIX e a Revolução Russa de 1917; estas duas últimas sob a influência do marxismo), a burguesia, que sempre esteve à frente de mudanças políticas sob o viés do liberalismo, incomodada com os avanços das ideias marxistas, especialmente no que diz respeito à crítica ao capitalismo e à “redistribuição” da propriedade privada, começou a mudar a postura política em torno do liberalismo, ressignificando-o, de forma a deslocá-lo para a direita. Nesse sentido, Tavares (2016, p. 37) lembra que, após as grandes Revoluções liberais:

Muitas questões ficaram em aberto. Foi desde logo notado que os direitos humanos incluíam apenas artigos respetivos a questões civis e políticas, mas não faziam nada para resolver a desigualdade econômica e social – que agora, eliminado os direitos feudais, começava a ser vista como a mais profunda razão da desigualdade entre os cidadãos. Para resolver esse problema, a esquerda defendia a redistribuição, e a direita respondia com o direito de propriedade (TAVARES, 2016, p. 37).

Desse modo, com a difusão das ideias de Marx e Engels no velho continente, bem como a partir da consolidação do socialismo como ideologia política vinculada à esquerda, o liberalismo se reformulou, mantendo elementos progressistas acerca da liberdade individual e dos direitos humanos (ainda que de uma forma incompleta), trazendo elementos do conservadorismo como a defesa da propriedade privada e da estrutura estatal, somado ao incremento de questões sociais inspiradas no socialismo, como a busca pelo acesso à saúde, à educação e à prestação de serviços sociais diversos (*Welfare State*), a fim de mitigar os problemas decorrentes das agravadas clivagens sociais. Então, considerando o *continuum* esquerda-direita, poder-se-ia dizer que, com esta ressignificação, dentro das ideologias políticas, o socialismo (incluindo todos os grupos correlatos⁶⁹) estaria à esquerda, o conservadorismo à direita, e o liberalismo no centro-direita (na hipótese, obviamente, da existência das três macroideologias⁷⁰ num determinado espaço-tempo).

4.2.2 – A “nova direita” e o neoliberalismo

Uma segunda grande ressignificação em torno do conceito da direita no Ocidente se manifestou no final da década de 1970 e início da de 1980, especialmente a partir dos governos de Margareth Thatcher, iniciado em 1979, na Grã-Bretanha, de Ronald Reagan, em 1981, nos

⁶⁸ Anthony Giddens afirma que o socialismo tem a mesma origem intelectual do liberalismo originário, qual seja, o iluminismo (1996, p. 67).

⁶⁹ A exemplo dos comunistas, anarquistas e socialdemocratas.

⁷⁰ Utilizando-se da nomenclatura adotada por Michael Freeden (2013), cujas ideias em torno deste conceito serão abordadas no tópico “4.2.4 – As famílias ideológicas”.

Estados Unidos, e de Helmut Kohl, em 1982, na Alemanha (ANDERSON, 1995, p. 13), cujas posturas políticas-ideológicas em torno da economia e da gestão do Estado ficou conhecida como a “nova direita” (BRESSER-PEREIRA, 1992, 2000; GIDDENS, 1996; LACLAU; MOUFE, 1987; OLIVEIRA; BENETTI, 2014) (e/ou “neoliberalismo” e/ou “neoconservadorismo”). No entanto, para Cueva, embora os termos adotados sejam distintos, nesse período se estabeleceu um “conservadorismo cada vez mais beligerante” (CUEVA, 1989, p. 32).

Nesse sentido, Freedon (2013, p. 118) aponta que essa nova versão do liberalismo (o neoliberalismo) foi construída sob a forma de liberalismo de livre mercado, mas tendo a sua consolidação formatada a partir de bases conservadoras. Giddens (1996, p. 17), no mesmo viés, também aponta que o neoliberalismo, internamente, é algo contraditório, já que ao mesmo tempo é hostil à tradição, mas, por outro lado, depende da manutenção da tradição para sua legitimidade e ligação com o conservadorismo.

Num contexto geral, e tomando como pano de fundo a Europa e os Estados Unidos do pós-guerra até a década de 1970, observa-se que vigorava, nos países centrais do capitalismo ocidental, uma política de bem-estar social (*Welfare State*). No entanto, com uma crise do modelo econômico a partir de 1973, quando o mundo capitalista avançado entrou numa longa e profunda recessão (baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação), bem como com a crise do petróleo, as ideias neoliberais ganharam espaço (ANDERSON, 1995, p. 09; CUEVA, 1989, p. 33).

O teórico de maior relevância do neoliberalismo foi o austríaco Friedrich August Von Hayek (GIDDENS, 1996, p. 44; MERQUIOR, 2014, p. 227), que, desde 1944, com a publicação da sua primeira obra com tais ideias, “O Caminho da Servidão”, já apresentava uma inclinação contrária ao Estado intervencionista e de bem-estar social, incluindo qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado (ANDERSON, 1995, p. 09). Desse modo, Hayek preconizava que as duas únicas funções legítimas de um Estado consistem “em prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer” (*apud* MERQUIOR, 2014, p. 228). Apesar da negativa expressa de Hayek, Merquior (2014, p. 231) observa que o pensamento do austríaco possui marcas do conservadorismo (liberal-conservador, portanto).

De uma forma geral, o pensamento neoliberal – adotado pela “nova direita” – previa:

“[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego,

ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Assim, uma das principais características da “nova direita” é a instituição/manutenção do Estado mínimo (GIDDENS, 1996, p. 44), com ações políticas em torno de privatizações e de desregulamentação do setor produtivo, visando um “livre mercado” (BRESSER PEREIRA, 1992, p. 230-238). Logo, o Estado deve estar fora do mercado (tanto na produção como na regulamentação), bem como na prestação de serviços à população. No entanto, não se trata de um Estado ausente, pois teria o papel de garantidor da macroeconomia (OLIVEIRA; BENETTI, 2014), e do funcionamento das instituições “básicas” para o funcionamento estatal, isto é, assegurar o cumprimento das leis, a proteção interna e externa e o fomento de sentimentos nacionalistas integradores (GIDDENS, 1996, p. 47).

4.2.3 – O conceito de direita dentro da diáde

Apesar dos mais de dois séculos da existência da nomenclatura “direita” e “esquerda” na política, as conceituações em torno desse espectro político-ideológico ainda causam muitas controvérsias dentro do meio acadêmico. Sem embargo, não se pode descartar esse *continuum* no processo político-eleitoral, especialmente nas suas influências para as escolhas dos representantes, bem como para a tomada de decisões. Singer (2002, p. 49), analisando as eleições presidenciais brasileira de 1989 e 1994 e o perfil político-ideológico dos eleitorados, conclui que “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor”.

Antes de se buscar um conceito, há que se considerar, ao menos, que: “direita” e “esquerda” não indicam somente ideologias, senão, também, “programas contrapostos em relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (BOBBIO, 2011, p. 51); e que ambas possuem um dinamismo em torno dos seus núcleos conceituais, alterados a partir da interação entre elas, de acordo com o tempo-espaço, e, portanto, estão em constante atualização (TAVARES, 2016, p. 33).

O filósofo político italiano Norberto Bobbio (2011) entende que o critério que melhor possibilita a análise da distinção entre direita e esquerda é em torno da atitude diante da igualdade. Ou seja, “de um lado estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais

que desiguais. De outro, os que consideram que são mais desiguais que iguais” (BOBBIO, 2011, p. 121). Desse modo, a conceituação se situa em torno de um contraste em torno do entendimento e aceitação de uma igualdade-desigualdade natural e de uma igualdade-desigualdade social. Assim, a direita estaria mais próxima da convicção que de a maior parte das clivagens são naturais, e, portanto, inelimináveis. Em contrapartida, a esquerda de que a maior parte das desigualdades são sociais, e, logo, elimináveis (BOBBIO, 2011, p. 121).

Sem embargo, Bobbio (2011, p 112) alerta que o conceito em torno da igualdade não é absoluto, e, sim, relativo. Por isso, tal análise deve ser submetida a (pelo menos) três variáveis: “a) os sujeitos entre os quais se trata de repartir os bens e os ônus; b) os bens e os ônus a serem repartidos; c) o critério com base no qual fazer a repartição” (BOBBIO, 2011, p. 112), ou, em outras palavras, a igualdade “entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (BOBBIO, 2011, p. 113). A partir da apreciação desses três critérios, surge uma infinidade de resultados, em que um dos opostos seria o “igualitarismo”⁷¹.

Dessa forma, para o autor italiano, a díade igualdade-desigualdade é o que divide a direita da esquerda. Não obstante, além desse viés, há uma outra análise proposta por Bobbio (2011, p. 134) para definir os “moderados” em relação aos “extremistas”: a postura diante da liberdade. Logo, quanto mais uma doutrina ou movimento se aproximar do autoritarismo, mais estará próxima do extremo do seu lado do espectro político-ideológico. A partir dessa segunda díade que surgem, por exemplo, a extrema-direita e a extrema-esquerda. Em relação a essa categoria analítica, Bobbio (2011, p. 71-76) observa que o ponto de convergência mais persistente e significativo entre os extremistas (independente do lado do polo do *continuum*) é a antidemocracia, isto é, uma aversão à democracia como valor e método.

Não obstante, para Bobbio (2011, p. 53-54), apesar de direita e esquerda representarem contraposições de ideias, de interesses e de valorações, não há apenas dois lados contrapostos, pelo contrário, a linha que vai de um polo ao outro (*continuum*) não exclui posições intermediárias⁷². Assim, há o reconhecimento do “centro”, que não elimina a antítese originária, e configura-se como o “Terceiro Incluído”, que objetiva criar um espaço entre os dois opostos, não estando nem na direita, nem na esquerda, logo, entre ambos, sem, no entanto, buscar excluí-los. Por outro lado, há o “Terceiro Transversal”, cuja característica principal é a transversalidade pelos dois opostos. Por conseguinte, em determinadas situações, pode estar na

⁷¹ Bobbio (2011, p. 113) diferencia igualitário de igualitarismo, sendo este último o “ápice” da igualdade, ou seja, “a todos a mesma coisa”.

⁷² Bobbio (2011, p. 53) denomina de “Terceiro Excluído” a hipótese de haver uma divisão rígida entre direita e esquerda, ou seja, sem uma zona intermediária de interposição.

esquerda, como em outras, na direita, ou até mesmo em nenhuma, a exemplo dos partidos verdes (BOBBIO, 2011, p. 58-59).

A última situação que foge o clássico enquadramento da díade é o “Terceiro Inclusivo”, que “tende ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior, e anulando-os, portanto, enquanto tais” (BOBBIO, 2011, p. 56), isto é, não está no “centro”, e tampouco na direita e na esquerda, mas busca ir além destas – como uma “Terceira Via” –, realizando uma “síntese” entre elas.

Não desconsiderando a completitude e a complexidade da obra “Para Além da Esquerda e da Direita”, do sociólogo inglês Anthony Giddens, observa-se que a sua proposta se aproxima da categoria do “terceiro inclusivo” propugnada por Bobbio (2011). Tendo em vista que propõe a elaboração de uma política radical reconstituída, que supere a tradicional díade direita-esquerda, recorrendo das bases do conservadorismo filosófico, bem como preservando alguns dos valores centrais típicos do pensamento socialista (GIDDENS, 1996). Em outras palavras, busca elaborar uma síntese dos opostos.

Giddens (1996, p. 284) entende que “a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder [, e que] esse contraste é real e continua sendo muito importante”. No entanto, apesar de uma aparente aproximação do pensamento de Bobbio (2011), menciona que não se pode desenvolver um princípio dominante a partir dessa tese (GIDDENS, 1996, p. 284), já que as distinções entre direita e esquerda sempre foram, em certa medida, confusas e ambíguas (GIDDENS, 1996, p. 61).

Ademais, semelhante à concepção do filósofo político italiano, Giddens (1996, p. 93) admite que há uma dinamicidade conceitual da díade direita-esquerda. Sem embargo, analisa que tais mudanças conceituais históricas, associadas, destacadamente, com as mudanças sociais modernas, ocasionaram em um esgotamento dos termos. Ou seja, para o sociólogo inglês, não existe mais uma direita e tampouco uma esquerda (GIDDENS, 1996, p. 61). Assim, reconhece a temática daqueles opostos dentro do espectro político-ideológico, mas não se resume a estes, uma vez que entende que tal divisão não oferece respostas satisfatórias para os dias atuais.

Contrariamente a Giddens (1996), o historiador português Rui Tavares (2016) defende a existência e a análise da política sob o viés da díade direita-esquerda. No entanto, apesar de descrever algumas características de cada polo do espectro político-ideológico, ressalta o risco de reduzir a identificação de cada um deles, ou seja, de descrever a direita e a esquerda, com apenas um único fator/critério (TAVARES, 2016, p. 47). Desse modo, afasta-se um pouco de Bobbio (2011) no que diz respeito à distinção dos dois lados do *continuum*, apesar de considerar

que a característica – a atitude diante da igualdade – adotada pelo filósofo italiano se ramifica num feixe múltiplos de vertentes.

Para Tavares (2016), descrever direita e esquerda é uma tarefa muito complicada, já que há uma grande possibilidade de incorrer em equívocos. Por esta razão, o autor português propõe que a análise seja feita a partir da busca do “ar de família”⁷³ de cada conceito, tendo em vista que “existem categorias de coisas que não se definem por uma característica, mas por várias, sendo que todas essas características não se encontram em todos os elementos da categoria” (TAVARES, 2016, p. 48). Desse modo, o exercício a ser realizado é a busca de categorias que definam direita e esquerda, e mesmo que em determinada análise não haja todos os critérios, esta ainda possa ser caracterizada como direita e esquerda.

Assim, Tavares (2016) não é taxativo em conceituar direita e esquerda. Sem embargo, faz alguns exercícios de análise em torno da relação de cada uma, como, por exemplo, com o tempo e, assim como, com o estado:

À direita, o presente é, sobretudo, uma emanção do passado, que deve ser entendido como estado normal das coisas: se há desigualdade, se há pobreza, se há injustiça ou discriminação é porque sempre houve – ou, pelo menos, porque antes também houve. Para ser justo, nem todas as versões da direita consideram que isto justifica o passado, ou que nos obriga a continuar a viver nele. A uma direita reacionária, oposta a qualquer mudança, pode acrescentar-se uma direita conservadora que (como Burke) aceita a mudança dos elementos que forem definitivamente provados injustos pelo tempo, mas não mais do que isso. A essas direitas poderia ainda opor-se uma outra direita, expansionista e futurista, que acolhe o legado do passado (a desigualdade, por exemplo) como gerador do futuro, no sentido em que motiva a competição, o voluntarismo ou o espírito conquistador “natural” dos mais fortes. Assim sendo, embora se tenha secularizado, a direita preserva resquícios de uma visão religiosa do tempo num certo providencialismo de que ainda hoje se reclama: as coisas foram assim por natureza humana – e por isso são e serão.

À esquerda, o presente é sempre um ponto de viragem a partir do qual podemos recusar os passivos do passado e reescrever o porvir. Isto não implica negar a natureza humana, mas afirmar que ela traz em si a possibilidade de mudar as regras do jogo para determinarmos em conjunto uma nova forma de viver. As injustiças, a desigualdade, a pobreza (e as suas materializações: a exploração, o colonialismo) não têm nada de natural; elas podem, se desejarmos, ser erradicadas, apagadas do porvir. (TAVARES, 2016, p. 41-42).

O estado é para a esquerda uma ferramenta moldável nas mãos da sociedade – para ser constitucionalizado, reformulado, ampliado ou até abolido. Para a direita, o estado é diferente: uma preexistência que pode ser louvada ou criticada, obedecida ou combatida, vista como uma necessidade ou um problema, imaginada como um estado grande ou em um “estado mínimo”, mas que é em todo o caso um dado de facto para a sociedade, mais do que uma construção dela (TAVARES, 2016, p. 43).

O economista e cientista político brasileiro Luiz Carlos Bresser Pereira propugna a vigência da díade e se afastando da distinção de Bobbio (2011), utiliza-se de outro critério para identificar cada lado: a postura diante da ordem e da justiça social. Bresser-Pereira (1997, p. 55), ao elaborar a sua definição, ressalta que busca propor um conceito que não tenha uma

⁷³ Rui Tavares (2016, p. 48) utiliza-se do termo introduzido pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein.

oposição de afirmação/negação entre os polos, senão uma descrição que tanto a direita como a esquerda são caracterizadas por dois valores afirmativos. Com isso, objetiva elaborar uma descrição neutra.

Logo, Bresser-Pereira (1997, p. 55) entende que a esquerda é caracterizada por arriscar a ordem em nome da justiça. Por outro lado, a direita por priorizar a ordem em relação à justiça social. Em outra oportunidade, Bresser-Pereira (2006, p. 26) afirma que “a direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta, sobretudo, por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo”. Em relação ao papel do Estado, observa que a direita – após a democratização – defende um Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, e atribuindo a soberania absoluta do mercado na coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 27).

Em contrapartida, “a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça — ou em nome da justiça e da proteção ambiental” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 26). Quanto à relação entre esquerda e Estado, Bresser-Pereira (2016, p. 27) entende que este polo se caracteriza por atribuir ao Estado a função ativa na redução da injustiça social ou da desigualdade.

4.2.4 – As famílias ideológicas

Michel Freedden (2013, p. 102) rejeita claramente a ideia da categorização de direita e esquerda dentro do espectro político-ideológico. Desse modo, para o cientista político inglês, não existe uma linha continua entre esses dois polos dentro da análise das ideologias políticas, uma vez que este *continuum*⁷⁴ tem como objetivo de: “conferir un aura de moderación o, respectivamente, de radicalismo e incluso de peligro en relación con una ideología; viene a sugerir que moverse entre ideologías puede ser un proceso gradual, y señala que las ideologías son mutuamente excluyentes”.

Então, o que predomina, dentro dos partidos políticos, e que está na centralidade da competição pelo controle de pauta de políticas públicas – tanto nacional como internacional –, são as ideologias políticas (FREEDEN, 2013, p. 101), já que todas as formas de pensamento político possuem uma dimensão ideológica (FREEDEN, 2013, p. 89). No entanto, Freedden (2013, p. 101-102) alerta que as ideologias quase nunca são formuladas por partidos políticos, e que a função destes é apresentá-las de uma maneira apta para o consumo direto e divulgá-las

⁷⁴ Freedden (2013, p. 102) afirma que “el continuum izquierda-derecha es, sim embargo, esencialmente ideológico”.

com eficiência. Desse modo, os partidos operam no extremo da produção da “cadeia de produção ideológica”.

Freedden (2013, p. 102-103), conforme já apresentado no tópico “3.3 – A ideologia política”, propõe uma divisão entre macroideologias⁷⁵ e microideologias⁷⁶. Cada ideologia é identificada por sua estrutura conceitual, a qual é formada a partir de núcleos identificadores, adjacentes e periféricos, bem como pelas suas fronteiras permeáveis. Além disso, são caracterizadas por não manifestarem, obrigatoriamente, uma polarização entre elas, assim como por se enquadrarem em dentro de um “ar de família”⁷⁷. Dessa forma, as macroideologias não podem ser simplificadas por uma única descrição (por exemplo, liberalismo é a ideologia da liberdade, o conservadorismo busca a preservação do *status quo* etc.), sob o risco de mal interpretar cada identidade ideológica (FREEDDEN, 2013, p. 104).

O autor inglês desenvolve seus aportes em torno de três macroideologias: o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo; apesar de mencionar que o fascismo e o comunismo (ideologias totalitárias) também estão incluídos nesta macrocategoria de ideologias políticas devido à relevância destes nos campos de batalha política ocorridas no século passado (FREEDDEN, 2013, p. 101).

Nos próximos subtópicos, serão apresentadas, basicamente, as três macroideologias citadas, sem, no entanto, abordar, relacionar e articular cada uma delas dentro do *continuum* direita-esquerda.

4.2.4.1 – O Liberalismo

O liberalismo parte do pressuposto de que os seres humanos são racionais; na afirmação da liberdade do pensamento e, com algumas restrições, de ação; uma crença no progresso humano e social; na sustentação de que o indivíduo é a unidade social central e único sujeito capaz de decidir; na confiança da sociabilidade e da benevolência humana como o normal dos homens; uma apelação ao interesse geral, partindo do individual, em detrimento dos

⁷⁵ As macroideologias são aquelas que possuem um grande alcance e uma ampla difusão geográfica; ou seja, que tem um caráter (ou potencial) global. Assim, predominam no cenário social e político tanto em nível nacional como internacional. São ideologias marcadas pela tradição, a exemplo do: liberalismo, conservadorismo, socialismo, fascismo, comunismo etc., que competem entre si (FREEDDEN, 2013, p. 101). Outro traço marcante que aglutina as macroideologias é a origem: todas surgiram no Ocidente (especialmente na Europa) e influíram, em maior ou menor proporção, o mundo, delineando temas nas mais diversas esferas possíveis.

⁷⁶ As microideologias atuam numa área de alcance menor, ou tratam apenas de assuntos específicos (a exemplo de pautas ambientais). Assim, elas podem aparecer em áreas de confluência entre duas ou mais macroideologias existentes, bem como podem surgir por si só. Além disto, possuem uma maior diversidade entre elas, e muitas vezes desaparecem num curto espaço de tempo (FREEDDEN, 2013, p. 117).

⁷⁷ Método proposto por Tavares (2016) para a identificação da distinção entre direita e esquerda dentro do espectro político-ideológico.

interesses particulares; nas restrições de poder, marcadas pela limitação e responsabilização por meio de regras pré-estabelecidas (FREEDEN, 2013, p. 104).

Esses conceitos nucleares representam outra característica do liberalismo: a de propugnar um desenvolvimento aberto dos seres humanos em direção a um estado cada vez mais civilizado. Ademais, Freedden (2013, p. 104) observa que: “dicho desarrollo se desenvuelve entorno de la libertad que la gente puede practicar sin trabas, sin verse dominados contra su voluntad, instigados por un creciente reconocimiento y formalización de los derechos humanos”. Isto que, segundo o autor inglês, justifica a crescente aceitação, dentro da família dos liberalismos, da proteção e trato legal dos desiguais, no sentido de igualar as oportunidades econômicas e de gênero, assim como o respeito às múltiplas e variadas culturas e credos dentro e entre as nações. Portanto, o bem-estar humano é uma das promessas do liberalismo (FREEDEN, 2013, p. 104-105).

4.2.4.2 – *O Socialismo*

O Socialismo parte da concepção de que o grupo é a unidade básica, tanto em nível macro (como a própria sociedade) como em nível micro (a exemplo dos sindicatos); que o ser humano se constitui a partir da sua relação com outros homens e com a natureza; na utilização da categoria de “classe” para indicar o grupo excluído dos bens materiais e sociais, bem como (já sem uma conotação negativa) para indicar uma estrutura cultural; possui como direção a igualdade, a supressão das distinções hierárquicas, e a redistribuição dos bens a partir das necessidades humanas; prioriza o trabalho como traço constitutivo fundamental da natureza humana e, em consequência, como o elemento básico da estruturação da organização social; aprecia o ideal do bem-estar sob a perspectiva, num curto prazo, da erradicação da pobreza, e, a longo prazo, na livre participação de todos na herança material e intelectual da humanidade; age na crença baseada na promessa inscrita no processo histórico e na capacidade dos seres humanos de dirigir tal processo em direção a fins mais benéficos (FREEDEN, 2013, p. 106-107).

Tais conceitos nucleares do socialismo apontam que essa tradição ideológica está orientada para o futuro, sendo bem crítica com o passado e o presente. É uma ideologia política que alberga tanto os que são contra qualquer tipo de poder político, como os que aceitam as instituições da democracia liberal. Além disso, busca uma inclusão política e social da grande parcela da sociedade, especialmente a dos trabalhadores (FREEDEN, 2013, p. 107-108).

Freedden (2013, p. 109) aponta um ponto no qual o socialismo e o liberalismo, em algum momento, convergem: na defesa de um estado de bem-estar social.

4.2.4.3 – O Conservadorismo

O conservadorismo se caracteriza por uma inquietude diante da mudança e de uma necessidade de distinguir a “mudança natural” da “antinatural” (a primeira interpretada como um crescimento orgânico contínuo, e a segunda como algo incoerente, planejada ou mecânica); pela convicção que a ordem social está fundada em leis que não se encontram submetidas ao controle humano, ou seja, qualquer alteração nesse sentido é considerada danosa; sustenta-se por diversos paradigmas explicativos sobre a ordem, considerando, inclusive, os de origem “extra-humanos” que embasam uma ordem social permanente, como a religião, a natureza, a história, a biologia e a economia (FREEDEN, 2013, p. 110-111).

Outra característica nuclear do conservadorismo é o apelo à inércia humana. Assim, a manutenção do *status quo* das pessoas e das instituições marcam essa tradição política. Ademais, esta macroideologia se caracteriza por utilizar-se de uma técnica reacionária, quando ameaçada por princípios e ideologias contrárias, e pela elaboração de um “contraconjunto” em reação à possível ameaça aos seus princípios, marcado pela utilização de conceitos e ideias de outras ideologias – mais uma vez demonstrando a permeabilidade ideológica dentro das macroideologias. A partir dessa “flexibilidade”, que os conservadores protegem seus conceitos nucleares, blindando a ordem social de mudanças significativas, e, ao mesmo tempo, “proporcionando” pequenas mudanças (FREEDEN, 2013, p. 112-113).

4.3 – A direita na América Latina

A história das repúblicas latino-americanas se confunde com a disseminação e desenvolvimento das ideologias em torno da díade direita-esquerda. Desse modo, a América Latina, de uma maneira geral, foi influenciada, direta ou indiretamente, pelas construções político-ideológicas ocorridas no âmbito da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, tendo, portanto, consolidado democracias e organizações em torno da ação política – ainda que muitas as vezes parciais – baseadas nos moldes desenvolvidos no “Norte”. Nesse sentido, Tavares (2016, p. 60) observa que a distinção direita-esquerda, respeitadas as particularidades locais, possui uma identificação transnacional.

4.3.1 – Origens das primeiras ideologias políticas e dos partidos políticos na América Latina

Na origem dos Estados latino-americanos, observa-se, inicialmente, uma forte influência das ideias liberais nos movimentos de independência e consolidação estatal, e, num

segundo momento, de um aporte da ideologia conservadora, marcado pela manutenção das elites crioulas no poder, bem como da estrutura social pré-independência (colonial), até a instituição dos partidos políticos, que representaram, de fato, ainda que com pesos e representatividade distintas, as diversas ideologias políticas distribuídas no *continuum* direita-esquerda.

4.3.1.1 – Pré-Independência

A primeira absorção das ideias liberais, na América Latina, é realizada pelas elites crioulas, ou seja, os brancos descendentes de ibéricos e nascidos no continente americano. A disseminação do liberalismo iniciou-se antes da independência política dos respectivos países latino-americanos, e ocorreu, basicamente, de duas formas distintas: com a ida de jovens brancos para cursar estudos universitários nos países do ocidente europeu (BETHELL, 1991, p. 35); e a partir da circulação de europeus, especialmente ingleses, franceses e estadunidenses, e de algumas poucas publicações e jornais nas terras da colônia⁷⁸ (SEBASTIÁN, 2009, p. 706).

O monopólio comercial, administrativo e militar implantado por Espanha e Portugal, nas suas colônias, causava uma insatisfação crescente nas elites locais (BETHELL, 1990, p. 5-26). Isto facilitou a adesão das ideias liberais nas regiões urbanas e rurais da América Latina, pois vislumbrou-se, assim, uma forma de buscar uma liberdade política e econômica. No entanto, a predominância do liberalismo na América Latina, associada às ideias de independência, deu-se após a Revolução Americana, a Francesa e a independência do Haiti (1804), além da crescente influência inglesa no continente americano e com a invasão de Napoleão Bonaparte à Espanha e a Portugal⁷⁹ (BETHELL, 1991, p. 40).

Na “América Espanhola”, os crioulos cooptaram os indígenas, negros e mestiços⁸⁰ para a formação de tropas para lutar contra os espanhóis. Em certa medida, esse grupo foi seduzido pelas ideias liberais no que dizem respeito às liberdades civis, pois acreditavam que, com o fim da dominação espanhola, teriam direitos políticos e haveria o fim da exploração da mão-de-obra sem remuneração. Cabe lembrar que não só os homens participaram das

⁷⁸ Nos “virreinos” espanhóis já se produziam, ainda que de forma incipiente, periódicos e livros pela imprensa local.

⁷⁹ Este vácuo político, causado pela deposição dos monarcas ibéricos, deu o início à mobilização explícita dos movimentos de independência nas regiões de dominação espanhola. Por outro lado, no Brasil, os ânimos foram arrefecidos com a transferência da corte portuguesa para a sua colônia mais importante. No entanto, o apoio e a dependência inglesa foram determinantes para a posterior independência política do Brasil perante Portugal.

⁸⁰ A empreitada dos crioulos para obter êxito nos processos de independência seria impossível sem o apoio desse grupo que representava a maior parte da população da América Latina. Cardoso e Brignoli (1984, p. 9) destacam que, depois do declínio populacional pós conquista europeia, a população da América Latina (indígenas, negros e mestiços) voltou a crescer consideravelmente a partir de 1700 no Brasil e de 1750 na hispano-américa.

campanhas militares, mas também, as mulheres (indígenas, negras e mestiças) de diversas regiões compuseram os efetivos armados (GADOW, 2011).

4.3.1.2 – Pós-Independência e o crescimento do conservadorismo

Com a vitória gradativa dos exércitos “libertadores” e com a posterior instauração dos primeiros governos na América do Sul, no início do século XIX, sobretudo na região anteriormente dominada pela coroa espanhola, foram adotadas as primeiras medidas práticas liberais. O primeiro processo político das reformas liberais caracterizou-se pela organização nacional por meio da consolidação dos estados nacionais (CARDOSO; BRIGNOLI, 1984, p. 160-161), cumprindo uma aspiração democrática constitucional (ECHAVERRÍA, 1964, p. 38). Assim, a construção do modelo de Estado-Nação é considerada a primeira medida liberal adotada por cada novo país independente⁸¹.

O liberalismo⁸², neste período, ficou pouco latente nas mudanças promovidas pela nova classe dirigente, pois se manifestou, basicamente, na ruptura do “pacto colonial”, na “liberdade” político-administrativa estatal e na criação de direitos civis (como os políticos) para as novas elites – os crioulos –, não abarcando mudanças sociais e econômicas significativas, especialmente no espaço onde vivia a maior parte da população: zona rural (ECHAVERRÍA, 1964, p. 39-40). As antigas estruturas coloniais foram mantidas, assim como a dependência econômica (que passou a ser inglesa). Pode-se afirmar que houve apenas uma parcial absorção das ideias liberais. Em relação aos indígenas, negros e mestiços manteve-se a mesma dinâmica econômico-social de exploração, sendo-lhes negada qualquer participação nas decisões sobre a organização social e política (QUIJANO, 2000, p. 134). Dessa forma, este grupo não usufruiu dos ideais liberais (em nenhum dos seus vieses) que inspiraram as lutas pela independência.

Desse modo, a partir da consolidação dos Estados latino-americanos, – sob os auspícios do liberalismo – manifestou-se – semelhante à postura de Burke no Reino Unido – e prevaleceu uma ação política (por parte dos dirigentes locais) baseada numa ideologia política conservadora. Em outras palavras, mantiveram-se as mesmas estruturas coloniais, mas agora sob às mãos das elites crioulas. Assim, o conservadorismo manteve sua tradição de se firmar pela própria prática do poder (CUEVA, 1989, p. 69).

⁸¹ Luis Barrón (2001) entende que não foi o liberalismo que foi preponderante nos primeiros anos pós-independência, e sim o republicanismo. Segundo o autor, ambos coexistiram, sob a prevalência do segundo.

⁸² Não obstante, não se pode afirmar que houve um movimento liberal similar acontecendo em todos os novos Estados da América Latina, nem que medidas idênticas foram adotadas em todos as partes do continente.

Apesar da observação de posturas políticas liberais e conservadoras, Barrón (2001, p. 6) destaca que era difícil ter uma definição clara do que era, durante a primeira metade do século XIX, um conservador, um liberal, um centralista, um federalista, um monarquista ou um republicano. No mesmo sentido, Sebastián (2009, pg. 709) assegura que as primeiras menções ao “liberalismo”, na América Latina, tinham acepções diversas, e somente, a partir de 1830, que se começou a ter um sentido mais homogêneo.

4.3.1.3 – *Os partidos políticos e a institucionalização da díade*

No entanto, uma conceituação um pouco mais uniforme começou a ganhar forma no início da segunda metade do século XIX, a partir da consolidação dos partidos políticos “liberais” (ou “progressistas”) e “conservadores” (SEBASTIÁN, 2009, p. 711-724). Assim, o liberalismo e o conservadorismo assumem, na América Latina, um caráter marcadamente político. Sebastián (2009, p. 726) afirma que: “hacia mediados de siglo en numerosos países de la región el par de contrarios ‘progresista’/‘conservador’ [...] estaba arraigado en el imaginario colectivo como uno de los ejes referenciales más importantes de la vida política”.

A consequência da institucionalização dessas duas macroideologias na política foi semelhante ao ocorrido na Europa Ocidental. Portanto, pode-se dizer que se formou um espectro político-ideológico no qual os representantes do liberalismo estavam à esquerda, enquanto os do conservadorismo localizavam-se à direita.

4.3.2 – Redefinições em torno da direita latino-americana

4.3.2.1 – *A direita versus socialismo e a sua associação com a ditadura militar*

Semelhantemente ao ocorrido nos países do capitalismo central, a direita latino-americana sofreu uma reconfiguração gradativa devido à presença e à difusão de ideias socialistas. No entanto, há que se considerar que, na América Latina, havia um desenvolvimento desigual na política interna de cada país, especialmente no que diz respeito à participação popular e na própria competição político-partidária nos processos eleitorais (MIDDLEBROOK, 2000).

Portanto, mesmo a presença dos partidos defensores de uma ideologia socialista no subcontinente, especialmente a partir do início do século XX, variou consideravelmente em cada país e em cada período, tendo estes, salvo algumas exceções⁸³, tido pouca adesão popular

⁸³ Como na eleição, pelo Partido Socialista Chileno, de Salvador Allende, em 1970. No entanto, cabe destacar que o próprio Allende se candidatou em 1952, a partir de uma aliança entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, e recebeu apenas cerca de 6% dos votos válidos (LÖWY, 1999, p. 30).

(LÖWY, 1999). Por outro lado, as ideias de cunho socialista tiveram uma difusão considerável na região (LÖWY, 1999, p. 9-10), tendo influenciado na política estatal – especialmente por meio de ações reacionárias –, nos partidos políticos, bem como, na defesa e reformulação de outras ideologias, como o liberalismo e até mesmo o conservadorismo.

De qualquer forma, até a década de 1980, observa-se uma prevalência de partidos conservadores do poder (MIDDLEBROOK, 2000), tendo este período sido marcado por lapsos de democratização (ainda que relativa - dada à baixa participação popular e a limitação na competição) e de ditaduras militares (AYERBE, 2002, p. 192). Hinkelammert (1988, p. 105) observa que: “estos vaivenes de democracia y dictaduras siguen a la dinámica política del continente. Las dictaduras militares se instalan cuando movimientos populistas o de reforma social seria llegan a tener mayoría a través de los mecanismos electorales democráticos”.

Há que se destacar o último período de regimes autoritários (militares) na América Latina, iniciado ainda na década de 1950 – após o golpe militar sofrido, em 1954, pelo presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz, com o apoio do governo estadunidense – perdurou até o final da década de 1980⁸⁴ (CALLONI, 2001; ROSENMAN, 2013). Cabe, ainda, mencionar que um dos principais motivos da intervenção dos Estados Unidos na região foi para fazer frente à crescente “ameaça socialista”, no contexto da Guerra Fria, especialmente após os desdobramentos da Revolução Cubana (AYERBE, 2002; LÖWY, 1999).

Tais constatações são importantes para situar a posição da direita e da esquerda durante este período de ruptura democrática. Se por um lado boa parte da esquerda ficou “criminalizada” por abarcar uma ideologia socialista (ou “anticapitalista”), tendo, dessa forma, se tornado alvo das políticas internas de cada país (LÖWY, 1999) – sob o apoio e coordenação estadunidense (CALLONI, 2001; ROSENMAN, 2013) –, em contrapartida, a direita, em muitos casos, ou apoiou os regimes autoritários militares na tomada do poder ou participou efetivamente da composição de tais governos (AYERBE, 2002; CERVO, 2001, p. 135).

O fim deste período foi marcado, tanto pelo declínio do bloco soviético (e com a consequente diminuição da “ameaça socialista”), como pela “crise econômica que se agudiza a partir do segundo choque do petróleo, da fase recessiva que acompanha essa década [de 1980] e da crise geral na sociedade e no sistema político da maior parte dos países latino-americanos” (AYERBE, 2002, p. 210-211).

⁸⁴ Considerando as eleições presidenciais ocorridas em 1989 no Chile, e a destituição do ditador paraguaio Alfredo Stroessner, com a posterior convocação de eleições gerais no mesmo ano (AYERBE, 2002, p. 210).

4.3.2.2 – O neoliberalismo na América Latina

Isto posto, inaugura-se uma nova fase na América Latina: a dos governos neoliberais⁸⁵. A redemocratização na região foi marcada pelo início da implementação das políticas vinculadas ao neoliberalismo na década de 1980, e pela sua consolidação, nos anos 90, a partir do estabelecimento do consenso de Washington (MARTINS, 2005, p. 139). As ações políticas de implantação das políticas neoliberais estiveram a cargo da então “nova direita” latino-americana. No entanto, Hinkelammert (1988, p. 107) alerta que essa nova direita: “es heredera de las dictaduras militares de Seguridad Nacional y viene con la vocación de asegurar el esquema de poder originado por estas dictaduras bajo formas democráticas”.

Baseados nos discursos de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – e sob a coordenação estadunidense –, os Estados latino-americanos implantaram medidas reformadoras, de forma que fosse priorizado a liberdade do mercado, ou seja, o controle maior da iniciativa privada em detrimento da presença estatal, bem como a instituição de um pacote de estabilidade macroeconômica (como o equilíbrio fiscal e o controle inflacionário). Desse modo, foram adotadas, em maior ou menor medida, ações políticas no sentido de promover uma abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização das estatais e dos serviços públicos, liberalização financeira interna e externa, eliminação considerável de subsídios, manutenção de uma taxa relativa de desemprego etc. (ANDERSON, 1995; AYERBE, 2002; HINKELAMMERT, 1988; MARTINS, 2005).

4.3.2.2.1 – O neoliberalismo no Peru e o governo de Alberto Fujimori

Em 1988 surge no cenário político o *outsider* que iria mudar drasticamente a política peruana: Alberto Fujimori. Ex-reitor da Universidade Nacional, desconhecido engenheiro, manifesto anti-político e sem experiência político-partidária (PEASE; SOMMER, 2013, p. 344), utilizou o sistema então vigente de uma maneira utilitarista – primeiramente os partidos, e, posteriormente, os militares – para conseguir obter seus objetivos presidenciais. Fujimori marcou um novo tipo de representação política no Peru, a representação por identificação – não coletiva, partidária, e, sim, individual –, de modo a abarcar os cidadãos que fogem da tragédia da fragmentação social, gerando nestes um sentimento de representação de um líder político que não se apresenta por meio de mediação (LYNCH, 1999, p. 215-218).

⁸⁵ Tal cenário abarca a grande maioria da América Latina. No entanto, cabe frisar que o Chile, por exemplo, já na década de 1970, foi o primeiro “laboratório” para a implementação de políticas neoliberais, tendo, inclusive, precedido, os países ocidentais nesse sentido (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

As eleições de 1990 foram, segundo Zapata (2016, p. 109), “las más sorprendentes de la historia reciente”. Cabe recordar que neste período o Peru estava passando por uma forte crise: econômica (hiperinflação, moratória da dívida externa, salários congelados etc.), de segurança (especialmente com a ação do Sendero Luminoso), social (desemprego crescente, informalidade e aumento da população em estado de pobreza) e de desprestígio político (ZAPATA, 2016, p. 109). Todos esses fatores foram agravados durante o primeiro mandato de Alan Garcia (1985-1990). Já durante o governo aprista, as principais forças de direita haviam se reunido para lançar um candidato único. Assim, lançaram uma coalisão nomeada como “Frente Democrático”, ou, simplesmente, “FREDEMO”. O escolhido para disputar o cargo de presidente da república foi uma personalidade já muito conhecida no Peru, e considerado fora do cenário político tradicional (outro *outsider*), o escritor Mario Vargas Llosa (LYNCH, 1999, p. 105-124).

Fujimori começou a disputa com cerca de 1% das intenções de votos. Já Vargas Llosa era o favorito desde as primeiras pesquisas eleitorais (contando com 40 a 50% da aprovação dos eleitores). O escritor peruano defendia abertamente a implementação de políticas neoliberais na economia e na administração pública, e tinha o apoio de empresários, investidores e organismos internacionais, como o FMI (PEASE; SOMMER, 2013, p. 344). No entanto, Vargas Llosa, mesmo com tanto prestígio e apoio do sistema político-partidário, foi para o segundo turno com Fujimori, com uma diferença de vantagem de um pouco mais de 3%. O segundo turno marcou o contínuo crescimento eleitoral de Fujimori, tendo sido eleito Presidente da República pelo movimento político, do qual foi fundador em 1988, “Cambio 90”, com 65,50% dos votos (PEASE; SOMMER, 2013, p. 345-346).

Antes de assumir o cargo, já como presidente eleito, Fujimori “efectuó un viaje a Estados Unidos y luego a Japón. Durante las numerosas reuniones que sostuvo, el presidente fue convencido de la necesidad del ajuste neoliberal” (ZAPATA, 2016, p. 112). Desse modo, mudou radicalmente seu programa, “abandonando, así, sus ofertas electorales y assumiendo el proyecto neoliberal propuesto por su contricante [Vargas Llosa]” (PEASE; SOMMER, 2013, p. 334).

Fujimori iniciou seu governo implementando um *shock*⁸⁶ na economia e na gestão da administração pública, de acordo com políticas neoliberais do Consenso de Washington. Na prática, os ajustes estruturais – que se baseavam estritamente nas recomendações do FMI – foram no sentido de liberalizar a economia, assegurar o regular pagamento da dívida externa e

⁸⁶ A literatura peruana que trata do assunto utiliza com frequência este vocábulo inglês para referir-se ao conjunto de medidas radicais adotadas para a implementação das políticas econômicas neoliberais no país.

cortar os gastos públicos. Não obstante, “las consecuencias de esta nueva política fueron la privatización masiva y la concentración económica a través de monopolios y oligopolios. Así las fabricas establecidas en los últimos años quedaron vacías y los sindicatos resultaron debilitados” (PEASE; SOMMER, 2013, p. 335).

Parte do dinheiro obtido com a venda das 220 empresas públicas, durante os dois períodos do governo de Fujimori, foi revestido em diversos programas assistenciais, direcionado, basicamente, à população mais pobre, a qual havia crescido em números, tanto no governo de Alan García, como, principalmente, após a implementação das primeiras medidas neoliberais⁸⁷ no Peru. Desse modo, Fujimori firmou uma forte ligação populista com a população mais necessitada do país (ZAPATA, 2016, p. 114).

Fujimori conseguiu aprovar as primeiras medidas neoliberais no Congresso peruano com o apoio⁸⁸ da principal força do legislativo federal, o FREDEMO, uma vez que as políticas econômicas por ele apresentadas eram semelhantes às defendidas em campanha por Vargas Llosa (PEASE; SOMMER, 2013, p. 347). No entanto, “Fujimori quería libertad para proceder a su real arbitrio. Así, condujo varias campañas para posicionar al Ejecutivo como única fuerza sana de un cuerpo político enfermo, inútil y corrupto” (ZAPATA, 2016, p. 114).

Utilizando-se desse discurso, no dia 5 de abril de 1992, Fujimori anunciou que as reformas realizadas não haviam sido suficientes, culpando o Congresso pelo “fracasso”, e, com o apoio dos militares, dissolveu o Congresso e, dentre outras medidas, destituiu a maior parte dos membros dos órgãos superiores do poder judiciário, num claro ato de golpe, ou melhor, “autogolpe”. Dessa forma, instalou-se uma ditadura no país (PEASE; SOMMER, 2013, p. 352-353).

Após uma forte pressão internacional, Fujimori convocou novas eleições para compor um “Congreso Constituyente Democrático”, com o objetivo de elaborar uma nova Constituição Federal. Com o boicote da maior parte dos grandes partidos políticos (FIERRO, 2001, pg. 29), teve êxito nesta disputa eleitoral, elegendo 44 das 80 cadeiras para o Congresso, o que possibilitou a promulgação da Constituição Política do Peru⁸⁹, em 29 de dezembro de 1993, sob

⁸⁷ Após o *shock* econômico implementado por Fujimori, a população em estado de pobreza passou de cerca de sete milhões para treze milhões (PEASE; SOMMER, 2013, p. 338).

⁸⁸ O Cambio 90, de Alberto Fujimori, além da Presidência da República, elegeu somente 32 deputados (num total de 180) e 14 senadores (das 62 cadeiras disponíveis).

⁸⁹ Apesar da vantagem numérica no “Congreso Constituyente Democrático – CCD”, e da possibilidade de aprovação dos dispositivos na constituição primordiais para o “fujimorismo”, a Constituição Política do Peru somente entrou em vigor após o referendo nacional convocado para este fim em 1993. O eleitorado que aprovou a Constituição somou cerca de 52% dos votos válidos (FIERRO, 2001, pg. 29).

a ideologia fujimorista. Ademais, os eleitos para a Assembleia Constituinte continuariam no mandato, como congressistas, até as eleições de 1995 (ZAPATA, 2016, p. 115).

No que diz respeito à questão econômica – a qual já tinha sofrido diversas mudanças por meio de leis para a implantação das políticas neoliberais –, cabe destacar algumas mudanças significativas, com o objetivo de firmar alguns princípios neoliberais diretamente na Carta Magna. Na Constituição de 1979, havia diversas previsões que colocavam um foco nos princípios de justiça social, na ação do estado para propiciar um desenvolvimento planejado e equitativo do país, na gestão empresarial estatal, no estímulo da economia por parte do Estado para harmonizá-lo com o interesse social, e no livre mercado internacional, desde que respeitados o interesse social e o desenvolvimento do país. Lynch (1999, p. 226), analisando as mudanças constitucionais, observa que “la política neoliberal que proponen iba más allá de un cambio coyuntural e implicaba un conjunto de reformas al ordemanimiento macroeconómico del país que terminaba radicalmente con la presencia del Estado en la actividad económica y abolía los derechos sociales”:

Artículo 110. El régimen económico de la República se fundamenta en **principios de justicia social** [...]. El Estado promueve el desarrollo económico y social mediante el incremento de la producción y de la productividad, la racional utilización de los recursos, el pleno empleo y **la distribución equitativa del ingreso**. Con igual finalidad, fomenta los diversos sectores de la producción y defiende el interés de los consumidores.

Artículo 111. **El Estado formula la política económica y social** mediante planes de desarrollo que regulan la actividad de los demás sectores. La **planificación** una vez concertada es de cumplimiento obligatorio.

Artículo 113. **El Estado ejerce su actividad empresarial** con el fin de promover la economía del país, prestar servicios públicos y alcanzar los objetivos de desarrollo.

Artículo 114. Por causa de **interés social** o seguridad nacional, la ley puede reservar para el Estado actividades productivas o de servicios. Por iguales causas puede también el Estado establecer reservas de dichas actividades **en favor de los peruanos**.

Artículo 115. La iniciativa privada es libre. Se ejerce en una economía social de mercado. **El Estado estimula y reglamenta su ejercicio para armonizarlo con el interés social**.

Artículo 117. El Comercio exterior es libre dentro de las limitaciones que la ley determina por razones de **interés social y del desarrollo del país**. El Estado promueve la cooperación entre los pueblos para alcanzar un orden económico internacional justo (PERÚ, 1979).

(Grifos do autor).

A Constituição política de 1993, por outro lado, direciona, na sua parte reservada à economia, favoravelmente aos princípios de livre mercado, da não intervenção estatal, da não participação do Estado na atividade empresarial, da não supremacia estatal no ramo econômico e na integração total da atividade econômica peruana ao mercado mundial, ou, nas palavras de Zapata (2016, p. 116), “expresa [...] el triunfo de la economía de mercado, donde el Estado se asigna tan solo un rol subsidiario”:

Artículo 58.- Economía Social de Mercado

La iniciativa privada es libre. Se ejerce en una economía social de mercado. Bajo este régimen, el Estado orienta el desarrollo del país, y actúa principalmente en las áreas de promoción de empleo, salud, educación, seguridad, servicios públicos e infraestructura.

Artículo 60.- Pluralismo Económico

El Estado reconoce el pluralismo económico. La economía nacional se sustenta en la coexistencia de diversas formas de propiedad y de empresa. **Sólo autorizado por ley expresa, el Estado puede realizar subsidiariamente actividad empresarial**, directa o indirecta, por razón de alto interés público o de manifiesta conveniencia nacional. **La actividad empresarial, pública o no pública, recibe el mismo tratamiento legal.**

Artículo 61.- Libre competencia

El Estado facilita y vigila la libre competencia. Combate toda práctica que la limite y el abuso de posiciones dominantes o monopólicas. Ninguna ley ni concertación puede autorizar ni establecer monopolios. La prensa, la radio, la televisión y los demás medios de expresión y comunicación social; y, en general, las empresas, los bienes y servicios relacionados con la libertad de expresión y de comunicación, **no pueden ser objeto de exclusividad, monopolio ni acaparamiento, directa ni indirectamente, por parte del Estado** ni de particulares.

Artículo 63.- Inversión nacional y extranjera

La inversión nacional y la extranjera se sujetan a las mismas condiciones. La producción de bienes y servicios y el comercio exterior son libres. [...].

Artículo 64.- Tenencia y disposición de moneda extranjera

El Estado garantiza la libre tenencia y **disposición de moneda extranjera.** (PERÚ, 1993).

(Grifo do autor).

Com o apoio empresarial, da mídia e da população mais pobre – devido às políticas assistencialistas e personalistas –, além do reconhecimento popular pela desarticulação do Sendero Luminoso e do fim da hiperinflação, Alberto Fujimori conseguiu a reeleição presidencial em 1995, no primeiro turno, com mais de 64% dos votos válidos (PEASE; SOMMER, 2013, p. 364). Durante o mandato, continuou com a privatização de empresas públicas e trabalhou no sentido de aprovar constitucionalmente a possibilidade da sua reeleição (ZAPATA, 2016, p. 121-122). No ano de 2000, Fujimori, sob uma interpretação constitucional questionável⁹⁰, participou novamente do sufrágio para o executivo federal, e numa eleição realizada sob diversas denúncias de corrupção e de fraudes eleitorais (FIERRO, 2001, p. 30), foi reeleito, obtendo seu terceiro mandato consecutivo. No entanto, após a divulgação de diversos vídeos de suborno e corrupção por parte do seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, Fujimori renunciou ao mandato de Presidente da República, em 19 de novembro de 2000, por meio de um fax enviado desde o Japão (PEASE; SOMMER, 2013, p. 376).

⁹⁰ Fujimori conseguiu participar das eleições presidenciais sob o argumento de que as eleições de 1990 foram realizadas sob a égide de uma ordem jurídica passada, já que se encontrava em vigor a Constituição Política de 1979. Entrando em vigor a de 1993, a sua primeira eleição teria ocorrido em 1995, e que, desta forma, poderia concorrer à reeleição no ano 2000. Sua tese foi aceita nas instâncias jurídicas.

4.4 – A direita no Peru

4.4.1 – A direita dentro das origens do sistema político-partidário peruano

A dinâmica do surgimento dos partidos políticos no Peru é semelhante à maioria dos países andinos, tendo características similares no que diz respeito às organizações partidárias pós-independência colonial e às posteriores à terceira onda democrática⁹¹, bem como ao aparecimento de um terceiro grupo de partidos surgidos, especialmente, a partir da década de 1990, que foram delineados tendo como característica principal: a defesa de demandas políticas pontuais e/ou específicas, ou um horizonte ideológico como referência da sua atuação (MELÉNDEZ, 2007, p. 44-47).

O primeiro partido político do Peru foi fundado em 1871, sob a liderança de Manuel Pardo y Lavalle⁹², tendo sido registrado inicialmente como “Sociedad Independencia Electoral”. Posteriormente, foi alterado para Partido Civil, devido a sua adesão eleitoral em eleger um civil para a Presidência da República, frente ao contexto de administração militar vigente desde a independência do país. Esta organização político-partidária era composta pela oligarquia limenha conservadora (GARCÍA; SOMMER, 2013, p. 43-44) e por uma elite intelectual, igualmente, de cunho liberal-conservador, contrária à gestão militar. O partido foi oficialmente dissolvido no ano de 1930 (GROHMANN, 2005).

No entanto, a consolidação dos partidos políticos modernos e de massa ocorreu somente a partir da década de 1930, com a criação do Partido Aprista Peruano (APRA)⁹³, sob a liderança de Victor Raúl Haya de La Torre, e do Partido Comunista Peruano, sob a inspiração de José Carlos Mariátegui⁹⁴. Durante a segunda metade do século XX, surgiu outra leva de partidos políticos reformistas e com forte adesão popular: “Acción Popular” e a “Democracia Cristiana”⁹⁵ – ambos formalizados em 1956 (ZAPATA, 2016, p. 104), no contexto do final do governo ditatorial de Manuel A. Odría (1952-1956). Zapata (2016, p. 152) destaca que o Peru foi governado por governos autoritários de direita até 1956, tendo a gestão peruana permanecido

⁹¹ Segundo Huntington (1991), a terceira onda da democratização seria o período posterior a 1974, em que se observa uma nova tendência à implementação de sistemas políticos, de fato, democráticos, em diversos países do mundo.

⁹² Manuel Pardo foi eleito Presidente da República do Peru, pelo Partido Civil, em 1872. Sendo o primeiro Presidente da República civil eleito constitucionalmente naquele país (GROHMANN, 2005).

⁹³ A organização foi fundada em 1924. Mas o registro do partido data de 1930 (GROHMANN, 2005).

⁹⁴ Inicialmente, o Partido Comunista Peruano se chamava “Partido Socialista”, tendo sua organização iniciada em 1928. Com a morte de Mariátegui, o nome foi alterado por pressão da III Internacional.

⁹⁵ O “Partido Popular Cristiano” (PPC) foi fundado após uma cisão do “Democracia Cristiana” em 18 de dezembro de 1966, e, a partir de então, superou o seu partido de origem no cenário político-eleitoral.

nas mãos da direita até o fim do mandato de Manuel Prado (1956-1962) – considerado, sob os aspectos da época, como um governo eleito democraticamente⁹⁶.

Pela primeira vez na história peruana, em 1963, assume um governo não totalmente identificado com a direita (ZAPATA, 2016, p. 136). Trata-se de uma aliança de centro-esquerda (de caráter não revolucionário) liderada pela “Acción Popular”, a qual elegeu Fernando Belaunde Terry para a Presidência da República. No entanto, seu governo foi interrompido por um golpe militar, tendo assumido o controle do país o general Juan Velasco Alvarado (1968-1975), com a posterior sucessão pelo general Francisco Morales Bermúdez, o qual protagonizou uma guinada à direita na política peruana (GARCÍA; SOMMER, 2013, p. 220-277).

Outro período marcado pelo surgimento de diversos partidos políticos naquele país aconteceu após os governos militar ditatoriais (1968-1980), especialmente após a promulgação da Constituição Peruana de 1979. Tais partidos foram consolidados sob bases frágeis, pois careciam de uma política de mobilização das massas. Ademais, a maior parte das organizações político-eleitorais inaugurados nessa época perduraram por muito pouco tempo no cenário político (GARCÍA; SOMMER, 2013, p. 277).

Finalmente, observa-se um último período de criação de novas organizações partidárias no Peru. Este lapso se inicia durante a década de 1990 – após o amplo espaço político-partidário surgido durante a crise hiper-inflacionária no primeiro governo de Alan Garcia (1985-1990) – o qual era formado por uma aliança de centro-direita (ZAPATA, 2016, p. 48) –, e em oposição às políticas autoritárias de Alberto Fujimori (1990-2000) – identificado como de direita neoliberal (ZAPATA, 2016, p. 113). Tal dinâmica foi possível mesmo com as restrições eleitorais desfavoráveis após o “autogolpe de Estado” realizado em 1992 por Fujimori, mas, especialmente, após a última redemocratização⁹⁷, com o fim do seu governo, e encontra-se em vigência até os dias atuais.

Os partidos instituídos, a partir de então, foram fundados sob bases diversas, podendo-se destacar como características manifestas, conforme acrescenta Meléndez (2007, p. 228), a exacerbação do discurso antipolítico – diante de uma opinião pública desfavorável ao regime partidarista tradicional⁹⁸ –, e a instituição partidária sob bases específicas, como a

⁹⁶ Lembrando que “hasta la Constituyente de 1979, solo votaban quienes sabían leer y escribir en castellano” (ZAPATA, 2016, p. 77).

⁹⁷ O cientista político peruano Martín Tanaka (2004, p. 136-137) não compartilha da ideia de um governo ditatorial: “En realidad, lo que tuvimos es la caída de un gobierno democrático en lo formal, que funcionaba autoritariamente por el escaso nivel de competencia, que cayó por sus contradicciones internas, no por una masiva movilización social y política”.

⁹⁸ Tanaka lembra que a Constituição Política do Peru de 1993 (vigente) foi inspirada num cenário de crítica aos partidos políticos e da necessidade de renovação da classe política e de abrir espaço para a participação cidadã (2004, p. 151).

descentralização político-administrativa do Estado, o combate à corrupção, a independência política (em relação à “classe política tradicional”) e uma forte vinculação com os respectivos líderes, tendo a maioria deles uma grande volatilidade, no que resulta num curto período de atuação dentro do cenário político-partidário.

4.4.2 – A atual direita peruana e suas bases

4.4.2.1 – Partido “Fuerza Popular”

Para compreender o Partido “Fuerza Popular”, na sua atual configuração, é imprescindível recordar as bases da sua origem fundadas a partir do ex-presidente da república Alberto Fujimori. Fujimori surge no cenário político em 1990. Nesse contexto, era apenas um ex-reitor da Universidade Nacional, desconhecido engenheiro, manifesto antipolítico e sem experiência político-partidária; ou seja, um *outsider*. Utilizando-se do sistema então vigente de uma maneira utilitarista – primeiramente com os partidos, e, posteriormente, com os militares –, e favorecido pela crise econômica, social e política ocorrida no governo de Alan Garcia (1985-1990), além das crescentes ações do grupo Sendero Luminoso, foi eleito (GARCÍA; SOMMER, 2013, p. 344-346). A partir de então, marcou um novo tipo de representação política no Peru: a representação por identificação – não coletiva, partidária, e, sim, individual –, de modo a abarcar os cidadãos que fogem da tragédia da fragmentação social, gerando nestes um sentimento de representação de um líder político que não se apresenta por meio de mediação (LYNCH, 1999, p. 215-218). Fujimori foi eleito Presidente da República pelo movimento político, do qual foi fundador em 1989, “Cambio 90”.

Alberto Fujimori conseguiu a reeleição presidencial em 1995. Esta eleição demonstrou ainda mais a crise do sistema partidário peruano, uma vez que o “Partido Aprista Peruano”, “Acción Popular”, “Izquierda Unida” e o “Partido Popular Cristiano” obtiveram juntos somente cerca de 8% dos votos válidos para Presidente da República, e 15% dos relativos ao Congresso. No ano de 2000, Fujimori, sob uma interpretação constitucional questionável⁹⁹, participou novamente do sufrágio para o executivo federal, e em uma eleição realizada sob diversas denúncias de corrupção e de fraudes eleitorais, foi reeleito, obtendo seu terceiro mandato consecutivo (ZAPATA, 2016, p. 120-123). Com a renúncia de Fujimori ao mandato de Presidente da República, em 22/11/2000, são realizadas novas eleições no país em 2001.

⁹⁹ Fujimori conseguiu participar das eleições presidenciais sob o argumento de que as eleições de 1990 foram realizadas sob a égide de uma ordem jurídica passada, já que se encontrava em vigor a Constituição Política de 1979. Entrando em vigor a de 1993, a sua primeira eleição teria ocorrido em 1995, e que, desta forma, poderia concorrer à reeleição no ano 2000. Sua tese foi aceita nas instâncias jurídicas (GARCÍA; SOMMER, 2013, p. 367).

Em síntese, observa-se que os três mandatos de Fujimori foram marcados pela implantação do neoliberalismo; alinhamento com os Estados Unidos (adesão ao Consenso de Washington); diminuição do estado por meio de privatizações (mais de 220 empresas estatais); estabilização da macroeconomia (especialmente no controle à inflação); instituição de uma Constituição Federal em que a economia de mercado se encontra no centro; a não intervenção estatal na economia, salvo para a defesa de interesses econômicos privados; derrotar e eliminar o grupo Sendero Luminoso e o Movimiento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA); controle da mídia; associação com a elite econômica peruana; controle das Forças Armadas, incluindo o seu uso para praticar “assassinatos seletivos”; bem por um forte populismo de direita, que culminou numa grande adesão popular durante um período considerável de seus governos pelas políticas assistencialistas (GARCÍA; SOMMER, 2013; ZAPATA, 2016, p. 113-124).

O atual “Fuerza Popular” foi criado a partir da herança dos partidos fujimoristas “Cambio 90”, “Nueva Mayoría” e da aliança “Perú 2000”, e manteve uma tradição dentro do “clã” de alterar o nome da agremiação política a cada eleição, passando, na última mudança, de “Fuerza 2011” para “Fuerza Popular” (VILLAGARCIA, 2016, p. 16).

Atualmente, o “Fuerza Popular” mantém um discurso semelhante às origens do fujimorismo quanto ao combate à delinquência, igualmente sob um aspecto tido como repressivo: aumento das penas e diminuição dos benefícios de redução de pena. Sem embargo, no que diz respeito ao clientelismo e ao populismo de direita de Alberto Fujimori, o atual “Fuerza Popular”, cuja líder é a filha do patriarca deste clã, Keiko Fujimori, “pretende girar a um liberalismo más aséptico, menos impregnado de clientelismo” (ZAPATA, 2016, p. 126-127), ou seja, visa se apartar da estratégia que albergou um grande apoio popular a seu pai.

Atualmente, o “Fuerza Popular” é o maior representante da direita peruana e a principal força política de caráter nacional (VILLAGARCIA, 2016, p. 16); nas eleições gerais de 2016, elegeu 73 congressistas, num total de 130 cadeiras. No entanto, apesar de possuir um quantitativo considerável de eleitores, mantém uma alta rejeição popular, interpretada como herança da gestão de Alberto Fujimori (1990-2000), especialmente nas temáticas de direitos humanos, de corrupção e de respeito às instituições democráticas (VILLAGARCIA, 2016, p. 22). Assim, ao mesmo tempo que colhe os frutos dos governos de Fujimori – especialmente pelo clientelismo –, o partido “Fuerza Popular” traz consigo uma carga negativa perante aos cidadãos peruanos devido à mesma gestão que lhe deu reconhecimento popular (ZAPATA, 2016, p. 128).

Dentro da dinâmica político-eleitoral e do espectro político-ideológico peruano, Zapata (2016, p. 190) identifica o “Fuerza Popular” como um partido de direita conservadora.

4.4.2.2 – Partido “Alianza para el Progreso”

O Partido “Alianza para el Progreso” (APP) foi criado no ano de 2001, no contexto da instabilidade e da fragilidade político-partidária posterior à renúncia de Alberto Fujimori à Presidência da República. Esta agremiação política foi criada pelo político e empresário do ramo de educação universitária, César Acuña Peralta e, desde sua criação, tem demonstrado um considerável crescimento em números candidatos eleitos, tanto nos sufrágios em nível nacional, como nos, em âmbito regional/provincial/municipal (MELÉNDEZ; PACHÓN, 2016, p. 46). Nas últimas eleições gerais, em 2016, o APP se consolidou com a quarta maior força política no Congresso peruano, ao eleger nove congressistas.

Uma das razões elencadas por Meléndez e Pachón (2016, p. 49) para o sucesso do APP, diante de um cenário de descrédito partidário, é a forte permeação do partido dentro do meio acadêmico (mormente aos alunos universitários), facilitado, obviamente, pela propriedade de Acuña de um grande conglomerado educacional universitário no Peru (UCV-USS-UAP). Logo, Acuña “ha logrado canalizar su estrategia de tal forma que logra compensar, mediante la organización y los servicios políticos en contextos de poscolapsos partidarios: recursos para la movilización, extensión territorial, ‘marca’ asociada al partido-empresa, llegada a las nuevas generaciones” (MELÉNDEZ; PACHÓN, 2016, p. 49).

Nesse sentido, Zapata (2016, p. 129) conclui que Acuña alcançou um destaque político por praticar um clientelismo (ao dar bolsas e benefícios aos estudantes). No entanto, ressalta que, diferentemente de outros tipos de clientelismo – como na gestão de Fujimori –, que são construídos na gestão do Estado, este caso é diferente, pois vem de uma empresa do ramo da educação. Zapata (2016, p. 130) vê outra característica do APP, traduzido na figura de César Acuña: o ressurgimento do “caciquismo”. No entanto, destaca que a diferença é que esse grupo está trazendo essa prática ao cenário político-eleitoral em nível nacional, uma vez que o partido controlado por Acuña tem um domínio relativo da esfera macropolítica (Executivo e Legislativo), e não local (como normalmente ocorre essa prática).

Semelhante ao “Fuerza Popular”, Zapata (2016, p. 190) identifica, dentro do espectro político-ideológico peruano, o “Alianza Para el Progreso” como um partido de direita conservadora, ainda que liberal em temáticas econômicas.

4.4.2.3 – Partido “Peruanos Por el Kambio”

O partido “Peruanos Por el Kambio” (PPK) foi criado no ano de 2011 pelo economista e ex-primeiro ministro, Pedro Pablo Kuczynski. A escrita do nome do partido foi elaborada de forma a coincidir com as iniciais de Kuczynski. A partir desta simples constatação, observa-se

mais um indício de caso de um vínculo personalíssimo de um líder e seu partido no Peru. Nesse sentido, Valle-Riestra (2016, p. 88) é incisivo em afirmar que Kuczynski representa na política uma construção de poder de atração personalista.

O PPK é um partido com poucos históricos institucionais dentro da política, tendo em vista a sua recente criação: somente participou das eleições gerais no ano de 2016. No entanto, esse partido, além de sua importância dentro do cenário político-eleitoral peruano – por ter eleito o atual presidente da república, além de 18 congressistas¹⁰⁰ –, apresenta uma forte vinculação com personalidades políticas que já pertenceram a outros partidos, bem como de intelectuais, tecnocratas e burocratas daquele país (ZAPATA, 2016, p. 135-136).

É, a partir dessa composição e especialmente pela biografia de Kuczynski (tanto na vida pública como na iniciativa privada), que Zapata (2016, p. 190) direciona o PPK na direita peruana liberal. Segundo o autor, o PPK está dentro de uma tradição de direita intelectual, a qual antigamente era ideológica, mas atualmente é tecnocrática. É um tipo de direita que tanto se posiciona no centro, como na sua própria posição originária. A diferença é que esse segmento da direita não costuma se consolidar num partido, mas, sim, na defesa do sistema, tanto pelo apoio e direção em posições “chaves” no Poder Executivo, como na produção intelectual tecnocrática. Nesse sentido, destaca-se a presença dos *think tanks*, que observa na direita do PPK uma proximidade de pensamentos, consolidada, portanto, no apoio.

Mesmo tendo o PPK um deslocamento facilitado para o centro (centro-direita), Zapata (2016, p. 189) o vê como o “campeão do liberalismo tecnocrático”, assim é “partidario de un mercado lo más abierto posible y de un Estado proveedor de bienes que faciliten la realización del grupo. [Es lo] más capitalista del grupo”.

Apesar da importância de reconhecer os principais representantes da direita na política peruana – dado os fins deste trabalho –, no próximo capítulo, busca-se focar no PPK, bem como na biografia de Kuczynski, a fim de melhor compreender as bases do partido e do seu criador. Ademais, propõe-se uma análise das suas propostas de programas de governos de 2011 e 2016, com o objetivo de verificar que houve deslocamento ideológico entre as ideias apresentadas nesse documento de um pleito para o outro, e a relação desse resultado com a hegemonia.

¹⁰⁰ Num total de 130 cadeiras, tornando, pós-eleição, a terceira maior força do Congresso, atrás do “Fuerza Popular”, com 73, e da “Frente Amplio”, que elegeu 20 congressistas.

5 – Análise das propostas de PPK de 2011 e 2016

5.1 – Antecedentes políticos

5.1.1 – Uma breve biografia de Pedro Pablo Kuczynski

Apesar de uma vasta pesquisa sobre alguma bibliografia que pudesse trazer maiores detalhes da vida de Pedro Pablo Kuczynski, inclusive na oportunidade em que se realizou o trabalho de campo em Lima, somente foi encontrado um único livro que dedicasse uma parte específica para tratar da sua biografia: a obra “Pensando a la derecha”, lançada em 2016 pelo historiador e analista político peruano Antonio Zapata. Ademais, obteve-se as informações disponíveis no site oficial da “Presidencia de la República del Perú”. Esse vazio bibliográfico pode ser entendido pelo fato de que Kuczynski não havia ocupado nenhum cargo eletivo antes das eleições presidenciais de 2016. Assim, até então, não era uma figura política de grande interesse no país.

Pedro Pablo Kuczynski nasceu no dia 03 de outubro de 1938, em Lima. Seus genitores eram imigrantes europeus: pai médico alemão e mãe professora e artista francesa, cuja parentela tinha destaque no ramo bancário e cinematográfico da França. Seu pai teve uma carreira de sucesso na medicina, devido a sua especialização em doenças tropicais, a qual lhe propiciou ocupar muitos cargos de direção (como chefe de Saúde Pública do Ministério da Saúde do Peru). Além disso, foi docente na Universidad Nacional Mayor de San Marcos (ZAPATA, 2016, p. 179).

Kuczynski viveu parte da sua infância no interior do país (em Iquitos e Puno) (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2017). No entanto, a boa condição econômico-social dos seus pais possibilitou que estudasse “en la capital en el conocido colegio inglés Markham y completó su bachillerato en Inglaterra” (ZAPATA, 2016, p. 179), cursou Filosofia, Economia e Política na Universidade de Oxford (Reino Unido) e, após, realizou uma pós-graduação em Economia na Universidade de Princeton nos Estados Unidos (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2017).

A carreira de Kuczynski, no setor financeiro, começou no Banco Mundial, tendo trabalhado também junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2017). No ramo

empresarial, cabe destacar que, quando vivia nos Estados Unidos, foi sócio de um famoso banco de investimentos e presidente de uma companhia mineradora estadunidense (ZAPATA, 2016, p. 180). Já voltando a viver no Peru, foi membro diretivo de inúmeras empresas, algumas peruanas e outras transnacionais (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2017). Zapata (2016, p. 180) conclui que Kuczynski tem um perfil de empresário que tem interesses em múltiplos ramos, e que sempre foi bastante livre e sem amarras ou lealdades a determinado negócio ou empresa em particular.

No meio político, Kuczynski desempenhou os seguintes cargos: “Gerente del Banco Central de Reserva del Perú (1961-1969), Ministro de Energía y Minas (1980-1982), Ministro de Economía y Finanzas (2001-2002) y (2004-2005), así como Presidente del Consejo de Ministros (2005-2006)” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2017). Assim, participou ativamente nos dois governos de Belaúnde Terry, tendo o primeiro sido interrompido por um golpe militar (1963-1968). No segundo mandato de Belaúnde Terry (1980-1985), após um novo regresso dos Estados Unidos, participou de um gabinete liberal tecnocrático liderado por Manuel Ulloa (ZAPATA, 2016, p. 163-181).

O seu novo retorno ao meio político se deu na campanha para presidente da República de Alejandro Toledo, tendo ocupado, com a sua eleição, cargos de destaque no respectivo governo (2001-2006): Ministro de Economía e Finanzas e Presidente do Conselho de Ministros (posto equivalente ao de primeiro ministro). Assim, “fue un colaborador de su gobierno y uno de los líderes del ala derecha de Perú Posible¹⁰¹” (ZAPATA, 2016, p. 181).

Kuczynski ocupou posições chave nos setores público e privado. Zapata (2016, p. 181) ressalta que, até onde se sabe, ele não atuou em ambas esferas ao mesmo tempo. No entanto, observa que suas medidas como ministro foram no sentido de liberar o mercado nos ramos em que operavam as empresas em que já havia atuado. Por essa razão, Kuczynski tem uma imagem de homem de negócios, uma vez que sua presença no público e no privado demonstram um profissional técnico de sucesso.

O início do rompimento de Kuczynski e Toledo, segundo Zapata (2016, p. 181-182), ocorreu ainda no durante o mandato deste, uma vez que Kuczynski ganhou uma grande visibilidade por ser considerado um “primeiro ministro forte”. Não obstante, a ruptura definitiva se deu após a candidatura do “ex-subordinado” para a presidência da república no ano de 2011. Na ocasião, Kuczynski ficou em terceiro, com 18,52% dos votos válidos, e Toledo em quarto, obtendo 15,64% da preferência do eleitorado.

¹⁰¹ Partido criado por Alejandro Toledo em 1999. No ano de 2016 perdeu o seu registro por não alcançar o mínimo da cláusula de desempenho eleitoral.

5.1.2 – Origens do Partido Peruanos por el Kambio

O Partido Peruanos por el Kambio começou a se delinear logo após as eleições gerais de 2011, ainda durante a campanha de segundo turno (protagonizada por Keiko Fujimori e Ollanta Humala), com a saída de Pedro Pablo Kuczynski da “Alianza por el Gran Cambio” – aliança política formada pelo “Partido Popular Cristiano”, “Partido Humanista Peruano”, “Partido Restauración Nacional” e “Alianza para el Progreso” pelo qual participou como candidato à presidência da república –, permitindo, dessa forma, que o seu (antigo) grupo decidisse o apoio em relação aos concorrentes do segundo turno, sem que sua imagem fosse vinculada a algum desses.

Valle-Riestra (2016, p. 87) destaca que Kuczynski participava de uma aliança política que tinha uma composição complexa, fracionada e heterogênea, e, após o sufrágio de 2011, percebeu que, pelo seu desempenho, poderia formar uma base mais “coesa”, que reunisse na estrutura elementos “más sencillos, ligeros y – sobre todo – más fáciles de manejar en la olla de su tienda de campaña”. Foi a partir de então que Kuczynski passou a se reunir com pessoas-chave para a sua proposta como “operadores, tecnocratas y gerentes: una nueva coalición de independientes” (VALLE-RIESTRA, 2016, p. 87), tendo divulgado, ainda no ano de 2011, a intenção da criação de um novo partido. Zapata (2016, p. 182) observa que “PPK encarna un grupo de la derecha que pocas veces ha atrevido a pensar por cuenta propia y que ha rumiado as consecuencias de no haberse lanzado”.

Após percorrer boa parte do Peru buscando apoio, tanto do eleitorado como de lideranças políticas locais, bem como as assinaturas necessárias para o registro do partido, Kuczynski conseguiu, em abril de 2014, a inscrição do “Peruanos Por el Kambio” (INFOGOB, 2017). Para o registro de um novo partido político no Peru, há a necessidade da coleta das assinaturas de, pelo menos, 4% do total do eleitorado das últimas eleições gerais¹⁰². Em relação ao apoio para a consolidação do PPK, Valle-Riestra (2016, p. 98-99) observa que Kuczynski teve que albergar antigas lideranças políticas que não se demonstram tão coerentes com o seu perfil.

No entanto, o “Estatuto Partidario” do “Peruanos Por el Kambio” não deixa dúvidas acerca da liderança de Kuczynski dentro do partido, bem como do caráter personalíssimo do seu principal líder (TUESTA, 2017, p. 15) com a própria instituição desta organização político-partidária:

¹⁰² Art. 5º, inciso “b” da Lei de Organizações Políticas (“Ley N° 28094”).

Artículo 22°.- La Presidencia Honoraria es única. Es un cargo paralelo e independiente de la Presidencia del Partido. Corresponde por derecho de fundación al señor Pedro Pablo Kuczynski Godard. Sus funciones son protocolares y de imagen partidaria. No hay impedimento para que el presidente honorario detente a su vez el cargo de Presidente del Partido.

5.2 – Análise de conteúdo dos planos de governo do PPK de 2011 e 2016

5.2.1 – Eleições presidenciais de 2011

As eleições gerais de 2011 do Peru ocorreram no dia 10 de abril do respectivo ano (primeiro turno). A convocatória ocorre a cada cinco anos, com o objetivo de eleger o presidente da República e os respectivos dois vice-presidentes; 130 congressistas; bem como cinco representantes do país para o Parlamento Andino.

No que diz respeito às eleições presidenciais, o Peru se organiza em distrito eleitoral único por meio do sistema eleitoral majoritário, com a previsão de segundo turno, na hipótese de que nenhum dos candidatos obtenha mais da metade dos votos válidos na primeira votação. O mandato é de cinco anos, sendo vedada, desde 05/11/2000, a reeleição imediata. Os requisitos constitucionais para concorrer ao cargo são: ser peruano nato, ter a idade mínima de 35 anos no momento do registro da candidatura e gozar de plenos direitos políticos (PERÚ, 1993).

5.2.1.1 – Contexto eleitoral em 2011

No sufrágio para presidente da república de 2011 concorreram 11 candidatos pelas suas respectivas organizações políticas.

O vencedor sucederia o aprista Alan García (2006-2011). No período do governo de García, o Peru – em relação à macroeconomia – registrou avanços consideráveis, como um crescimento destacado do PIB (média 7,0%/ano), taxa de inflação baixa (média de 2,82%), redução da dívida pública (em cerca de 30%), estabilização da dívida externa e aumento das reservas internacionais (ao redor de 250%) (BCRP, 2017). Ademais, García conseguiu superar os receios e incertezas de vários segmentos da sociedade, devido ao seu governo anterior (1985-1990), atraindo o apoio de antigos “inimigos”, como a mídia, o escritor Mario Vargas Llosa, os empresários locais e, inclusive, os “fujimoristas”. No entanto, não ficou isento das diversas acusações de corrupção (PUÉMAPE, 2016, p. 67-72).

Por outro lado, a postura de García no sentido de priorizar os investimentos públicos em detrimento dos privados, bem como pela existência de um crescimento econômico sem uma diminuição visível da desigualdade social e a permanência de muitos problemas sociais

(PUÉMAPE, 2016, p. 71), como a insegurança pública, além de rumores de corrupção no governo, geraram insatisfação de boa parte da população, especialmente a que tinha menos acesso aos recursos financeiros. Igualmente, a política de García trouxe o descontentamento dos grandes empresários nacionais e estrangeiros.

Nas primeiras pesquisas eleitorais realizadas em janeiro de 2011, o ex-presidente da república, Alejandro Toledo, ocupava o primeiro lugar nas intenções de votos, seguido, tecnicamente empatados, por Luis Castañeda Lossio (fundador do Partido Solidaridad Nacional) e Keiko Fujimori (Fuerza 2011). Em quarto lugar, figurava Ollanta Humala (Gana Perú), tendo Pedro Pablo Kuczynski (Alianza por el Gran Cambio) a quinta colocação.

Já em abril de 2011, às vésperas das eleições, os principais institutos de pesquisa apuraram Ollanta Humala em primeiro lugar nas intenções de votos, Keiko Fujimori, Alejandro Toledo e Kuczynski em segundo, tecnicamente empatados. Os resultados finais (tabela abaixo) colocaram Humala e Fujimori no segundo turno. Não obstante, o destaque do pleito foi para Kuczynski, que protagonizou um crescimento considerável durante a disputa eleitoral, terminando a corrida eleitoral em terceiro lugar.

TABELA 1
Elecciones Generales 2011 – Presidenciales – Resultados, según organización política

Organización Política	Votos	%Votos	
		Válidos	Emitidos
Gana Perú	4,643,064	31.70%	27.80%
Fuerza 2011	3,449,595	23.55%	20.66%
Alianza Por El Gran Cambio	2,711,450	18.51%	16.24%
Perú Posible	2,289,561	15.63%	13.71%
Alianza Solidaridad Nacional	1,440,143	9.83%	8.62%
Fonavistas Del Perú	37,011	0.25%	0.22%
Despertar Nacional	21,574	0.15%	0.13%
Partido Político Adelante	17,301	0.12%	0.10%
Fuerza Nacional	16,831	0.11%	0.10%
Justicia, Tecnología, Ecología	11,275	0.08%	0.07%
Partido Descentralista Fuerza Social	9,358	0.06%	0.06%
Total de votos válidos	14,647,163	100.00%	87.71%
Votos blancos	1,477,696		8.85%
Votos nulos	574,875		3.44%
Total de votos emitidos	16,699,734		100.00%

Fuente: Jurado Nacional de Elecciones (JNE)

Elaboración: Dirección de Registros, Estadística y Desarrollo Tecnológico del JNE

Humala, como representante da esquerda, e Keiko, da direita, protagonizaram um debate, no sentido de atrair os votos do “centro”, recebidos pelos seus adversários políticos no primeiro turno. Nesse sentido, a campanha do primeiro se baseou em convencer o eleitorado de que não seria um “Chávez peruano”, tentando, desse modo, aproximar-se da imagem do ex-presidente brasileiro, Lula. Ademais, por se defender das insinuações de que sua gestão não iria “arruinar” a economia do país, a qual estava em alta na última década. Por outro lado, Keiko trabalhou no sentido de se desvincular da imagem negativa do seu pai, especialmente sobre os quesitos de respeito aos direitos humanos, probidade e de gestão democrática.

Em relação aos apoios recebidos por cada candidato para o segundo turno, cabe destacar que a aliança de Kuczynski decidiu apoiar Keiko (TUESTA, 2017, p. 15), o que, mesmo assim, foi insuficiente para as pretensões fujimoristas.

O sufrágio, para o segundo turno, ocorreu no dia 05 de junho de 2011, e culminou na eleição de Ollanta Humala (Partido Nacionalista Peruano – PNP) para o cargo de presidente da república, com 51,45% dos votos válidos. Humala assumiu o mandato no dia 28 de julho do mesmo ano.

5.2.1.2 – Plano de governo de 2011

Nas eleições de 2011, a apresentação do plano de governo pelas organizações políticas que se inscreveram para participar do pleito presidencial era de caráter obrigatório. Assim, tratava-se de um documento imprescindível para a devida inscrição nas eleições. Tal imperativo adveio do JNE por meio da Resolución N° 5004-2010-JNE, de 23/10/2010. Esse dispositivo definiu o plano de governo como um “Documento elaborado y presentado por cada organización política, que proponga, de manera clara y precisa, en base a un diagnóstico y visión de desarrollo, los objetivos, lineamientos de política, acciones, estrategias y metas en el ámbito nacional”.

O plano de governo apresentado pela “Alianza por el Gran Cambio” para as eleições presidenciais do ano de 2011 é um documento sucinto, composto de apenas 38 páginas (incluindo capa e índice). Divide-se em sete tópicos gerais, os quais apresentam as visões e 11 metas da “Alianza” para o Peru, bem como firmava 25 compromissos no campo social, político e econômico. Finalmente, expôs, de uma forma superficial, algumas propostas e “diagnósticos” dentro de 12 temas (ou eixos de trabalho) para o respectivo mandato (2011-2016). O documento veio com o nome de Pedro Pablo Kuczynski e da supracitada aliança política destacados na capa. No cabeçalho de cada página está escrito o lema “UN PERÚ UNIDO, MODERNO Y SIN POBREZA”.

O plano de governo da “Alianza por el Gran Cambio”, de uma maneira geral, não cumpre claramente o dispositivo do JNE, uma vez que apresenta diversas propostas sem demonstrar as bases de tais diagnósticos e tampouco estratégias e metas definidas. No que diz respeito aos vários dados apresentados, o documento praticamente não cita as fontes de tais informações.

5.2.1.2.1 – Modelo econômico

O documento da aliança política de Kuczynski traz poucos elementos acerca do modelo econômico a ser seguido. Não obstante, em poucas palavras, traz como uma das linhas mestras do plano a promoção “de la económica social de mercado como modelo económico para el desarrollo del país”. Dessa forma, reafirma a Constituição Política peruana de 1993 – promulgada, portanto, logo após o autogolpe de Fujimori –, a qual prevê esse princípio expresso no Artigo “La iniciativa privada es libre. Se ejerce en una economía social de mercado. Bajo este régimen, el Estado orienta el desarrollo del país, y actúa principalmente en las áreas de promoción de empleo, salud, educación, seguridad, servicios públicos e infraestructura”.

Por se tratar de uma proposta de algo explícito na Constituição, aduz-se que, na visão daquela aliança política, não estão se cumprindo os princípios de uma economia social de mercado, isto é, em linhas gerais, aquela em que o mercado deve ser livre, e os frutos decorrentes dessa liberdade comercial devem ser revestidos nas questões sociais, com a devida orientação do Estado, de forma que seja propiciado um “equilíbrio” nos ideais de igualdade social e crescimento econômico.

A proposta não demonstra claramente estratégias e ações que seriam adotadas para que se possa alcançar os objetivos apresentados. Não obstante, um dos poucos pontos que é explicitado com maior clareza, para que haja um “aquecimento” da economia, é a redução do “Impuesto General a las Ventas – IGV”, de 19% para 15%, bem como do “Impuesto a la Renta – IR”. A medida, segundo o texto, diminuiria a evasão fiscal e geraria novos postos de trabalho, além de um aumento da arrecadação fiscal, excedente que seria colocado a serviço da “educación pública, la seguridad, la defensa y las infraestructuras básicas”.

Não há nenhuma menção aos vocábulos “capitalismo” e “neoliberalismo” dentro da proposta da “Alianza por el Gran Cambio”. No entanto, apesar da inexistência de uma citação nesse sentido, as propostas são claramente inseridas dentro desse contexto. Percebe-se que ainda há uma resistência de Kuczynski (e também da direita, de uma forma em geral) de fazer uma defesa expressa do sistema capitalista neoliberal, talvez pelo fato de que muitos dos

governos latino-americanos que implementaram medidas neoliberais tiveram uma forte rejeição popular ao final dos seus mandatos.

5.2.1.2.2 – Modelo de desenvolvimento

O plano de governo, em duas oportunidades, apresenta, como proposta, o estímulo “de la inversión privada como motor de la economía”. Logo, o modelo de desenvolvimento apresentado pela aliança liderada por Kuczynski é o investimento privado como gerador de empregos, e, a partir da criação de novos postos de trabalho, o acesso por parte da população pobre aos mesmos, saindo, assim, do “estado de pobreza”. Nesse sentido, o documento apresenta que “la población en condición de pobreza busca a integrarse al mercado, espera y necesita oportunidades para ser parte del gran cambio que el Perú necesita”.

A “Alianza por el Gran Cambio” traz como um dos principais enfoques da sua proposta o combate à pobreza¹⁰³. Na maior parte das vezes que a pobreza é citada, ela é vinculada à questão econômica, especialmente à macroeconômica. Tanto é que o primeiro tema abordado no documento é titulado como “Un Perú sin pobreza” (esta também é a primeira meta do programa). Nessa parte, é destacado que para que se possa obter um modelo econômico de sucesso – que possa culminar na diminuição do número de peruanos em situação de pobreza – há a necessidade, além do investimento privado, da estabilidade macroeconômica, incluindo taxas baixas de inflação.

Em relação ao crescimento econômico para diminuir a pobreza e coerentemente a uma economia social de mercado, o documento declara que “se requiere de un Estado que maximice su capacidad distributiva de modo tal que no existan grupos de ciudadanos y ciudadanas excluidos: El crecimiento económico sin una adecuada distribución del ingreso genera expectativas y frustración en la población”. No entanto, o documento praticamente não trata de estratégias e ações políticas para alcançar tal finalidade. Somente em dois outros tópicos, que são abordadas a questão da pobreza no campo (com algumas propostas) e a formalização do emprego (a partir da diminuição de impostos).

5.2.1.2.3 – Papel do Estado e sua relação com a economia

Em relação a este ponto, a “Alianza por el Gran Cambio” traz uma proposta, de certa forma, paradoxal, tendo em vista que num momento propõe o Estado como agente da distribuição dos recursos para a sociedade (especialmente para o combate à pobreza) e

¹⁰³ Igualmente constante no mote do plano de governo “UN PERÚ UNIDO, MODERNO Y SIN POBREZA”.

orientador para o desenvolvimento do país, mas em outro, de uma forma muito mais veemente, rechaça a intervenção estatal na economia: “lo que vimos aquí en el pasado – estatizaciones, precios controlados, subsidios, dirigismo estatal, cambios constantes de reglas, burocracia y corrupción – sólo conduce a la miséria”. Assim, propugna que “una economía abierta es más adaptable y eficiente que una economía que se cierra frente a la importación de productos y de ideas [...] [, así] necesitamos un estado flexible que se adapte a las circunstancias cambiantes de una economía en constante evolución”.

O texto deixa claro que, até mesmo a infraestrutura necessária para suprir serviços básicos (como, por exemplo, água potável, saneamento básico, energia elétrica), será a partir de investimentos públicos e privados. No que diz respeito à infraestrutura de transporte, o documento assume o papel do Estado para gerenciar tais obras, com o objetivo de atrair investimentos privados, bem como para integrar o país.

Logo, observa-se que a proposta de Estado da aliança de Kuczynski está mais próxima de um Estado mínimo – especialmente na economia –, mas que possa agir na questão social, sobretudo no que diz respeito ao combate à pobreza, bem como sendo provedor da infraestrutura necessária para a atração de investidores para o país.

5.2.1.2.4 – Visão sobre a corrupção

O plano de governo traz, no seu último tema, a questão da administração pública, dando um enfoque majoritário no combate à corrupção. É o tópico que mais demanda linhas no documento, em um total de seis páginas.

Chama a atenção que o grupo liderado por Kuczynski aborda a corrupção num viés estritamente ligado com a economia. No documento é detalhado que, nos últimos anos, foram tomadas ações de combate à corrupção que culminaram num maior crescimento econômico e numa maior proteção às crises econômicas mundiais. Portanto, não se focam os efeitos da corrupção levando em conta os seus efeitos negativos diretamente perante a população. Mas, sim, tão-somente, diante da economia, sobretudo do mercado. Implicitamente, e tendo em consideração o restante do documento, presume-se que a proposta parte do princípio de que, a partir da diminuição da corrupção, haverá um crescimento da economia, e, em consequência, chegarão os benefícios à população.

O documento deixa clara essa visão quando menciona que:

La corrupción atenta contra el funcionamiento del mercado, basado en la confianza y en el respeto a las reglas del juego. La corrupción favorece la deslegitimación de las instituciones, pues éstas ya no garantizan las reglas del juego. Con ello, el mercado desaparece en sus términos ideales, pues la competencia y la información perfecta dejan lugar al abuso de poder, al fraude y a la manipulación de las reglas del juego. En ese contexto, la inversión privada nacional e internacional se retrae y deja a los países estancados en su situación previa o la empeora.

Em outras palavras, o combate à corrupção traz, como objetivo principal, propiciar uma maior liberdade do mercado, visando a uma livre concorrência. Logo, a corrupção, para Kuczynski, é interpretada, basicamente, sob um viés economicista tecnocrata, pois não leva em consideração outros aspectos, como, por exemplo, de natureza social, política, ideológica e histórica.

Ademais, propõe uma reforma do Poder Judiciário, com o objetivo de construir uma instituição judicial mais eficaz nas demandas desta temática, bem como, mudanças na legislação penal e penitenciária, a fim de punir com mais severidade os corruptos.

5.2.1.2.5 – Descentralização

O documento traz, logo no seu início, uma proposta de promoção “de la descentralización como proceso permanente e indispensable para el desarrollo del país y sus distintas regiones”. Ademais, a descentralização é relacionada como uma das metas do programa.

O plano de governo critica as políticas de descentralização adotadas no país nos anos anteriores, classificando-as de erráticas e ineficazes, pois “no ha permitido alcanzar logros al respecto, y esto responde finalmente a la falta de decisión y voluntad política, que trae como consecuencia la ausencia de una estrategia integral de descentralización”. Logo, demonstra a existência de um crescimento diferenciado no território peruano, a exemplo do grande desenvolvimento ocorrido na costa em detrimento das regiões dos andes e amazônica. Além disso, atenta para uma distribuição de recursos financeiros desigual para os municípios do país.

Como proposta em relação a esta temática, a aliança política de Kuczynski focaliza tão-somente no espectro econômico-financeiro e de infraestrutura para cumprir tal objetivo. Desse modo, apresenta como solução a descentralização dos técnicos do “Ministerio de Economía y Finanzas – MEF” e do “Ministerio de Transportes y Comunicaciones – MCT” para que esses componham a gestão dos governos, das províncias e dos municípios, a fim de que cada ente político consiga “realizar un gasto eficiente”. Logo, o texto não aborda nenhuma outra ação que traga, de fato, uma descentralização dos governos, das províncias e dos municípios

peruanos, pois, apesar de criticar o modelo existente, somente propõe o envio de técnicos de duas áreas específicas para auxiliar na gestão de cada local.

5.2.1.2.6 – Segurança cidadã e nacional

No que diz respeito às propostas em relação à segurança nacional, o plano de governo se propõe como compromisso: “mejorar drásticamente la seguridad ciudadana: más policías, con mejor coordinación con las municipalidades. Mano dura con la delincuencia y el narcotráfico”. O assunto é uma das doze temáticas tratadas no documento.

A base da proposta desta temática se divide em três eixos de execução: reestruturação da polícia nacional, reforma legal (judicial, penal e penitenciária) e modernização das forças armadas. A questão das alterações nas leis segue um formato semelhante ao proposto para o combate à corrupção: endurecimento das leis penal e penitenciária e reestruturação no poder judiciário, incluindo uma maior fiscalização no judiciário nas suas atividades. No que concerne à polícia, a proposta gira no aumento do efetivo da corporação, um aumento nos horários da presença dos policiais nas ruas e delegacias, a utilização de “sirenadas” e na padronização de sistemas de monitoramento e comunicação. Já em relação às forças armadas, indica-se um aumento na destinação de recursos, na compra de novos equipamentos e na adoção de novas estratégias para proteger as fronteiras, especialmente do narcotráfico.

Observa-se que a proposta de segurança pública da “Alianza por el Gran Cambio” foca-se somente no enfrentamento da criminalidade por parte do Estado, levando em conta apenas aspectos técnicos e estatísticos, não abordando outros vieses, como, por exemplo, a conexão da criminalidade com a desigualdade social. O documento traz uma proposta em torno somente da consequência, sem mencionar sequer as causas dos altos índices de criminalidade. Desse modo, despreza o papel de toda a sociedade em torno da segurança pública, bem como diversos aspectos de ordem sociológica, ideológica, histórica, conjuntural etc. Assim, reafirma a exclusividade estatal na segurança pública, isto é, não abre mão da “mão forte” do Estado.

5.2.1.2.7 – Visão sobre valores/organização da sociedade

O plano de governo traz, logo no seu início na parte de princípios e valores, “el reconocimiento, protección y defensa: de la familia como institución básica y fundamental de la sociedad”. No entanto, em nenhuma outra parte do documento, é abordada a questão da família para que se possa realizar uma análise com mais elementos.

5.2.2 – Eleições presidenciais de 2016

As regras para as eleições gerais do ano de 2016, bem como os requisitos para os candidatos postularem ao cargo, continuaram os mesmos do sufrágio de 2011.

A votação ocorreu no dia 10 de abril de 2016, com o objetivo de eleger o presidente da República, os respectivos dois vice-presidentes, 130 congressistas e cinco membros para o Parlamento Andino.

5.2.2.1 – Contexto eleitoral em 2016

Para o sufrágio de 2016, foram aprovadas as inscrições de dezenove organizações políticas para concorrer ao cargo de presidente da República. Não obstante, durante a campanha eleitoral, sete candidatos retiraram suas candidaturas devido, especialmente, ao baixo desempenho nas pesquisas eleitorais (TUESTA, 2017, p. 17) – incluindo Daniel Urresti, que estava participando do pleito pelo “PNP”, agremiação do então presidente da República, Ollanta Humala. Ademais, nesse período, houve a exclusão de dois candidatos de grande expressão no cenário eleitoral peruano: César Acuña (“Alianza para el Progreso”) e Júlio Guzmán (“Todos por el Perú”); o primeiro por ter entregue benefícios financeiros, em duas ocasiões distintas, a eleitores; já o segundo foi excluído por ter infringido as normas de democracia interna do seu partido. A decisão definitiva do “Jurado Nacional Electoral – JNE”, em ambos os casos, ocorreu no dia 8 de março de 2016 (TUESTA, 2017, p. 14).

O ganhador da disputa eleitoral teria um cenário bastante diferente da sucessão de 2011, pois “tendría que enfrentar un escenario de desaceleración económica en contraste con los años de crecimiento anteriores. [Además,] problemas de narcotráfico e inseguridad ciudadana” (TUESTA, 2017, p. 9). Além disso, o futuro presidente encontraria uma delicada gestão nas questões sociais, uma vez que houve a criação de benefícios sociais durante o governo de Humala, mas a manutenção destes dependeria estritamente da existência de recursos financeiros compatíveis. Como tais projetos já estavam se tornando de execução inviável ainda no governo de Humala, a candidatura de um sucessor pelo seu partido restou fragilizada. Além disso, houve conflitos internos no PNP, que culminaram no cancelamento da campanha de Daniel Urresti (TUESTA, 2017, p. 17).

Não obstante, um dos fatores mais importante desta eleição foi a exclusão de César Acuña e Julio Guzmán do pleito. Tuesta (2017, p. 9-10) afirma que a vitória de Kuczynski não pode ser explicada sem a medida do JNE que inviabilizou a disputa dos referidos políticos. Entre o final de dezembro de 2015 e o início de 2016, as pesquisas de intenção de voto demonstravam uma queda de Kuczynski e uma subida de Acuña e Guzmán. Nas pesquisas

realizadas em fevereiro, os dois candidatos excluídos do pleito só se situavam atrás de Keiko Fujimori (a mais regular durante o primeiro turno) nas intenções de voto. E Guzmán era o único candidato nas simulações de segundo turno que, segundo os institutos, venceria Fujimori (TUESTA, 2017, p. 20).

Kuczynski, Verónica Mendonza (“Frente Amplio”) e Alfredo Barnechea (“Acción Popular”) foram os mais beneficiados com a saída dos dois candidatos. Com o novo panorama, Kuczynski se situou em segundo lugar nas pesquisas de intenção de votos, tendo Mendonza e Barnechea alternando-se em terceiro lugar. No último mês da disputa, a primeira se firmou na terceira colocação, com uma proximidade considerável de Kuczynski (TUESTA, 2017, p. 21). O apurado pelos institutos de pesquisa se confirmou nas urnas, conforme tabela abaixo. Assim, Keiko Fujimori (“Fuerza Popular”) recebeu a maior votação¹⁰⁴ – sem, no entanto, alcançar mais de 50% dos votos válidos –, seguida por Pedro Pablo Kuczynski (“Peruanos Por el Kambio”).

TABELA 2
Elecciones Generales 2016 – Presidenciales – Resultados, según organización política

Organización Política	Votos	%Votos	
		Válidos	Emitidos
Fuerza Popular	6,115,073	39,86%	32,64%
Peruanos Por el Kambio	3,228,661	21,05%	17,23%
Frente Amplio	2,874,940	18,74%	15,35%
Acción Popular	1,069,360	6,97%	5,71%
Alianza Popular	894,278	5,83%	4,77%
Democracia Directa	613,173	4,00%	3,27%
Frente Esperanza	203,103	1,32%	1,08%
Perú Posible	200,012	1,30%	1,07%
Progresando Perú	75,870	0,49%	0,40%
Partido Político Orden	11,275	0,43%	0,35%
Total de votos válidos	15,340,143	100.00%	81,88%
Votos blancos	2,225,449		11,88%
Votos nulos	1,168,538		6,24%
Total de votos emitidos	18,734,130		100.00%

Fonte: Jurado Nacional de Elecciones (JNE)

Elaboração: Dirección de Registros, Estadística y Desarrollo Tecnológico del JNE

¹⁰⁴ A grande quantidade de votos recebidos por Keiko Fujimori no primeiro turno também refletiu nos eleitos para o Congresso Peruano: o “Fuerza Popular” elegeu 73 congressistas; o “Frente Amplio”, de Verónica Mendoza, 20; o “Peruanos por el Kambio, 18; a “Alianza para el Progreso”, nove; a “Alianza Popular” (APRA e PPC), cinco; e o “Acción Popular” elegeu cinco congressistas.

Em relação ao primeiro turno, o cientista político peruano Tuesta (2017, p. 35) observa que “la campaña electoral mostró, salvo el caso de Mendonza, con diversos matices, la disputa de candidatos con un amplio campo de elementos comunes, sobre todo en el aspecto económico. Es decir, una concentración de candidatos del centro a la derecha”. Ou seja, dentre as propostas apresentadas nas eleições presidenciais prevaleceu às situadas à direita no espectro político-ideológico. Tanto é que os dois candidatos que foram para a disputa no segundo turno são identificados com a direita.

O segundo turno disputado por Keiko Fujimori (representante de uma direita popular) e Pedro Pablo Kuczynski (tido como de direita liberal) não foi marcado por debates técnicos e defesa de propostas, mas, sim, por uma divisão de eleitores entre os dois eixos representados por cada um dos concorrentes: fujimoristas e antifujimoristas (TUESTA, 2017, p. 35). Os candidatos que foram derrotados no primeiro turno tiveram duas posturas na campanha para a segunda votação: não apoiar nenhum dos dois ou apoiar Kuczynski. O apoio em relação ao PPK foi tão intenso, que albergou partidos que juntos tiveram mais de 30% dos votos válidos. Logo, Keiko não obteve o apoio explícito de nenhuma organização política.

O apoio¹⁰⁵ recebido por Kuczynski, somado ao antifujimorismo existente no Peru, demonstrou, nas primeiras pesquisas de intenção de voto do segundo turno, a sua preferência pelos eleitores em detrimento de Fujimori. No entanto, numa segunda etapa da campanha, Keiko, segundo os institutos de pesquisa, superou seu adversário político e se consolidou à frente na corrida presidencial. Ela conseguiu realizar uma campanha mais intensa (visitando mais lugares do que seu concorrente), bem como logrou êxito em obter apoio de diversos grupos sociais de grande relevância (mineiros, evangélicos etc.), além de personalidades destacadas do país (TUESTA, 2017, p. 22).

A vitória de Keiko já era dada como certa, até surgirem denúncias contra o secretário-geral do “Fuerza Popular” e principal financiador do partido, Joaquín Ramírez, quanto à sua participação com o narcotráfico. Fujimori não lidou bem com a situação. Em um primeiro momento negou o fato. No entanto, surgiram novas e fortes evidências em desfavor de Ramírez, bem como de um dos seus candidatos a vice-presidente, José Chimper, o que deixou Keiko numa situação delicada. Então, na última semana da campanha, Kuczynski aguçou um discurso antifujimorista, e ganhou o apoio dos indecisos.

¹⁰⁵ Apesar de ter recebido apoios importantes na primeira etapa da campanha de segundo turno, o principal veio na etapa final da campanha por meio da decisão de Verónica Mendoza (“Frente Amplio”) em atuar no direcionamento dos seus votos para o Kuczynski (TUESTA, 2017, p. 23).

No dia 05 de junho de 2016, ocorreu o sufrágio para o segundo turno presidencial. Pedro Pablo Kuczynski (“Peruanos Por el Kambio”) foi eleito para o cargo, com 50,12% dos votos válidos, na votação mais equilibrada da história.

Igualmente à eleição presidencial de 2011, houve a obrigatoriedade da apresentação do plano de governo por parte de cada organização política para validar a inscrição dos respectivos candidatos. A Resolución N° 0305-2015-JNE, de 21/10/2015, ratificou tal obrigação e o definiu como sendo um “documento elaborado y presentado por la organización política, en el que propone, en base a un diagnóstico y visión de desarrollo, los objetivos, lineamientos de política, acciones, estrategias y metas en el ámbito nacional”.

O plano de governo apresentado pelo “Peruanos Por el Kambio – PPK” para o sufrágio eleitoral de 2016, diferentemente do relativo à eleição de 2011, é um documento bastante técnico e detalhado, totalizando 280 páginas. É composto de três partes iniciais: prólogo, introdução e uma parte sobre o partido (PPK), bem como de quatro grandes eixos temáticos¹⁰⁶, os quais são divididos em temas mais específicos; num total de 28. Cada tema é abordado por uma estrutura semelhante. Apresenta-se uma análise da situação atual (¿Cómo estamos?); na sequência os objetivos e metas desejadas (¿Qué proponemos?); e, por fim, é detalhado as ações estratégicas necessárias para alcançar os objetivos e metas propostos (¿Cómo lo haremos?).

Por conseguinte, o plano de governo do PPK, contrariamente ao documento de 2011, de uma forma geral, cumpre claramente o dispositivo do JNE, tendo em vista que apresenta suas propostas demonstrando as bases de tais diagnósticos, objetivos e metas a cumprir e as estratégias de ação. Outrossim, trata-se de um trabalho extremamente tecnicista, o qual detalha precisamente muitos tópicos – alguns de uma forma até excessiva –, incluindo em todos uma vasta referência bibliográfica, a qual se destaca a prevalência de estudos de caráter quantitativo elaborados, na sua maior parte, por instituições nacionais (públicas e privadas), internacionais e transnacionais.

5.2.2.2.1 – Modelo econômico

O plano de governo não especifica exatamente o modelo econômico a ser adotado. Assim, não afirma categoricamente a manutenção ou construção de uma economia social de mercado, como previsto na Constituição Política do país, bem como na proposta de 2011.

¹⁰⁶ “Propuestas para un país con mayor bienestar social”, “Propuestas para un país más próspero”, “Propuestas para un país con mejor seguridad” e “Propuestas para un país gobernado con eficiencia, profesionalismo y transparencia”.

Não obstante, fica implícito que o plano do PPK preconiza a manutenção do atual modelo econômico do Peru, propondo determinados ajustes. O conjunto de mudanças apresentado é basicamente em relação à redução do Estado (tanto como quanto à diminuição da regulamentação na economia, como no afastamento estatal de alguns setores); à melhora nas condições para o aumento do setor privado na economia e à formalização de pequenas e médias empresas (especialmente com a diminuição de impostos); e quanto ao aumento e diversificação das exportações peruanas.

O documento reconhece a queda no crescimento econômico peruano, atribuindo tal decréscimo tanto a fatores externos (sobretudo a baixa no preço das commodities), como a internos (excesso de regulação na economia): “algunos factores internos han contribuido tanto o más a nuestra desaceleración económica. Entre los más influyentes tenemos la sobrerregulación”. Assim, a reativação econômica baseia-se em estímulos fiscais para gerar crédito para o setor privado; reforma tributária que diminua impostos (IGV e IR), a fim de aumentar o consumo e o investimento privado; retomar projetos de infraestrutura e de mineração.

Ademais, propõe-se a retomada de reformas estruturais, no sentido de aumentar a formalidade de pequenas e médias empresas, oferecendo-lhes benefícios regulatórios e fiscais; benefícios tributários às grandes empresas, de modo que sejam revestidos até 100% do valor a ser pago em impostos em novos investimentos; modernização do Estado, uma vez que “el Estado se ha convertido en un detractor del crecimiento económico”.

Tal como no documento de 2011, nenhuma vez é citada a palavra capitalismo ou neoliberalismo no decorrer das 280 páginas do plano de governo de 2016. No entanto, resta claro que as propostas de ajustes no modelo econômico pelo partido de Kuczynski levam em consideração a presença e manutenção de ambos. Observa-se, nesse sentido, uma certa resistência de Kuczynski em expressar e defender o sistema capitalista neoliberal de uma maneira expressa. É provável que tal postura vise demonstrar um distanciamento de governos que levaram a cabo as políticas neoliberais no país. Ou seja, mantêm-se as propostas no mesmo viés, sem, no entanto, reforçar qualquer expressão que possa trazer uma vinculação negativa a Kuczynski.

5.2.2.2.2 – Modelo de desenvolvimento

A amplitude do plano de governo exige que se faça uma síntese do que o PPK propõe como modelo de desenvolvimento. O documento, desde seu início, demonstra que a proposta parte, em primeiro lugar, da necessidade de se firmar um crescimento econômico, para depois

alcançar outras áreas: “el dinamismo de la economía será una prioridad fundamental para el gobierno de Peruanos Por el Cambio”. Ao longo do texto, esse modelo é reafirmado por diversas vezes. Logo, a partir do sucesso econômico é que se pode obter melhoras em outras áreas: “creemos que el Perú merece un futuro mucho mejor: no sólo crecimiento económico, pero junto con él oportunidades y una vida mejor para todos”.

Desse modo, o programa de governo se aproxima ao de 2011 – embora com o acréscimo de muito mais diagnósticos, propostas e estratégias de ação –, no que diz respeito à priorização do crescimento econômico, a fim de que outras áreas sejam beneficiadas com os seus frutos, sobretudo para a redução dos níveis de pobreza: “necesitamos restablecer el dinamismo de nuestra economía. Sin una economía próspera no se puede reducir la pobreza, flagelo que afecta aún hoy a casi la cuarta parte de nuestra población”.

O plano de governo de 2016, apesar de dar uma forte importância à população em situação de pobreza, não se atém somente a esse viés, dando também uma atenção destacada em outras áreas sociais, como educação, saúde, diminuição da desigualdade social, segurança pública etc., bem como no combate à corrupção.

5.2.2.2.3 – Papel do Estado e sua relação com a economia

O plano de governo é enfático em limitar a atuação do Estado diante do setor econômico, especialmente no que diz respeito à livre atuação do mercado. Assim, o papel estatal se resume na criação de condições institucionais para a liberdade do mercado, bem como físicas, para que se crie um cenário propício ao investimento privado. Desse modo, propõe-se a diminuição do controle público em setores cuja atuação executiva está a cargo da iniciativa privada, especialmente por meio “simplificación de trámites para todos los sectores afectados”, sob a justificativa que há uma grande regulação da administração pública sob essas áreas. Além disso, destacam-se a simplificação e diminuição de impostos (IGV e IR), bem como a possibilidade das grandes empresas reverterem impostos em investimentos realizados.

No que diz respeito ao papel estatal como provedor de condições físicas para estimular a economia, destaca-se a função do “apoyo gubernamental en inversiones básicas de infraestructura, tales como aeropuertos, puertos, proyectos de riesgo y carreteras”.

Sendo assim, infere-se que a relação entre Estado e economia, segundo a proposta do PPK, está mais próxima de um Estado mínimo, isto é, aquele que busca diminuir a intervenção estatal na economia do país. Sem embargo, cabe ao Estado atuar em outras áreas: “al Estado le corresponde asegurar una educación y un servicio de salud de calidad, seguridad y servicios

básicos eficientes, al alcance de todos. Es la responsabilidad del Estado promover bienestar y equidad social de una manera que sea viable en el largo plazo”.

5.2.2.2.4 – Visão sobre a corrupção

A luta contra a corrupção é um dos quatro grandes objetivos do plano de governo do PPK: “el Perú enfrenta la amenaza de la corrupción creciente en su administración pública y en la administración de justicia. Nuestro aparato gubernamental, demasiado complicado y poco efectivo, favorece la corrupción”. O documento não dá uma ênfase tão grande na ligação da corrupção com os prejuízos causados na economia e na liberdade do mercado, como no programa de 2011. Pelo contrário, apresenta um aspecto, em primeiro lugar, de um prejuízo social para a população, especialmente a mais pobre:

La corrupción es una lacra que además de socavar la reserva moral del país afecta más a los pobres porque desvía los fondos destinados al desarrollo, socava la capacidad de los gobiernos de ofrecer servicios básicos, alimenta la desigualdad y la injusticia, y desalienta la inversión. La corrupción es un obstáculo para el crecimiento económico y social, la seguridad y la justicia, y la erradicación de la pobreza.

Chama a atenção no documento o foco em relação aos corruptores. O texto apresenta, como proposta para o combate à corrupção, a adoção de medidas penais e administrativas tão-somente em torno dos agentes públicos e políticos. Em nenhum trecho menciona a influência e atos de representantes dos grandes poderes financeiros para corromper os agentes estatais, e, obviamente, tampouco qualquer medida como proposta para coibir (ou, pelo menos, desestimular) diretamente tais ações delituosas.

A base das propostas para o combate à corrupção gira em torno da melhor aplicação da lei penal e do seu endurecimento, visando o fim da impunidade; pela reforma e modernização do Estado, com o objetivo de aprimorar a administração pública e reduzir os atos de corrupção; a partir de uma reforma no Poder Judiciário e do Ministério Público, de modo que seja facilitado o afastamento de juízes e promotores suspeitos de corrupção; igualmente, há uma atenção especial no combate à corrupção dentro da polícia nacional.

5.2.2.2.5 – Descentralização

O programa de governo do PPK realiza críticas em torno do processo de descentralização sucedido no Peru. Assim, atribui problemas de infraestrutura, saúde, inclusão social, execução orçamentária, captação fiscal, turismo, dentre outros, no interior do país como advindos (ou agravados) por um processo de descentralização equivocado ocorrido durante outros governos. O partido de Kuczynski não é desfavorável a uma desconcentração do governo

nacional, pelo contrário, apesar de tecer ressalvas, realiza diversas propostas em torno do aprimoramento desse processo descentralizatório.

Diferentemente do plano de 2011, que focava somente nas questões relacionadas à economia e à infraestrutura, o documento de 2016 ressalta que um dos problemas que “impiden el desarrollo efectivo de los programas de inclusión social” é a desarticulação entre os ministérios (governo federal) e os governos regionais, uma vez que “esta desarticulación está vinculada a la falta de personal competente en las regiones, ya que la descentralización no ha venido acompañada de una adecuada transferencia de capacidad técnica”. Do mesmo modo, aborda a saúde pública, o turismo (por meio “de la construcción de un modelo de turismo de abajo hacia arriba”), e demais serviços públicos.

A principal proposta em torno desta temática é a criação e implementação do “Ministerio de Apoyo a las Regiones – MAR”, tendo como principal atribuição “reformar el Estado y consolidar el proceso de descentralización”, de modo a manter uma articulação das políticas entre as diversas esferas públicas, bem como fornecendo uma assessoria técnica aos governos dos entes políticos que necessitem. Ademais, destaca-se, também, a proposta de descentralização fiscal, a qual propõe: “implementar un modelo de descentralización fiscal, que sea equitativo, predecible y que permita la transferencia de recursos financieros suficientes a las regiones”.

5.2.2.2.6 – Segurança cidadã e nacional

A segurança pública é o primeiro dos quatro grandes objetivos do plano de governo do PPK e tem como desígnio: “mejorar sustancialmente la seguridad ciudadana desde los dramáticos niveles a los cuales ha llegado en los últimos años”. De uma maneira contrária à proposta de 2011, o documento objetiva alcançar tal meta por meio de uma política de segurança pública não somente reativa, senão também preventiva (inclusive com políticas para evitar reincidência criminal), abarcando, inclusive, a questão da inclusão social.

Desse modo, planeja implementar uma política de prevenção social da violência e do crime que facilite a oferta e o acesso a oportunidades educativa, esportiva, cultural e de capacitação laboral para os jovens. Além disso, apresenta propostas preventivas para evitar a violência nos lares (especialmente contra a mulher e contra as crianças) e nas escolas, bem como a presença policial nos bairros mais violentos – em um viés de polícia comunitária (polícia cidadã próxima de uma determinada população), com o objetivo de evitar a ocorrência de crimes e atos violentos.

No entanto, a visão do PPK sobre a segurança cidadã não é somente em torno do social. Na verdade, é elencado em primeiro lugar os prejuízos causados no sentido de afastar o investimento financeiro privado: “sin seguridad no hay inversión y no prospera el bienestar y la actividad económica y social”.

Ademais, como proposta, objetiva “refundar” a polícia nacional, melhorando a infraestrutura, remuneração e logística, reformular o sistema judiciário, bem como a legislação penal e penitenciária. Destaca-se a proposta de evitar a reincidência criminal, a qual prevê dotar o detendo de qualificação profissional, de formação educacional, de tratamento médico-psicológico (se necessário, e especialmente nos casos de dependentes químicos), além de assistência pós-penitenciária.

Em relação à segurança nacional, o documento propõe dotar as forças armadas peruana de melhores condições estruturais, a fim de que se possa cumprir suas funções institucionais, como a defesa das fronteiras, a segurança nacional, e, complementarmente, o combate ao terrorismo, ao narcotráfico, às atividades extrativas ilegais e ao crime organizado. Não obstante, chama a atenção que o plano coloca a questão social como um dos principais motivos para o investimento nas forças armadas, assim, é citada a questão da contribuição ao enfrentamento aos desastres naturais; meio de integração estatal com as populações mais afastadas; pesquisa oceânica; ações sociais de uma maneira em geral; e apoiar a construção de obras de infraestrutura, a partir do seu conhecimento em engenharia militar, a fim de atender inclusive as áreas mais afastadas do país.

5.2.2.2.7 – Visão sobre valores/organização da sociedade

O plano de governo desenvolve uma visão, tendo como base da sociedade, a livre iniciativa do indivíduo e o seu equilíbrio perante o Estado. Assim, descreve como orientador das suas políticas uma: “clara posición doctrinaria, ética y filosófica, respecto a los principios de libertad y equidad que deben guiar las relaciones entre el Estado y los ciudadanos”.

Desse modo, no bojo do plano de governo, é apresentada a liberdade do indivíduo em muitos aspectos, como, por exemplo, com proposta de aprovação de uma lei de união civil (casamento) entre casais do mesmo sexo, mas também com a intervenção do Estado para realizar políticas que garantam direitos para todos os cidadãos. Nesse sentido, são mencionadas políticas para garantir o acesso a serviços, a direitos e à igualdade perante a lei para a mulher, para os jovens, para as crianças, para os idosos, para os portadores de necessidades especiais, para as minorias étnicas (incluindo os afroperuanos), para os povos indígenas, para as populações rurais e para os grupos LGBTI.

Dessa forma, diferente do programa de 2011, o plano de governo de 2016 se baseia em uma perspectiva plural para a composição da sociedade. Ou seja, não evoca a família como a única base organizativa da sociedade, apesar de citá-la, por diversas vezes, e enfocá-la como estrutura base da população rural.

5.2.3 – Análise comparativa entre os planos de governo

A análise dos planos de governo de Kuczynski, relativos aos anos de 2011 e 2016, se pautou por categorias que pudessem demonstrar uma maior ou menor proximidade com a direita. O documento de 2011 é, relativamente, limitado no que diz respeito à amplitude dos temas abordados, bem como na própria quantidade de assuntos tratados, o que dificultou a seleção de outras categorias analíticas para serem comparadas com as correspondentes no programa de 2016. Por outro lado, o plano de governo de 2016 é um documento que possui muitos detalhes e uma gama de temáticas abordadas.

Assim, o quadro abaixo sintetiza a comparação entre os aludidos planos, a partir das categorias pré-definidas, com o intuito de averiguar se houve algum tipo de deslocamento ideológico entre as propostas de 2011 para as de 2016. No que diz respeito à coluna “mudança”, cabe destacar que a indicação “sim” é aplicada quando houve uma variação considerável no discurso da respectiva temática. Por outro lado, o “não” é utilizado nas hipóteses em que não houve mudanças, assim como, nas que as alterações foram consideradas irrelevantes, isto é, que não alteraram a ideia principal.

QUADRO 1
Comparação entre os programas de governos de Kuczynski de 2011 e 2016

CATEGORIA	2011	2016	MUDANÇA
Modelo econômico	Economia Social de Mercado e a partir da diminuição de impostos e da intervenção estatal	Manutenção do atual modelo, com ajustes, especialmente, a partir da diminuição do estado e impostos, e pela formalização de pequenas e médias empresas	NÃO
Modelo de desenvolvimento	Inversão privada como motor da economia, a fim de gerar, como consequência, benefícios à população por meio da capacidade distributiva do Estado	Crescimento econômico, a partir de uma liberdade do mercado, e com a ação do Estado para “distribuir” os frutos desses ingressos à população	NÃO

(continuação)

CATEGORIA	2011	2016	MUDANÇA
Estado e sua relação com a economia	Estado mínimo na economia	Estado mínimo na economia	NÃO
Visão sobre a corrupção	Corrupção relacionada estritamente como prejuízo à economia	Corrupção como prejuízo social e econômico	SIM
Descentralização	Descentralização sob os aspectos financeiros de infraestrutura, a partir do envio de técnicos dessas áreas para os demais Entes políticos	Descentralização em diversos aspectos (saúde, turismo, serviços públicos, tributário etc.), com a criação do “Ministério de Apoyo a las Regiones”	SIM
Segurança cidadã e nacional	Reativa: endurecimento das leis penais e penitenciárias e maior enfrentamento ao crime	Preventiva (acesso da população vulnerável a oportunidades educativas, esportiva, cultural e laboral, além de programas para evitar a reincidência penal) e reativa (endurecimento das leis penais e penitenciárias e maior enfrentamento ao crime)	SIM
Visão sobre valores/organização da sociedade	Conservador: família como base da sociedade	Liberal (progressista): a liberdade individual e o equilíbrio do indivíduo na relação com o Estado	SIM

Fonte: plan de gobierno de “Alianza por el Gran Cambio” de 2011 e plan de gobierno de “PPK” de 2016.
Elaboração: do autor, 2017.

Analisando o quadro acima, observa-se que, em relação às propostas com viés marcadamente econômico (“modelo econômico”, “modelo de desenvolvimento” e “relação entre Estado e economia”), não houve mudanças substanciais entre o plano de 2011 e o de 2016. Não obstante, as outras quatro categorias sofreram algum tipo de alteração considerável. Em três delas (“visão sobre a corrupção”, “descentralização” e “segurança cidadã e nacional”) percebe-se uma mudança de um foco estritamente econômico e reativo, para um acréscimo de políticas com fins sociais e cidadãs, de forma a buscar um equilíbrio entre economia e “social”. Na última categoria (“visão sobre valores/organização da sociedade”), observa-se uma guinada de uma visão conservadora para uma perspectiva liberal no que diz respeito à organização da sociedade.

Logo, conclui-se que as propostas de Kuczynski não sofreram uma alteração no discurso no que diz respeito às questões vinculadas, predominantemente, ao viés econômico. Isto é, manteve-se a mesma perspectiva capitalista liberal (e neoliberal) quanto ao protagonismo das empresas privadas no desenvolvimento nacional, na liberdade “total” do mercado (ou seja, sem a intervenção estatal), numa formatação de estado mínimo e na ação estatal mínima – na esfera econômica – no sentido de viabilizar a formalização de empresas, na diminuição de impostos e como gerador de infraestrutura para a atração de investimentos privados (nacionais e internacionais).

Por outro lado, observa-se uma mudança do discurso do restante das suas propostas analisadas. Desse modo, percebe-se um acréscimo de uma perspectiva social no seu plano de governo de 2016 – diferente do documento de 2011, que possuía um viés economicista na maior parte das propostas. Sem embargo, ressalte-se que as propostas em comento não são esvaziadas de uma perspectiva econômica. O que ocorreu foi uma ampliação do discurso, de modo que os mesmos abarcassem, em maior ou menor medida, um viés social.

No entanto, é importante destacar que, devido aos poucos elementos disponíveis no plano de governo de 2011 – conforme já explicitado –, bem como em virtude da inexistência de outros documentos públicos que pudessem ser utilizados em caráter comparativo, a análise empírica restou prejudicada. Por este motivo, não se pode afirmar que houve um deslocamento ideológico da direita peruana (representada por Kuczynski) em relação ao sufrágio de 2011 para o de 2016 – apesar de haver indícios nesse sentido –, ou seja, afirma-se tão-somente que houve uma ampliação do discurso.

Analisando o contexto político, cabe destacar que o vencedor do sufrágio de 2016 iria suceder um governo de esquerda – liderado por Ollanta Humala –, que, por mais que tenha sofrido dificuldades institucionais, políticas (BAZAN, 2016, p. 156-170) e econômicas, teve um relativo sucesso em institucionalizar e gerir políticas sociais de diversas naturezas. É possível que tal situação possa ter trazido o discurso de algumas propostas de Kuczynski em direção mais para o centro, ou seja, um uma mudança do discurso da direita em direção à esquerda.

Especificamente quanto à mudança de postura ocorrida em relação à “visão sobre valores/organização da sociedade”, é importante recordar que, em 2011, Kuczynski concorreu à presidência da república pela “Alianza por el Gran Cambio”, que era formada pelo “Partido Popular Cristiano” (centro-direita conservadora [ZAPATA, 2016]), “Restauración Nacional” (direita conservadora), cuja liderança estava a cargo de uma das maiores lideranças evangélicas do Peru, o pastor Humberto Lay Sun (VALLE-RIESTRA, 2016, p. 89), “Partido Humanista

Peruano” e “Alianza para el Progreso” (direita conservadora, mas liberal em temas econômicos [ZAPATA, p. 190]), de César Acuña. A composição de sua aliança política demonstra uma forte presença do conservadorismo. A trajetória política e laboral de Kuczynski não demonstra a presença predominante de um viés conservador, pelo contrário, sua biografia é baseada numa perspectiva liberal (ainda que tecnocrática). A partir desta análise, aduz-se que a mudança do discurso em relação a esta temática ocorreu, provavelmente, em virtude da candidatura de Kuczynski no ano de 2016 ter ocorrido por meio de um partido próprio, o PPK, e sem alianças com outras agremiações políticas. Assim, prevaleceu, na elaboração do respectivo programa de governo, a visão de Kuczynski (e de seu grupo) quanto a uma visão mais liberal acerca da organização da sociedade.

5.3 – Visão dos informantes sobre o cenário político-eleitoral

Foi realizado um trabalho de campo no período de 06 a 14 de agosto de 2017, na cidade de Lima/Peru, tendo como objetivos principais: o levantamento bibliográfico de obras específicas sobre a política peruana, levantamento documental junto ao partido “PPK”, bem como, a realização de entrevistas com atores do processo político peruano e especialistas.

Em relação às entrevistas, dentre as várias tentativas, houve um agendamento prévio com dois Congressistas do “PPK”, dois membros diretivos do respectivo partido e dois especialistas da política peruana. No entanto, devido a uma convocação de emergência do Presidente da República¹⁰⁷ aos membros do seu partido no Congresso, as entrevistas foram canceladas pelos respectivos assessores, tendo estes, em ambos os casos, cordialmente, disponibilizado outras datas para a realização das mesmas. Ocorre que as agendas dos dois parlamentares não coincidiram com o período em que o entrevistador se encontrava no Peru. Desse modo, um dos congressistas aceitou responder um questionário por correio eletrônico, ressaltando o direito de que seu nome não seja publicado em qualquer meio. Além disso, um dos especialistas também teve problemas com agenda, e não houve a possibilidade de entrevistá-lo. Finalmente, quanto aos membros diretivos do partido PPK, houve a entrevista de ambos, mas um deles não permitiu a divulgação do seu nome.

¹⁰⁷ Segundo os assessores dos respectivos Congressistas, a convocação da base do Governo pelo Presidente Kuczynski era para discutir os desdobramentos da greve geral dos professores peruanos, pois naquela data haveria uma negociação entre os representantes dos professores com o governo (executivo e legislativo). Essa greve iniciou-se em meados de junho e terminou, oficialmente, no início do mês de setembro/2017.

Por este motivo, e a fim de não comprometer nenhum dos informantes¹⁰⁸, serão utilizados apenas as seguintes designações: “congressista”, “membro do PPK 1” e “membro do PPK 2”. No caso do especialista, trata-se do Prof.º Dr. Fernando Tuesta Soldevilla, um dos mais reconhecidos cientistas políticos peruanos¹⁰⁹, tendo, inclusive, ocupado o posto máximo na “Oficina Nacional de Procesos Electorales (ONPE)” – órgão responsável pelo planejamento, organização e execução dos processos eleitorais no Peru –, nas primeiras eleições gerais pós saída de Alberto Fujimori.

5.3.1 – Sobre o partido “Peruanos Por el Kambio”

O primeiro destaque é em relação à visão dos informantes em relação ao direcionamento do “PPK” dentro do espectro político-ideológico. Tanto o “congressista” quanto o “membro do PPK 1” não identificam a respectiva agremiação política como de direita. Ambos descreveram o “PPK” como um “partido popular”. Todavia, o “membro do PPK 1” deixou claro que se trata de um partido de ideais liberais: “nosotros tenemos una misión democrática liberal. Nosotros creemos en las capacidades personales de cada uno de los individuos para desarrollarse”.

Por outro lado, o “membro do PPK 2” identificou o “PPK” como sendo de centro-direita, igualmente, com uma proposta liberal. Já o Prof.º Tuesta destacou que desde a década de 1980, e, especialmente, após o Fujimorismo, os partidos peruanos, de uma maneira em geral, perderam as raízes ideológicas e foram firmados a partir de bases personalistas. No entanto, ressalta que Kuczynski “claramente es un personaje de la vida política del Perú que proviene de las canteras de la derecha, digamos liberal, de la derecha tecnocrática”. Portanto, devido à “personificação” de Kuczynski à própria fundação das bases do partido, ele conclui que, dentro do espectro político-ideológico, trata-se, sim, de uma agremiação situada à direita. Porém, o Prof.º Tuesta alerta que a atual composição do “PPK” é heterogênea em relação às suas origens,

¹⁰⁸ Ademais, optou-se por não incluir a íntegra das entrevistas liberadas para gravação, uma vez que em vários trechos os informantes dizem informações pessoais, que, facilmente, seriam identificados. Outrossim, entende-se que a finalidade em que foi utilizada as entrevistas neste trabalho permite tal supressão.

¹⁰⁹ “Doctor en Ciencias Sociales de la Universidad Mayor de San Marcos. Magister y licenciado en sociología en la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP). Realizó estudios de doctorado en Ciencia Política en la Universidad de Heidelberg (Alemania). Se desempeña como profesor principal en la PUCP, en la especialidad desde Ciencia Política. Anteriormente enseñó en la Academia Diplomática del Perú, Universidad del Pacífico, Universidad de Lima y Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Fue Jefe de la Oficina Nacional de Procesos Electoral (ONPE), entre 2000 y 2004. Fue director del Instituto de Opinión Pública de la PUCP entre el 2005 y 2011. Ha realizado diversas investigaciones y publicaciones en temas de elecciones, partidos políticos y opinión pública”. Resumo do currículo disponível no site: <<http://www.pucp.edu.pe/profesor/fernando-tuesta-soldevilla/>>. Acessado em: 16 de novembro de 2017.

logo, engloba políticos de diversos partidos da direita peruana, incluindo “el sector más de derecha fujimorista”, liberais, tecnocratas e partidaristas que tampouco possuem formação.

Outra informação trazida pelo Prof.º Tuesta reforça uma constatação deste trabalho: a tendência histórica dos partidos políticos peruanos estarem à direita no espectro político-ideológico: “se hicieron encuestas y se le preguntaba a la gente de uno a diez dónde se ubicaban los distintos candidatos y dónde estaba Alan García, Toledo, Pedro Pablo Kuczynski, Keiko Fujimori, César Acuña, casi todos muy pegados al centro del centro a la derecha”. Assim, observa-se que os candidatos de maior relevância popular nas eleições presidenciais de 2016 – com a exceção de Verónica Mendoza – foram situados pelos eleitores do centro para a direita.

5.3.2 – Perspectiva sobre a relação entre Estado e mercado

Os informantes possuem a mesma opinião sobre a perspectiva do partido “PPK” da relação entre Estado e mercado. Embora o “congressista”, o “membro PPK 1” e o “membro PPK 2” discorram de uma maneira menos direta. O “congressista” respondeu que “el Estado tiene que crear las condiciones necesarias para que haya la inversión privada”. O “membro PPK 1” admite que o partido “tiene propuestas de más mercado, o sea, menos Estado y más mercado”, mas que a maior parte das propostas nesse sentido são para formalizar as empresas informais, logo, “al formalizarse todo este sector, al adecuarse para recibir a todo este sector, tenga más contribuyentes, más recaudación, por lo tanto, mejor presupuesto para atender las necesidades del país”. Em outro trecho, o mesmo informante destaca que: “la misión del estado es desarrollar la producción y una vez que desarrollemos, todo ese dinero que entra es dinero para desarrollar el país”.

Já o Prof.º Tuesta é mais enfático: “obviamente ha sido pro mercado en la medida en que no ha movido nada de lo que las grandes líneas maestras de los últimos 25 años se ha dado en el Perú”. O “especialista” está se referindo à implementação das medidas neoliberais pelo governo de Alberto Fujimori, que ainda estão em vigor.

5.3.3 – Visão sobre a economia e desenvolvimento

Os três entrevistados vinculados ao “PPK” compartilham da mesma visão sobre a economia e desenvolvimento. O discurso deles está em sintonia com as ideias apresentadas no Plano de Governo para as eleições de 2016. O “membro do PPK 1” menciona que os problemas sociais só podem ser resolvidos se tiver investimento privado: “o sea, sin inversión no se puede generar empleo de ninguna manera. Y nosotros no creemos, tampoco, en que el Estado tenga

que darles trabajo a todos, tiene que ser el sector privado, que genere empleo”. A lógica continua em outro trecho no mesmo sentido, assim, “crea trabajo y ahí desarrollamos, o sea, desaparecemos la pobreza. El secreto del desarrollo en país de inversión, no hay otra manera, sin inversión no hay desarrollo”. O “congressista” também deixa claro essa posição: “la inversión privada es bienvenida, pues sólo a partir de ella que un país puede desarrollarse. [...] Así, tendremos más empleos y más recaudación, y luego más políticas públicas”.

Dentro desta abordagem, e analisando o contexto eleitoral de 2016, o Prof.º Tuesta entende que a equipe econômica de Kuczynski poderia tranquilamente fazer parte de um eventual governo de Keiko Fujimori, uma vez que “no hay diferencias en el plan económico” dos dois “direitistas”. Dessa forma, ressalta a proximidade, no quesito econômico, dos dois candidatos mais votados nas eleições presidenciais de 2016. No mesmo sentido, o “membro PPK 2” ressalta que o partido Fuerza Popular, que possui a maioria no Congresso (72 de 130), faz uma oposição de discurso, mas na prática aprova as leis que Kuczynski apresentou junto ao legislativo, inclusive a possibilidade de emitir “decretos supremos”.

5.3.4 – Valores de organização da sociedade

O “congressista” foi enfático em dizer que “su partido trabaja en favor de la libertad. De la libertad básica del ciudadano. Las propuestas se basan en la capacidad del individuo para elegir libremente sus opciones”. O “membro PPK 1”, no mesmo sentido, deixa clara a visão do partido: “creemos en la democracia, creemos en el Estado y creemos en la libertad. [...] Nosotros tenemos una misión democrática liberal. Nosotros creemos en las capacidades personales de cada uno de los individuos para desarrollarse”. Outrossim, o “membro PPK 2” expôs que a visão do “PPK” é totalmente baseado na liberdade do cidadão. Assim, o Estado deve influir o menos possível no “livre-arbítrio” do indivíduo, somente nas hipóteses em que a intervenção do Estado é para impulsionar a liberdade deste. Este informante mencionou, como exemplo, o plano do “PPK” em ampliar as políticas para direitos iguais entre homens e mulheres. Tal temática não foi tratada objetivamente com o Prof.º Tuesta.

5.3.5 – Estado e programas sociais

Os informantes vinculados ao “PPK”, em linhas gerais, disseram que cabe ao Estado intervir diretamente na vida da população (isto é, por meio de transferência de renda) somente nos casos extremos, como na extrema pobreza ou em desastres naturais, a exemplo dos desastres ocorridos pelo fenômeno do *el niño*, citado pelo “membro PPK 2”. O “membro PPK 1” é

objetivo em dizer que: “hemos focalizado la extrema pobreza. El Ministerio de Inclusión Social tiene un área que se encarga de la focalización, o sea, tiene en todas sus estadísticas, los pobrísimos, los que están en extrema pobreza. Para esos sectores, se han creado programas sociales”.

Ademais, os entrevistados deram destaques a outros programas sociais. Nota-se que os programas citados possuem uma natureza meritocrática. Assim, um baixíssimo número de cidadãos tem acesso aos benefícios das políticas, cujo acesso se dá por uma “competição”. O “membro PPK 1” mencionou, por exemplo:

Hay un programa educativo que es muy importante, ese es el Beca 18. Igual, en esos sectores que están focalizados como extrema pobreza: a los alumnos que tienen mayor rendimiento, se les ha dado una beca. ¿Para qué? Para que estudien en los colegios de su elección. Ellos van y postulan a cualquier colegio, o buen colegio, postulan, ingresan y el Estado les paga.

[...]

Y el otro programa en educación es el Colegio de alto rendimiento, así se llama. Hay un concurso a nivel nacional... a nivel nacional hay un concurso donde todos los alumnos que estén con notas altas, con calificaciones altas, concursan para estudiar en el colegio de auto rendimiento.

Segundo o Prof.º Tuesta, “lo fuerte de la época de Ollanta Humala eran los programas sociales”, e observa que no governo Kuczynski “no se he avanzado mucho” nas políticas sociais. Por outro lado, reconhece que as circunstâncias econômicas (baixa no crescimento econômico do Peru) e políticas (ausência de uma maioria no Congresso) atrapalham ações mais efetivas de Kuczynski nesse sentido.

O Prof.º Tuesta ressalta que, em anos anteriores, os conflitos sociais não eram tão intensos, mas, especialmente, após os últimos dez anos de crescimento econômico, “los conflictos sociales se incrementaron. Mayor crecimiento, mayor conflicto social, porque la gente sabe que hay para distribuir”.

5.3.6 – Corrupção

No planejamento das entrevistas não havia nenhuma pergunta sobre corrupção. Todavia, todos os quatro informantes, em algum momento, citaram e discorreram sobre fatos envolvendo alguma prática delitiva nesse sentido. Todos os entrevistados mencionaram sobre a operação “lava jato” e a empresa Odebrecht.

O Prof.º Tuesta foi bem enfático ao dizer que a corrupção está atrapalhando o governo de Kuczynski, pois muitos dos grandes projetos de infraestrutura e de mineração que estavam em andamento (ou, ainda, que se iniciariam) foram paralisados por conta das investigações. O especialista fez uma reflexão sobre a situação peruana: “somos el único país que tiene dos ex

presidentes presos ahora. Alberto Fujimori y Ollanta Humala y ahora Alberto Toledo está con orden de captura ¡podrían ser 3!”. Menciona ainda que “eso que acá se critica mucho que hay un trato diferenciado con Alan García y Keiko Fujimori, que hoy día ha salido en varios diarios. La plata brasileña que ha aparecido desde Curitiba nuevamente el nombre de Keiko Fujimori, ¿no?”. Desse modo, conclui que a corrupção no Peru é algo institucional, uma vez que, além de Alberto Fujimori, condenado inclusive por corrupção, os três presidentes que o sucederam também são investigados pelo mesmo delito. O professor deixa claro que, até o presente momento, não houve nada de substancial em desfavor de Kuczynski.

O “membro do PPK 1”, no mesmo sentido, citou que “toda la corrupción que ha habido. Hay muchísimas obras importantes que se han paralizado por la corrupción”. No entanto, este informante ressalta que toda a corrupção que hoje paralisa o país é oriunda do governo de Ollanta Humala. O “congressista” mencionou “la corrupción retrasó diversos programas que serían implantados al inicio del gobierno”.

5.3.7 – Diferenças entre os planos de governo de 2011 e 2016

Dentre os entrevistados, somente dois trataram do assunto, o “membro PPK 1”, que, segundo ele próprio, participou ativamente (em posição-chave) nas campanhas para presidente de 2011 e 2016, e o Prof.º Tuesta. Tanto o “congressista” como o “membro do PPK 2” não responderam a esta pergunta, pois disseram que não atuaram na primeira tentativa de eleição de Kuczynski.

O “membro PPK 1” entende que não houve mudanças nas principais propostas de Kuczynski entre os dois pleitos: “no nos hemos equivocado, hemos continuado con la línea de propuestas”. Por outro lado, o Prof.º Tuesta observa que o plano de 2011 era mais eclético, uma vez que albergava ideias das várias forças políticas que se uniram, por meio da “Alianza por el Gran Cambio”, para lançar a candidatura de Kuczynski para a presidência da república. Já o programa de governo de 2016 tinha mais as características de Kuczynski. Todavia, o Prof.º percebe que ambos os programas de governo têm “una propuesta claramente liberal”.

Considerações finais

Desde as experiências democráticas em Atenas e no império romano, a democracia mudou consideravelmente, de modo que o seu exercício, cada vez mais, se afasta das suas origens sem, no entanto, perder um dos seus principais ideais: a liberdade. Assim, por mais que hajam diferentes tipos de democracia no mundo, a liberdade continua sendo a referência para a organização de uma sociedade sob o viés democrático. A partir da liberdade do indivíduo é que se configura – no ideal democrático – o governo da maioria; outra característica inerente à democracia.

O ideal democrático trouxe muitas contribuições teóricas para o mundo acadêmico, mas, principalmente, embasou muitas lutas políticas: algumas de grande relevância e que ganharam maior atenção na história – como as Revoluções Francesa e Americana –, e outras várias que sucederam em salões, nas ruas, cafés, bares, escritórios, residências, assembleias, parlamentos etc., que, mesmo não tendo tanta repercussão histórica, motivaram a *práxis* política; seja na mobilização, como no voto, na postulação de candidatos, na apresentação de propostas, no convencimento de outros cidadãos etc.

No entanto, o estudo da democracia, que, por muitos séculos, teve na filosofia a principal base da teoria e da ação política, perdeu espaço, de modo que a abordagem empírica ganhou relevância na ciência política. A abordagem parte de uma concepção filosófica (normativa) para uma concepção empírica (ou procedimental). Essa guinada ganha força a partir da década de 1940, especialmente, após os aportes do austríaco Joseph Schumpeter. Dessa forma, os autores contemporâneos, considerados de grande relevância, a exemplo de Robert Dahl, Giovanni Sartori, Anthony Downs e Norberto Bobbio, seguiram, em maior ou menor medida, essa concepção.

Observa-se, neste contexto, a preponderância da democracia liberal como padrão aceito e difundido (e, até mesmo, hegemônico), no mundo, pelos países ocidentais, sobretudo por Estados Unidos e os da Europa Ocidental.

As bases da democracia liberal foram constituídas a partir do século XVIII, especialmente, após as grandes revoluções. Dentre os vários autores que contribuíram nesse sentido, Rousseau se destaca pela defesa do seu “ideal democrático” com o objetivo de propiciar a liberdade e a igualdade. Assim, de acordo com a sua concepção, ao indivíduo são garantidas

uma liberdade civil, uma igualdade moral e a garantia a propriedade que possua. A harmonia e o consenso geral (o “bem comum”), necessários para a sustentação da democracia, surge a partir da discordância entre os indivíduos, prevalecendo os pontos em comum para a manutenção do Estado e da própria sociedade “pactuada”. No entanto, o ideal rousseauiano é baseado numa sociedade homogênea, de baixas clivagens sociais e com um pouco número indivíduos (uma vez que descarta a possibilidade de representação legislativa).

Numa perspectiva contrária, o estadunidense Madison, já vislumbrando um modelo compatível com um grande contingente populacional, defende uma democracia baseada na representação. A representação foi o meio encontrado por Madison para minimizar a possibilidade de conflitos; entendido como algo negativo e temeroso. No seu aporte em “Os federalistas” é explícita a preocupação em relação à proteção do direito à propriedade privada, tanto é que vincula a existência da diversidade dos interesses dos homens à própria origem da propriedade. Logo, a dissensão é atenuada no próprio exercício da democracia. Além disso, o modelo madisoniano baseia-se na proteção das liberdades individuais e da propriedade privada. Assim, os dois pontos principais do sistema proposto por Madison – direito à propriedade e ao sistema de representação legislativa – são os que devem ter a proteção do governo, de modo que qualquer contestação a esse respeito – mesmo que conte com o respaldo da maioria – deve ser rechaçada.

Igualmente, o pensamento liberal de John Stuart Mill não restringia uma participação popular na arena democrática, mas, por outro lado, se demonstrou mais amplo na sua aceitação a oposição. Mill defendia os pontos positivos do dissenso e da pluralidade dos pontos de vista, portanto, via, no livre pensamento e nos frutos das discussões como o único modo de alcançar o progresso. No entanto, a liberdade à oposição não era absoluta, pois deveria haver o respeito prévio aos postulados liberais, ou seja, a contestação não poderia atingir determinadas liberdades individuais, como o direito à propriedade privada.

Nestes breves resumos, observa-se que o modelo democrático, pensado e colocado em prática desde a sua origem, já preconizava limites à contestação. Os autores pensaram e teorizaram bastante sobre a participação cidadã. Não há dúvidas que as experiências democráticas de Atenas e do Império Romano inspiraram, em maior ou menor medida, tal percepção sobre a ampliação à participação. Por outro lado, a contestação teve, explicitamente, nos escritos dos citados autores, restrições impostas dentro do “ideal democrático”, mesmo em situações que tais demandas tivessem, em tese, o aval da maioria.

Portanto, as origens da democracia moderna remontam um sistema idealizado para que houvesse uma participação ampla da sociedade, sem, no entanto, permitir a possibilidade plena

de contestação. Ou seja, teorizou-se em favor de um sistema democrático que protegesse algumas prerrogativas (*status quo*) de determinados grupos minoritários dominantes que já gozavam de privilégios, mas que, ao mesmo tempo, incluísse a maior parte da população, sob os ideais – ainda que limitados – de “liberdade” e de “governo da maioria”.

Não obstante, com a guinada do foco do estudo da democracia – da perspectiva filosófica para empírica –, autores como Bobbio e Dahl desenvolveram seus conceitos e métodos partindo da premissa (e defendendo-a) de que a democracia é um regime que comporta qualquer tipo de conteúdo (ou ideologia) dentro do espectro político, desde que os agentes em competição respeitem as regras democráticas (ou do jogo), e não previamente a valores correlatos. Desse modo, qualquer tipo de proposta político-ideológica estaria apta, *a priori*, a participar e concorrer, em total igualdade com as demais, em um pleito eleitoral, isto é, há a plena possibilidade de contestação/oposição.

No entanto, tais autores minimizam (ou mesmo desprezam) a importância da ideologia, e, sobretudo, da dinâmica da hegemonia – sob a perspectiva de Gramsci –, no processo de concorrência dentro da democracia liberal.

Rousseau e Madison, dentro das correspondentes perspectivas, já observavam, respectivamente, que a instituição da propriedade privada e a diferenciação na sua distribuição (ou a própria ausência para parte da sociedade) geram problemas sociais, e, até mesmo, influem na opinião e sentimento do próprio homem. Ou seja, o pensamento do homem varia de acordo com a extensão das suas posses. Na época em que ambos teóricos formularam seus aportes, a propriedade de terras era o capital de maior valor econômico e simbólico na sociedade.

Os principais teóricos das duas grandes vertentes dos estudos das ideologias, Marx e Mannheim, já entendiam que a ideologia está intrinsecamente ligada à realidade material do indivíduo ou do grupo do qual faz parte; apesar de que o segundo não se limitava somente a esse fator, incluindo as “origens sociais”, de uma forma ampla, no seu conceito de ideologia. Desse modo, ambos reconhecem a existência de um pluralismo de posições e concepções de mundo, isto é, uma sociedade heterogênea, fragmentada, composta por diversas clivagens sociais, ou seja, constituída a partir de várias visões de mundo.

Então, uma sociedade plural – cujo reconhecimento é atestado expressamente por Dahl e Bobbio – é, naturalmente, um espaço de desigualdades, dissensões e conflitos, e, portanto, se torna um lugar onde há a coexistência de diferentes ideologias. Assim, por mais que não haja a menção expressa de “ideologia” nos seus escritos, Madison, entendendo perfeitamente as consequências de uma sociedade plural, teoriza um modelo de democracia, baseado nos ideais liberais, que visa minimizar ao máximo as respectivas consequências dessa heterogeneidade,

isto é, os conflitos e dissensões. Desse modo, a instituição da democracia liberal foi resultado da própria defesa da consolidação da ideologia liberal.

Por outro lado, a consolidação da democracia liberal, como valor universal, foi permitida a partir do momento em que os seus valores se tornaram praticamente inquestionáveis e mecanismos para a defesa e manutenção da democracia liberal são criados, ou seja, as “regras do jogo” permitem a sua continuidade (e supremacia) na medida em que atenua alguns conflitos decorrentes das sociedades plurais, leia-se, desiguais.

Mas tal percepção ainda não é suficiente para compreender mais profundamente essa dinâmica. Nesse sentido, as ferramentas analíticas desenvolvidas por Gramsci permitem uma compreensão mais apurada de como a democracia liberal alcançou um *status* de valor universal, aceito e defendido – com um aspecto de naturalidade – pela maior parte da população.

Na perspectiva de Gramsci, a instituição da democracia liberal é fruto de uma ideologia. Logo, a democracia liberal retrata uma concepção de mundo – ou seja, os próprios ideais liberais em favor do *status quo* dos grupos dominantes – associada a uma norma de conduta correspondente a essa concepção – isto é, o próprio método democrático; as “regras do jogo” –, sendo, desse modo, aceita e defendida por determinados indivíduos e grupos, mesmo que, em muitas das situações, possa estar em contradição com a posição destes dentro da sociedade.

Gramsci admite a coexistência de diversas ideologias, e observa um traço marcante nelas: a possibilidade de interação. Ou seja, uma característica de determinada ideologia pode ser verificada em outra, e vice-versa. O autor italiano situa as ideologias – tanto em relação à origem, quanto à própria dinâmica – dentro da sociedade civil, bem como entende que a sociedade política se encontra organicamente ligada a esta, podendo coadunar ou não com determinada(s) ideologia(s) vigente(s) na primeira. A ligação de ambas, para Gramsci, é a própria configuração do Estado, o qual integra a superestrutura.

A sociedade civil abarca, especialmente, a organização da vida social. Então, é naturalmente o palco onde ocorrem as contradições e as lutas de classe; é a arena da vida privada; a esfera “não-estatal”; é o lugar onde ocorre o consentimento; por fim, é onde ocorre a difusão das ideologias. Já a sociedade política é a esfera das instituições políticas; do controle da força e da lei; é o âmbito governamental. Como já dito, ambas estão ligadas organicamente, ou seja, Gramsci as separa somente de uma maneira metodológica.

Gramsci dá uma importância maior à sociedade civil, uma vez que esta alberga a própria cultura (em sentido amplo), bem como a esfera econômica. Ademais, considerando o aporte de Althusser, conta com organizações responsáveis pela elaboração/difusão das

ideologias, como, o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação etc. que materializam o seu domínio espiritual, que inclui valores, costumes, hábitos discursivos e práticas rituais. Portanto, a ideologia hegemônica na sociedade civil influi diretamente na sociedade política, ou seja, na estrutura governamental. Já a recíproca não é verdadeira, pois mesmo que uma classe tome o Estado (em sentido institucional) e tenha acesso ao poder coercitivo (força e lei), não terá, necessariamente, o domínio sobre a concepção de mundo do sujeito, e, assim, não alcançará o “consenso”.

Logo, o sistema político, os valores democráticos liberais e as “regras do jogo” foram originadas e difundidas, no seio da sociedade civil, por meio da ideologia liberal – especialmente sob a liderança da classe burguesa –, de modo que tais percepções foram recebidas e absorvidas pelos indivíduos das diversas classes, até conseguir, igualmente, o domínio, por meio do “consenso”, junto à sociedade política. É, desse modo, que a democracia liberal (entendida tanto como o conjunto de valores e regras) se torna hegemônica na sociedade ocidental.

Considerando a dinâmica da hegemonia – como, em síntese, a capacidade do poder dominante em exercer o domínio mediante o consentimento de outras classes (dominadas), impondo-lhes determinada(s) ideologia(s), de modo que estas vivenciem uma concepção de mundo que não corresponde aos seus interesses e função histórica, tendo como resultado o estabelecimento da “visão de mundo” do(s) grupo(s) dominante(s) como sendo de interesse geral da sociedade (o que inclui a própria consolidação do “consenso”), bem como a geração de um estado de passividade e submissão das classes “dominadas” no âmbito moral, político e intelectual da vida social –, observa-se como a democracia liberal se consolidou no mundo ocidental de forma a servir de meio para a manutenção da(s) ideologia(s) do grupo dominante, e, obviamente, do próprio poder destes.

Portanto, a própria dinâmica democrática liberal é favorável à defesa da(s) ideologia(s) hegemônica(s). Qualquer proposta político-ideológica que atente contra o próprio sistema democrático liberal, bem como quanto à(s) ideologia(s) dominante(s), terá uma restrição – que a fará desaparecer do horizonte de possibilidades ideológicas – pela própria dinâmica da hegemonia. Em outras palavras, as propostas políticas apresentadas pelos candidatos num contexto de sufrágio eleitoral estão sujeitas à dinâmica da hegemonia vigente, necessitando, nas hipóteses de maior afastamento do centro da(s) ideologia(s) hegemônica(s), de uma reformulação dos respectivos conteúdos programáticos, isto é, uma aproximação desta(s), para lograr êxito nas urnas.

Assim, levando em consideração a influência da hegemonia, no seu sentido gramsciano, e ao contrário do que consideram Dahl e Bobbio, a democracia liberal não está totalmente apta a aceitar qualquer tipo de proposta numa disputa eleitoral, especialmente as que atinjam à(s) ideologia(s) dominante(s), mesmo que, em tese, respeite as “regras do jogo”. Ou seja, trata-se de um sistema de acesso ao poder cujo afastamento do centro da(s) ideologia(s) hegemônica(s) diminui as chances de êxito da respectiva proposta num sufrágio eleitoral. Assim, quanto mais os conteúdos se distanciam do centro do espectro político-ideológico hegemônico, menores serão suas probabilidades de terem uma adesão do eleitorado; dado o caráter homogeneizante da(s) ideologia(s) hegemônica(s).

Portanto, o sistema democrático liberal não traz, no seu cerne, a plena possibilidade de oposição/contestação, mesmo que sejam observadas determinadas condições institucionais (ou “regras do jogo”), como propugna os referidos autores.

A limitação de conteúdo ideológicos, dentro da democracia liberal latino-americana, não é novidade, sendo observável nas esquerdas democráticas da América Latina (NEGRI, 2009). No que concerne à direita, a história latino-americana demonstra que, desde o momento em que se iniciaram os primeiros governos representativos (por meio do voto popular, ainda que, inicialmente, restrito) pós independências, os grupos políticos que a representavam sempre participaram dos processos eletivos no continente, tendo, de uma forma em geral, mantido a supremacia eleitoral.

Observa-se, ainda, que, por mais que tenham sucedido alterações em diversas regras da democracia latino-americana durante esse período, historicamente, não houve, por parte da direita, questionamentos quanto à dinâmica e à vigência da democracia liberal – e, obviamente, ação prática nesse sentido. Ou seja, mudaram-se determinados dispositivos e regras ao longo do tempo, sem, contudo, atingirem valores e regras centrais da democracia liberal. Pelo contrário, até mesmo na maior parte dos momentos em que houve uma ruptura democrática na América Latina – tendo a direita dirigido golpes de Estado, apoiado regimes ditatoriais, ou integrado respectivos governos ilegítimos –, os valores liberais burgueses permaneceram enaltecidos.

No entanto, a hegemonia, assim como as ideologias, não é estanque, e, sim, está em constantes transformações. Gramsci afirma que essa característica da hegemonia decorre da própria dialética histórica e observa que o grupo dominante, para se sustentar futuramente, faz concessões de ordem econômico-corporativa e ético-política, sem, contudo, afetar os pontos centrais decisivos da atividade econômica (2002, p. 48). Isso demonstra que, mesmo que a

hegemonia atue nos campos intelectual, moral e econômico, este último tem um peso maior na consolidação e manutenção da hegemonia:

[...] o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem (GRAMSCI, 2002, p. 42).

Tendo esse suporte de Gramsci, compreende-se, com melhor clareza, o fato de que, nas últimas duas décadas, a esquerda¹¹⁰ assumiu diversos governos nos Estados latino-americanos, sob a hegemonia liberal, ou seja, houve a assunção do poder político pelos partidos e líderes de esquerda, sem que houvesse uma substituição da(s) ideologia(s) dominante(s), senão, apenas, determinadas concessões em diversos sentidos, exceto, claramente, na manutenção das políticas econômicas neoliberais implantadas na América Latina no início da década de 1990. Desse modo, o discurso de parte a esquerda latino-americana foi “suavizado”, especialmente, no que diz respeito às propostas econômicas (NEGRI, 2009), para que pudessem conquistar o poder por meio da democracia.

A assunção de governos de esquerda na América Latina demonstrou mais uma transformação (ou “concessão”) da hegemonia vigente, de modo que, de uma maneira em geral, as políticas de cunho social – típicas da ideologia política socialista – se tornaram parte central do contexto político, isto é, se aproximaram do centro da(s) ideologia(s) hegemônica(s). No entanto, não se pode afirmar que tal perspectiva foi incorporada, de fato, à hegemonia, de modo que já integre o seu núcleo central. Portanto, a afirmação é de que fragmentos do socialismo (como ideologia política) foram, ao menos, admitidos (por meio da interação de ideologias e/ou da concessão do grupo dirigente) pelo(s) grupo(s) dominante(s).

O fato de a esquerda latino-americana ter trazido algo novo para o cenário político e para grande parte da sociedade da *nuestra américa* impactou na atual formatação da hegemonia – a qual possui um caráter dinâmico –, e, em consequência, na visão de mundo do eleitorado, o qual, sujeito à(s) ideologia(s) dominante(s), se inclina a aderir a propostas políticas que estejam alinhadas com a própria hegemonia, como, por exemplo, a políticas de cunho social; viés, atualmente, integrante da hegemonia vigente na maior parte da América Latina.

Especificamente, em relação ao caso peruano, este trabalho apurou uma mudança do discurso da direita peruana (na figura de Kuczynski) entre as propostas apresentadas para as eleições de 2011 e 2016. Cabe lembrar que, na sua primeira participação, Kuczynski ficou em terceiro lugar, e o representante da esquerda à época, Ollanta Humala, foi eleito presidente da

¹¹⁰ Ainda que numa análise mais apurada observa-se uma diversidade entre as propostas e governos eleitos.

República. Já em 2016, Kuczynski foi o vencedor do sufrágio, após uma disputa acirrada no segundo turno com a também representante de direita, Keiko Fujimori.

Das sete categorias analíticas analisadas em caráter comparativo, três delas mantiveram o mesmo sentido das propostas em relação a cada plano de governo, e nas restantes houve uma mudança do discurso. Nas três categorias relacionadas à questão econômica¹¹¹, prevaleceu a manutenção das propostas apresentadas no primeiro pleito no segundo. Desse modo, Kuczynski continuou com as mesmas ideias em relação ao modelo econômico e desenvolvimento do país, bem como à sua visão quanto à relação entre o Estado e a economia.

Observa-se que a base das propostas econômicas analisadas de Kuczynski, na verdade, pouco difere das políticas neoliberais implementadas durante a década de 1990. Nesse sentido, é importante frisar que o direcionamento econômico do país ainda continua sendo balizado pelas medidas neoliberais implementadas por Alberto Fujimori (1990-2000). Portanto, as propostas apresentadas por Kuczynski, nos dois planos de governo (2011 e 2016), estão de acordo com os dispositivos constantes na Constituição Política do Peru de 1993, elaborada após o autogolpe promovido por Fujimori. Por mais que tenha sido uma Carta Magna rechaçada pela maior parte dos partidos tradicionais peruanos e aprovada num contexto de ditadura, a mesma carta continua vigente, já tendo passado por quatro governos eleitos sucessivamente, sem ter, sequer, uma palavra alterada nas partes que tratam da economia.

Gramsci prevê a interação entre ideologias, bem como a “concessão” dos grupos hegemônicos para que determinados “interesses” dos grupos sob os quais a hegemonia será exercida sejam incorporados à ordem vigente, a fim de que se mantenha um relativo “equilíbrio”. No entanto, ressalta que “tais sacrifícios [...] não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2002, p. 48). Ou seja, a hegemonia é dinâmica, e, desse modo, permite, a partir dos seus grupos dirigentes, que sejam incorporadas novas pautas ao *status* hegemônico, ainda que estas sejam originárias de outras ideologias não dominantes. Não obstante, o núcleo duro da hegemonia, isto é, o econômico, não é facilmente alterado e possui limites bem definidos (ou seja, restrito) para que possa haver uma eventual (e mínima) “concessão” do grupo hegemônico para os “subordinados”.

A partir dos aportes do filósofo italiano, pode se compreender com maior clareza o porquê ainda da vigência da ideologia fujimorista na política (e na sociedade) peruana. Duas

¹¹¹ “Modelo econômico”, “Modelo de desenvolvimento” e “Relação entre Estado e economia”.

características dessa ideologia têm relação direta com o objeto deste trabalho: as políticas econômicas neoliberais implementadas e vigentes – as quais já foram objeto de comentários –, e a instituição de um novo tipo de representação política no Peru: a representação por identificação individual; personalíssima; que minimiza a concepção coletiva no processo político-eleitoral, isto é, prescinde da própria identidade político-partidária.

Assim, a compreensão da ideologia fujimorista permite entender, com melhor clareza, a dinâmica político-partidária atual do Peru. Uma análise superficial das duas últimas eleições presidenciais, a partir da constatação da personificação da maior parte dos candidatos ao respectivo partido, ratifica a fragilidade dos partidos políticos peruanos. Em outras palavras, observa-se uma identificação do eleitorado em torno do candidato e não do partido. Este fato ajuda a entender o porquê de Pedro Pablo Kuczynski criar um partido para uma determinada eleição e, mesmo assim, conseguir lograr êxito na disputa com essa agremiação, cujo nome, inclusive, coincide com as iniciais do seu nome (“Peruanos Por el Kambio”); ou como o antecessor de Kuczynski, o ex-presidente Ollanta Humala, venceu as eleições de 2011 na primeira participação do seu partido (“Partido Nacionalista Peruano”) em eleições gerais; ou, o fato de a segunda colocada, Keiko Fujimori, ingressar na disputa presidencial de 2016 com mais uma troca sucessiva do nome do seu partido (de “Fuerza 2011” para “Fuerza Popular”); ou, a razão da terceira colocação no sufrágio de 2016 pela Verónica Mendonza, candidata pelo partido “Frente Amplio”, agremiação que teve a primeira participação em eleições gerais no ano de 2016.

Essas duas constatações (políticas neoliberais e representação personalíssima na política) apontam que, ao menos, parte da ideologia fujimorista ainda integra a hegemonia vigente no Peru. Desse modo, as propostas de Kuczynski – analisadas no presente trabalho – relativas à questão econômica não sofreram alterações substanciais de 2011 para 2016, além de estarem em consonância com os dispositivos constitucionais que tratam do assunto, os quais foram implementados, em 1993, no contexto do autogolpe de Estado efetuado por Alberto Fujimori.

No entanto, as quatro outras categorias analíticas (“visão sobre a corrupção”, “descentralização”, “segurança cidadã e nacional” e “visão sobre valores/organização da sociedade”) tiveram um resultado diferente: uma mudança de discurso. As três primeiras dessas categorias, de uma forma geral, tiveram um acréscimo de uma perspectiva social e cidadã nas propostas. Ou seja, as de 2011 eram embasadas num viés estritamente econômico e reativo, já as propostas de 2016 buscaram uma estabilização entre economia e o social, isto é, com a associação dos dois vieses. A última categoria que se constatou uma mudança do discurso é

relativa à visão sobre valores/organização da sociedade. No documento de 2011 Kuczynski apresenta uma visão conservadora em relação a este tópico. Por outro lado, no de 2016, expõe uma perspectiva liberal, a qual é mais coerente com a sua história pública e com as suas propostas econômicas.

Portanto, houve uma mudança no discurso da direita peruana (na figura de Kuczynski) no que diz respeito às questões sociais. Ou seja, sucedeu um incremento de políticas sociais na sua proposta. Por outro lado, a mudança não atingiu as propostas de cunho econômico. Assim, o centro do atual espectro ideológico – ou, simplesmente, da hegemonia – é configurado, inclusive, a partir da implementação e/ou manutenção de políticas de cunho social.

Ainda que, periodicamente, os indivíduos sejam compelidos a decidir sobre aspectos ideológicos, para se tornarem viáveis eleitoralmente, esquerda e direita devem delinear suas propostas em torno da hegemonia, desse modo delimitam as opções do eleitor. Propostas substancialmente contrárias às políticas econômicas neoliberais em vigor e que não contemplem políticas sociais administradas pelo Estado, dificilmente se consolidam na América Latina.

Sendo a democracia, igualmente, sujeita à hegemonia, conclui-se que esta não é um regime que comporta qualquer tipo de conteúdo (ou ideologia) na disputa eleitoral, mesmo que haja o respeito integral às “regras do jogo”. Pelo contrário, observa-se que as regras democráticas foram instituídas com o objetivo de assegurar a própria sustentação da democracia – enquanto fruto da ideologia liberal burguesa –, e o respeito a tais procedimentos é à própria absorção, ainda que de maneira fragmentada e parcial, da ideologia liberal pelas demais ideologias concorrentes.

Conclui-se, ainda, que apesar do amplo acesso dado à participação no sistema democrático – seja em número de pessoas, como na quantidade de arenas incluídas nesse processo –, e sua a possibilidade contínua de plena expansão, a oposição/contestação resta limitada pela dinâmica hegemônica. Ou seja, quanto mais uma proposta se afasta da(s) ideologia(s) dominante(s), especialmente do seu núcleo duro, ou seja, o econômico, menor será a chance de sua consolidação dentro do jogo democrático. Por outro lado, uma proposta que esteja mais próxima da hegemonia vigente, sobretudo da sua perspectiva econômica, terá uma maior chance de estabelecer o consenso democrático. Logo, há limites para a contestação/oposição na sociedade política porque existem limitações ideológicas na sociedade civil, indissociáveis segundo Gramsci

As propostas econômicas de PPK, de uma maneira em geral, se consolidam à direita, entretanto, são complementadas pelo teor social adquirido por outras áreas do programa.

É certo que o presente trabalho possui limitações, tanto relativas à base teórica, como referentes à própria amplitude da pesquisa empírica – ambas justificadas, especialmente, pelo curto tempo disponível para a construção da pesquisa no âmbito do mestrado acadêmico e pelos desafios da pesquisa em outro país. Logo, indica-se um aprofundamento bibliográfico, sobretudo em relação à direita latino-americana, de modo que seja possível constituir sua trajetória nos principais países da região, assim como, a ampliação da investigação empírica, com a comparação com outro país latino-americano que tenha tido uma sucessão de um governo de esquerda por outro identificado como de direita.

Embora os resultados desta pesquisa ainda possuam caráter preliminar, demonstrou-se suficiente para instigar novas questões em torno da temática, como, por exemplo: a mudança do discurso ocorrido com a direita peruana sucedeu em outros países latino-americanos governados pela direita, após uma gestão de esquerda? Essa mudança representou um deslocamento ideológico? Keiko Fujimori, representante também da direita peruana, e derrotada duas vezes seguidas no segundo turno, também, demonstrou uma mudança no discurso das suas propostas de 2011 para as de 2016? Houve um deslocamento ideológico? Em qual sentido? Qual é a amplitude da influência da ideologia fujimorista na sociedade peruana?

Desde uma perspectiva teórica, desconsiderado o seu aspecto teológico¹¹², o conceito de hegemonia, pensado como um limite para o desenvolvimento da democracia, pode ser melhor operacionalizado? Em sua interface com as investigações sobre a democracia, é possível definir que o centro do espectro político-ideológico democrático é o conjunto de ideologias hegemônicas? A composição do espectro ideológico se modifica no longo do tempo devido a ação das diferentes forças. Embora oscilem ao seu redor do centro hegemônico, os partidos conseguem influir na sua formatação?

¹¹² Pela difícil tarefa de estabelecer qual seria a verdadeira consciência de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUILERA, José Luiz. **El sistema político de los atenienses**. Colección Efiartes. Sevilla/Espanha: Editorial Doble J, 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Rafael. **Revolução, bicentenário e socialismo do século XXI: uma comparação entre Bolívia, Equador e Venezuela**. In: LAPKSY, Igor; SCHURSTER, Karl; TEIXEIRA, Francisco Carlos (orgs.). **Instituições sul-americanas no tempo presente: caminhos da integração**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARRÓN, Luis. **Liberales conservadores: Republicanismo e ideas republicanas en el siglo XIX en América Latina**. Latin American Studies Association, September 6-8. Washington DC: LASA, 2001.

BAZÁN, Sigrid. **¿Cómo llega la izquierda a las elecciones de 2016?**. In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.). **Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016**. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 155-172.

BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. América Latina colonial: población, sociedad y cultura**. Tomo 4. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. La independencia**. Tomo 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1991a.

BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. América Latina: cultura y sociedad, 1830-1930**. Tomo 8. Barcelona: Editorial Crítica, 1991b.

BCRP (Perú); Banco Central de Reserva del Perú. Estadísticas [Internet]. Disponível em: <www.bcrp.gob.pe/estadisticas/cuadros-anuales-historicos.html>. Acesso em: 09 out. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Democracia**. In: BOBBIO, Norberto; et al. **Dicionário de política**. Vol. I. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 319-329.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Mauro Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Coleção “Pensamento Crítico”, n.º 69. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, Noberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução de Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crítica da direita e da esquerda a um Estado em crise**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.º 25, abr-1992, pp. 225-250.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71.

BRESSER-PEREIRA. **A nova esquerda: uma visão a partir do Sul**. Revista de Filosofia Política: Nova Série, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia, v. 6, 2000, pp. 46-52.

BRESSER-PEREIRA. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Revista Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45.

CALLONI, Stella. **Operación Cóndor – pacto criminal**. Ciudad de México: La Jornada Ediciones, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Historia económica de América Latina. Economías de exportación y desarrollo capitalista**. Tomo II. 3ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. Buenos Aires:

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CHANTAL, François. La Polyarchie Vue de Gauche. **Le moment Tocquevillien**. Raisons Politiques. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, n. 1, p. 155-191, 2001. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2001-1-page-155.htm#re14no14>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUEVA, Agustín. **A guinada conservadora**. In: CUEVA, Agustín (org.). *Tempos Conservadores*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DAHL, Robert. A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges Silvana Vieira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

ECHAVERRÍA, José Medina. **Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina**. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1964.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2003.

ENGELS, Friedrich. Para a História da Liga dos Comunistas. In: BARATA-MOURA, José (org.). **Obras Escolhidas**. Tomo III. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante, 1982, p. 192-212.

FREEDEN, Michael. **Ideología: una brevíssima introducción**. Tradução de Pablo Sánchez León. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último homem**. Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADOW, Marion Reder. **Mujeres en las barricadas durante la guerra de la independencia (1808-1814)**. Dossiers feministes. N.º 15. Universitat Jaume I: Castellón, 2011.

GARCÍA, Henry; SOMMER, Gonzalo. **La política en el Perú del siglo XX**. 1ª ed. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIORDANO, Verónica. **¿Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”?**. Nueva Sociedad, N° 254, noviembre-diciembre, 2014, p. 46-56.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GROHMANN, Jorge. **Historia de la República del Perú (1822 – 1933)**. Lima: Empresa Editora El Comercio S.A., 2005.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. **El antiimperialismo y el APRA**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. **The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.

INFOGOB (Perú); Observatório para la gobernabilidad. Partidos [Internet]. Disponível em: <<http://www.infogob.com.pe/Partido/ficha.aspx?IdOrgPol=2235&IdTab=0>>. Acesso em: 08 out. 2017.

JNE (Perú); Jurado Nacional de Elecciones. Elecciones Generales 2011. Estadísticas y Resultados [Internet]. Disponível em: <http://portal.jne.gob.pe/informacionelectoral/estadisticaelectoral/6_10.pdf>. Acesso em: 07 out. 2017.

JNE (Perú); Jurado Nacional de Elecciones. Elecciones Generales 2016. Estadísticas y Resultados [Internet]. Disponível em: <<http://portal.jne.gob.pe/informacionelectoral/estadisticaelectoral/Estadisticas%20de%20las%20Elecciones%20Generales%202016.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2016**. Santiago: Latinobarómetro, 2016. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latNewsShowMore.jsp?evYEAR=2016&evMONTH=-1>>. Acessado em 17 de fevereiro de 2017.

LEVIN, Yuval. **O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita**. Tradução de Alessandra Bonruquer. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMONGI, Fernando. **Prefácio**. In: DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 11-22.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. **Crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2016.

LYNCH, Nicolás. **Una tragedia sin héroes. La derrota de los partidos y el origen de los independientes. Peru, 1980-1992**. Lima: UNMSM, 1999.

MACKENZIE, Iain. **Política: conceitos-chave em filosofia**. Tradução de Nestor Luiz João Beck. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

MADISON, James; et al. **O Federalista**. Tomo 1º. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1940.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 1ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 9ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2003.

MAZUCATO, Thiago. **Aspectos teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim**. In: CÊPEDA, Vera; FONTANA, Felipe; MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim*. São Carlos: UFSCar, 2015.

MELÉNDEZ, Carlos. **Partidos y sistema de partidos en el Perú**. In: RONCAGLIOLO, Rafael; MELÉNDEZ, Carlos. (orgs.). “La política por dentro. Cambios y continuidades en las organizaciones políticas de los países andinos”. IDEA. Lima: Obra Prima SRL, 2007, pg. 213-272.

MELÉNDEZ, Carlos; PACHÓN, Maria Cristina. **Mi primer millón. César Acuña, el nuevo rico de la política peruana**. In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.). *Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016*. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 43-60.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo Antigo e moderno**. 3ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

MIDDLEBROOK, Kevin. **Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Tradução de E. Jacy Monteiro. Biblioteca “Clássicos da Democracia”. São Paulo: IBRASA, 1964.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução e prefácio de Alberto da Rocha Barros. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

NEGRI, Camilo. **Restrição de Abrangência de Conteúdos Ideológicos da Democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Tatiana; BENETTI, Pedro. **As novas direitas sul-americanas: Análise das experiências chilena e colombiana**. Observador On-line, Rio de Janeiro, v. 9. n.1, jan. 2014. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/Observador_OPESA_vol_9_n_1_2014_Oliveira_e_Benetti.pdf> Acesso em: 15/09/2017.

PERUANOS POR EL KAMBIO – PPK. Estatuto Partidario [Internet]. Disponível em: <<http://www.peruanosporelkambio.pe/documentos/estatuto.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

PERÚ. Constitución Política (1993). Constitución de la República del Perú. Disponível em: <<http://www4.congreso.gob.pe/ntley/Imagenes/Constitu/Cons1993.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

PERÚ. Ley n.º 28094 (Ley de Organizaciones Políticas), de 1º de noviembre de 2003. Dispone sobre la constitución, reconocimiento, funcionamiento y financiación de los partidos políticos en el Perú. Disponível em: <http://portal.jne.gob.pe/informacionlegal/Constitucin%20y%20Leyes1/LEY%20DE%20ORGANIZACIONES%20POL%C3%8DTICAS_.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

PLAN DE GOBIERNO. 2011 – 2016. Pedro Pablo Kuczynski. **Perú, ahora o nunca: hacia un país sin pobreza y con oportunidades para todos**. Peruanos Por el Kambio – PPK. Disponível em: <<http://www.e.elcomercio.pe/66/doc/0/0/2/5/6/256117.pdf>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2017.

PLAN DE GOBIERNO. 2016 – 2021. Peruanos Por el Kambio – PPK. Disponível em: <<http://www.ppk.pe/documentos/plandegobierno.pdf>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2017.

PPK, Membro 1. **Entrevista I**. [ago. 2017]. Entrevistador: Lucas Araújo Monte. Lima, 2017. 1 arquivo .mp3 (42min.33seg.).

PPK, Membro2. **Entrevista II**. [ago. 2017]. Entrevistador: Lucas Araújo Monte. Lima, 2017. Informações coletadas por apontamentos em papel.

PPK, Congressista. **Entrevista IV**. [ago. 2017]. Entrevistador: Lucas Araújo Monte. Lima, 2017. Informações coletadas por correio eletrônico.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA (Perú). Biografía [Internet]. Disponível em: <<https://www.presidencia.gob.pe/biografia-pedro-pablo-kuczynski>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUÉMAPE, Félix. **La fe de los sobrevivientes. Una mirada a la ¿última? campaña electoral de Alan García (y Lourdes Flores)**. In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.). Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 61-86.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. In: Edgardo Lander (ed.). La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 117-142.

ROSENMAN, Marcos. **Tiempos de Oscuridad. Historia de los golpes militares en América Latina.** Madri: Akal, 2013.

ROTHBARD, Murray. **Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade.** Tradução de Alexandre S. 1ª ed. Campinas: Vide Editorial, 2016.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social.** Tradução de Mário Franco de Sousa. Coleção “Livros que mudaram o mundo”. Oeiras/Portugal: Ad Astra Et Ultra S.A., 2010.

SANT’ANNA, Henrique. **História da República Romana.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada.** Volume I – O debate contemporâneo. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994a.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada.** Volume II – As questões clássicas. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994b.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Liberalismos nacientes en al Atlántico iberoamericano: “liberal” como concepto y como identidad política, 1750-1850.** In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: 2009, p. 695-731.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Prólogo.** In: FREEDEN, Michael. Ideología: una brevísima introducción. Tradução de Pablo Sánchez León. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994.** 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado.** São Paulo: Editora Leya, 2016.

STOPPINO, Mario. **Ideologia.** In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política. Vol. I. 11ª Ed. Brasília: Editora UNB, 1998, pp. 586-597.

TANAKA, Martín. **El gobierno de Alejandro Toledo, o cómo funciona una democracia sin partidos.** Revista Política, núm. 42. Santiago: Universidad de Chile, 2004, p. 129-153.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2016.

TUESTA, Fernando. **Elecciones competitivas y resultados imprevistos.** In: TUESTA, Fernando (Ed.). *Elecciones 2016: un país dividido y un resultado inesperado.* 1ª ed. Lima: PUCPE/Fondo Editorial, 2017.

TUESTA, Fernando. Fernando Soldevilla Tuesta. **Entrevista III.** [ago. 2017]. Entrevistador: Lucas Araújo Monte. Lima, 2017. 1 archivo .mp3 (41min.56seg.).

VALLE-RIESTRA, Esteban. **PPK 2016: del sancochado al aguadito.** In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.). *Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016.* Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 87-102.

VILLAGARCIA, Paolo Sosa. **El despertar de la Fuerza Popular? Keiko Fujimori y el partido de las paradojas.** In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.). *Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016.* Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 15-42.

ZAPATA, Antonio. **Pensando a la derecha: historia intelectual y política.** 1ª ed. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia.** Tradução de Vera Ribeiro. 5ª Reimpressão. Contraponto: Rio de Janeiro, 2013.